Este texto constitui um instrumento de documentação e não tem qualquer efeito jurídico. As Instituições da União não assumem qualquer responsabilidade pelo respetivo conteúdo. As versões dos atos relevantes que fazem fé, incluindo os respetivos preâmbulos, são as publicadas no Jornal Oficial da União Europeia e encontram-se disponíveis no EUR-Lex. É possível aceder diretamente a esses textos oficiais através das ligações incluídas no presente documento

►B ►M8 ►C2 REGULAMENTO (UE) N.º 401/2013 DO CONSELHO

de 2 de maio de 2013

relativo a medidas restritivas tendo em conta a situação em Mianmar/Birmânia e que revoga o Regulamento (CE) n.º 194/2008 ◄ ◄

(JO L 121 de 3.5.2013, p. 1)

Alterado por:

		Jornal Oficial		
		n.º	página	data
►M1	Regulamento (UE) 2018/647 do Conselho de 26 de abril de 2018	L 108	1	27.4.2018
►M2	Regulamento de Execução (UE) 2018/898 do Conselho de 25 de junho de 2018	L 160I	1	25.6.2018
►M3	Regulamento de Execução (UE) 2018/1117 do Conselho de 10 de agosto de 2018	L 204	9	13.8.2018
►M4	Regulamento de Execução (UE) 2018/2053 do Conselho de 21 de dezembro de 2018	L 327I	1	21.12.2018
►M5	Regulamento de Execução (UE) 2019/672 do Conselho de 29 de abril de 2019	L 114	1	30.4.2019
►M6	Regulamento de Execução (UE) 2019/1163 da Comissão de 5 de julho de 2019	L 182	33	8.7.2019
►M7	Regulamento de Execução (UE) 2020/562 do Conselho de 23 de abril de 2020	L 130	23	24.4.2020
►M8	Regulamento (PESC) 2021/479 do Conselho de 22 de março de 2021	L 99I	13	22.3.2021
►M9	Regulamento de Execução (UE) 2021/480 do Conselho de 22 de março de 2021	L 99I	15	22.3.2021
►M10	Regulamento de Execução (UE) 2021/638 do Conselho de 19 de abril de 2021	L 132I	1	19.4.2021
►M11	Regulamento de Execução (UE) 2021/706 do Conselho de 29 de abril de 2021	L 147	1	30.4.2021
►M12	Regulamento de Execução (UE) 2021/998 do Conselho de 21 de junho de 2021	L 219I	45	21.6.2021
►M13	Regulamento (UE) 2022/238 do Conselho de 21 de fevereiro de 2022	L 40	8	21.2.2022
►M14	Regulamento de Execução (UE) 2022/239 do Conselho de 21 de fevereiro de 2022	L 40	10	21.2.2022
►M15	Regulamento de Execução (UE) 2022/595 da Comissão de 11 de abril de 2022	L 114	60	12.4.2022
►M16	Regulamento de Execução (UE) 2022/662 do Conselho de 21 de abril de 2022	L 121	1	22.4.2022
►M17	Regulamento de Execução (UE) 2022/2177 do Conselho de 8 de novembro de 2022	L 286I	1	8.11.2022
►M18	Regulamento de Execução (UE) 2023/378 do Conselho de 20 de fevereiro de 2023	L 51I	1	20.2.2023
►M19	Regulamento de Execução (UE) 2023/886 do Conselho de 28 de abril de 2023	L 113I	1	28.4.2023
►M20	Regulamento de Execução (UE) 2023/1497 do Conselho de 20 de julho de 2023	L 183I	19	20.7.2023

►**M21**	Regulamento de Execução (UE) 2023/2435 do Conselho de 26 de outubro de 2023	L 2435	1	27.10.2023
►**M22**	Regulamento (UE) 2023/2694 do Conselho de 27 de novembro de 2023	L 2694	1	28.11.2023
►**M23**	Regulamento de Execução (UE) 2023/2789 do Conselho de 11 de dezembro de 2023	L 2789	1	11.12.2023
►**M24**	Regulamento de Execução (UE) 2024/1249 do Conselho de 26 de abril de 2024	L 1249	1	29.4.2024
►**M25**	Regulamento de Execução (UE) 2024/2465 da Comissão de 10 de setembro de 2024	L 2465	1	12.9.2024
►**M26**	Regulamento de Execução (UE) 2024/2784 do Conselho de 29 de outubro de 2024	L 2784	1	29.10.2024
►**M27**	Regulamento de Execução (UE) 2025/822 do Conselho de 25 de abril de 2025	L 822	1	28.4.2025
►**M28**	Regulamento de Execução (UE) 2026/926 do Conselho de 27 de abril de 2026	L 926	1	28.4.2026

Retificado por:

►**C1** Retificação, JO L 202 de 9.8.2018, p. 13 (401/2013)
►**C2** Retificação, JO L 90602 de 3.10.2024, p. 1 (2021/479)

▼B
▼M8
▼C2

REGULAMENTO (UE) N.º 401/2013 DO CONSELHO

de 2 de maio de 2013

relativo a medidas restritivas tendo em conta a situação em Mianmar/Birmânia e que revoga o Regulamento (CE) n.º 194/2008

▼M1

Artigo 1.º

Para efeitos do presente regulamento, entende-se por:

a) «Pedido», qualquer pedido, independentemente de ter sido ou não reconhecido mediante procedimento judicial, apresentado antes ou depois da data de entrada em vigor do presente regulamento, no âmbito de um contrato ou transação ou com eles relacionado, nomeadamente:

   i) um pedido destinado a obter a execução de uma obrigação decorrente de um contrato ou transação ou com estes relacionada,

   ii) um pedido destinado a obter a prorrogação ou o pagamento de uma garantia ou contragarantia financeira ou de um crédito, independentemente da forma que assumam,

   iii) um pedido de indemnização relativamente a um contrato ou transação,

   iv) um pedido reconvencional,

   v) um pedido destinado a obter o reconhecimento ou a execução, nomeadamente pelo procedimento de *exequatur*, de uma decisão judicial, uma decisão arbitral ou uma decisão equivalente, independentemente do local em que tenham sido proferidas;

b) «Contrato ou transação», qualquer operação, independentemente da forma que assuma e da lei que lhe seja aplicável, que inclua um ou mais contratos ou obrigações similares estabelecidas entre as mesmas partes ou entre partes diferentes; para este efeito, «contrato» inclui as garantias ou contragarantias, nomeadamente financeiras, e os créditos, juridicamente independentes ou não, bem como qualquer disposição conexa decorrente ou relacionada com a operação;

c) «Autoridades competentes», as autoridades competentes dos Estados-Membros indicadas nos sítios Web enumerados no anexo II;

d) «Recursos económicos», ativos de qualquer tipo, corpóreos ou incorpóreos, móveis ou imóveis, que não sejam fundos mas que possam ser utilizados na obtenção de fundos, bens ou serviços;

e) «Congelamento de recursos económicos», qualquer ação destinada a impedir a utilização de recursos económicos para a obtenção de fundos, bens ou serviços por qualquer meio, incluindo, entre outros, a sua venda, locação ou hipoteca;

f) «Congelamento de fundos», qualquer ação destinada a impedir o movimento, a transferência, a alteração, a utilização, a operação de fundos, ou o acesso a estes, que seja suscetível de provocar uma alteração do respetivo volume, montante, localização, propriedade, posse, natureza, destino ou qualquer outra alteração suscetível de permitir a sua utilização, incluindo a gestão de carteiras;

▼**M1**

g) «Fundos», ativos financeiros e benefícios económicos de qualquer tipo, incluindo, entre outros:

i) numerário, cheques, créditos em numerário, saques, ordens de pagamento e outros instrumentos de pagamento,

ii) depósitos em instituições financeiras ou outras entidades, saldos de contas, créditos e títulos de crédito,

iii) valores mobiliários e títulos de dívida de negociação aberta ao público ou restrita, incluindo ações e outros títulos de participação, certificados representativos de valores mobiliários, obrigações, promissórias, *warrants*, títulos de dívida a longo prazo e contratos sobre instrumentos derivados,

iv) juros, dividendos ou outros rendimentos gerados por ativos ou mais-valias provenientes de ativos,

v) créditos, direitos de compensação, garantias, garantias de boa execução ou outros compromissos financeiros,

vi) cartas de crédito, conhecimentos de embarque, comprovativos de vendas, e

vii) documentos que atestem a detenção de fundos ou recursos financeiros;

h) «Assistência técnica», qualquer apoio técnico relacionado com a reparação, o desenvolvimento, o fabrico, a montagem, o ensaio, a manutenção ou qualquer outro serviço técnico, podendo assumir formas como a instrução, o aconselhamento, a formação, a transmissão de conhecimentos práticos ou de competências ou a prestação de serviços de consultoria, incluindo a assistência sob a forma oral;

i) «Serviços de corretagem»,

i) a negociação ou a organização de transações com vista à compra, à venda ou ao fornecimento de bens e tecnologias de um país terceiro para outro país terceiro, ou

ii) a venda ou a compra de bens e tecnologias que se encontrem em países terceiros com vista à sua transferência para outro país terceiro;

j) «Importação», a entrada de mercadorias no território aduaneiro da União ou noutros territórios aos quais o Tratado seja aplicável, nas condições previstas nos seus artigos 349.º e 355.º Inclui, na aceção do Regulamento (UE) n.º 952/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho ([1]), que estabelece o Código Aduaneiro da União, a colocação numa zona franca, a sujeição a um regime especial e a introdução em livre prática, mas exclui o trânsito e o depósito temporário;

([1]) Regulamento (UE) n.º 952/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 9 de outubro de 2013, que estabelece o Código Aduaneiro da União (JO L 269 de 10.10.2013, p.1).

▼M1

k) «Exportação», a saída de mercadorias do território aduaneiro da União ou de outros territórios aos quais o Tratado seja aplicável, nas condições previstas nos seus artigos 349.º e 355.º Inclui, na aceção do Regulamento (CEE) n.º 952/2013, a saída de mercadorias que exija uma declaração aduaneira e a saída de mercadorias depois de colocadas numa zona franca ou após a sua sujeição a um regime aduaneiro especial, mas exclui o trânsito e o depósito temporário;

l) «Exportador», qualquer pessoa singular ou coletiva em cujo nome é efetuada uma declaração de exportação, ou seja, a pessoa que, no momento em que a declaração é aceite, tem contrato com o destinatário no país terceiro e está habilitada a enviar o artigo para fora do território aduaneiro da União ou de outros territórios aos quais o Tratado seja aplicável;

m) «Território da União», os territórios dos Estados-Membros aos quais se aplica o Tratado, nas condições nele estabelecidas, incluindo o seu espaço aéreo.

▼B

CAPÍTULO 1

Artigo 2.º

1. É proibido vender, fornecer, transferir ou exportar, direta ou indiretamente, equipamento que possa ser utilizado para fins de repressão interna, tal como enumerado no anexo I, originário ou não da União, para qualquer pessoa singular ou coletiva, entidade ou organismo do Mianmar/Birmânia ou para utilização neste país.

2. O disposto no n.º 1 não é aplicável ao vestuário de proteção, incluindo coletes à prova de bala e capacetes, temporariamente exportado para o Mianmar/Birmânia pelo pessoal das Nações Unidas ou da União Europeia ou dos seus Estados–Membros, pelos representantes dos meios de comunicação social e pelo pessoal das organizações humanitárias e de ajuda ao desenvolvimento, bem como pelo pessoal a eles associado, exclusivamente para seu uso pessoal.

Artigo 3.º

1. É proibido:

a) Prestar assistência técnica relacionada com atividades militares e com o fornecimento, o fabrico, a manutenção e a utilização de armamento e material conexo de qualquer tipo, incluindo armas e munições, veículos e equipamento militares, equipamento paramilitar e respetivas peças sobresselentes, direta ou indiretamente, a qualquer pessoa singular ou coletiva, entidade ou organismo do Mianmar/Birmânia ou para utilização neste país;

b) Financiar ou prestar assistência financeira relacionada com atividades militares, incluindo em particular subvenções, empréstimos e seguros de crédito à exportação, para qualquer venda, fornecimento, transferência ou exportação de armamento e material conexo, direta ou indiretamente, a qualquer pessoa singular ou coletiva, entidade ou organismo do Mianmar/Birmânia ou para utilização neste país.

▼B

2. É proibido:

a) Prestar assistência técnica relacionada com o equipamento suscetível de ser utilizado para fins de repressão interna enumerado no anexo I, direta ou indiretamente, a qualquer pessoa singular ou coletiva, entidade ou organismo do Mianmar/Birmânia ou para utilização neste país;

b) Financiar ou prestar assistência financeira relacionada com o equipamento enumerado no anexo I, em especial, subvenções, empréstimos e seguros de crédito à exportação, direta ou indiretamente, a qualquer pessoa singular ou coletiva, entidade ou organismo do Mianmar/Birmânia ou para utilização neste país.

▼M1

_____

Artigo 3.º-A

1. É proibido vender, fornecer, transferir ou exportar, direta ou indiretamente, bens e tecnologias de dupla utilização constantes do anexo I do Regulamento (CE) n.º 428/2009 do Conselho ([1]), originários ou não da União, com destino a qualquer pessoa singular ou coletiva, entidade ou organismo na Mianmar/Birmânia ou para utilização nesse país, se esses produtos se destinarem ou puderem ser destinados, na sua totalidade ou em parte, a utilização militar, a utilizadores finais militares ou à polícia de fronteiras.

Se o utilizador final for o setor militar de Mianmar/Birmânia, os bens ou tecnologias de dupla utilização por ele adquiridos são considerados para utilização militar.

2. Ao decidir sobre os pedidos de autorização em conformidade com o Regulamento (CE) n.º 428/2009, as autoridades competentes não concedem autorizações para exportações destinadas a pessoas singulares ou coletivas, entidades ou organismos em Mianmar/Birmânia ou para utilização nesse país, se tiverem motivos razoáveis para crer que o utilizador final pode ser um utilizador militar ou a polícia de fronteiras ou que os bens podem vir a ter uma utilização final militar.

3. Os exportadores devem comunicar às autoridades competentes todas as informações necessárias à instrução do seu pedido de autorização de exportação.

4. É proibido:

a) Prestar assistência técnica, serviços de corretagem ou outros serviços relacionados com os bens e as tecnologias referidos no n.º 1 e com o fornecimento, o fabrico, a manutenção ou a utilização desses bens e tecnologias, direta ou indiretamente, a um utilizador final militar ou à polícia de fronteiras, ou para utilização militar em Mianmar/Birmânia;

([1]) Regulamento (CE) n.º 428/2009 do Conselho, de 5 de maio de 2009, que cria um regime comunitário de controlo das exportações, transferências, corretagem e trânsito de produtos de dupla utilização (JO L 134 de 29.5.2009, p.1).

▼M1

b) Financiar ou prestar assistência financeira relacionada com os bens e as tecnologias referidos no n.º 1, incluindo, em especial, subvenções, empréstimos e seguros de crédito à exportação, para qualquer venda, fornecimento, transferência ou exportação desses bens e tecnologias, ou para a prestação da correspondente assistência técnica, serviços de corretagem ou outros serviços, direta ou indiretamente, a qualquer utilizador final militar ou à polícia de fronteiras, ou para utilização militar em Mianmar/Birmânia.

5. As proibições previstas nos n.os 1 e 4 não prejudicam a execução de contratos celebrados antes de 27 de abril de 2018 ou de contratos conexos necessários à execução dos primeiros.

6. O n.º 1 não se aplica ao vestuário de proteção, incluindo os coletes antiestilhaço e os capacetes militares, temporariamente exportado para Mianmar/Birmânia pelo pessoal das Nações Unidas, pelo pessoal da UE ou dos seus Estados-Membros, pelos representantes dos meios de comunicação social e pelos trabalhadores das organizações humanitárias e de desenvolvimento, bem como pelo pessoal a eles associado, exclusivamente para seu uso pessoal.

Artigo 3.º-B

1. É proibido vender, fornecer, transferir ou exportar, direta ou indiretamente, o equipamento, a tecnologia ou o *software* identificados no anexo III, originários ou não da União, com destino a qualquer pessoa, entidade ou organismo em Mianmar/Birmânia ou para utilização nesse país, salvo se a autoridade competente do Estado-Membro em causa, identificada nos sítios Web enumerados no anexo II, tiver autorizado previamente essa operação.

2. As autoridades competentes dos Estados-Membros, identificadas nos sítios Web enumerados no anexo II, não podem conceder autorizações nos termos do n.º 1, se tiverem motivos razoáveis para determinar que o equipamento, a tecnologia ou o *software* em questão seriam utilizados para fins de repressão interna, pelo Governo de Mianmar/Birmânia, pelos organismos públicos, pelas empresas ou agências ou por qualquer pessoa ou entidade que atue em seu nome ou sob a sua direção.

3. O anexo III inclui o equipamento, a tecnologia ou o *software* destinado a ser utilizado principalmente para o controlo ou a interceção de comunicações Internet ou telefónicas.

4. O Estado-Membro em causa deve informar os restantes Estados-Membros e a Comissão das autorizações concedidas ao abrigo do presente artigo, no prazo de quatro semanas a contar da concessão da autorização.

Artigo 3.º-C

1. Salvo se a autoridade competente do Estado-Membro em causa, identificada nos sítios Web enumerados no anexo II, tiver autorizado previamente essas atividades nos termos do artigo 3.º-B, é proibido:

▼M1

a) Prestar, direta ou indiretamente, assistência técnica ou serviços de corretagem relacionados com o equipamento, a tecnologia e o *software* identificados no anexo III, ou com a instalação, o fornecimento, o fabrico, a manutenção e a utilização do equipamento e da tecnologia identificados no anexo III, ou com o fornecimento, a instalação, o funcionamento ou a atualização do *software* identificado no anexo III, a qualquer pessoa, entidade ou organismo em Mianmar/Birmânia ou para utilização nesse país;

b) Financiar ou prestar, direta ou indiretamente, assistência financeira relacionada com o equipamento, a tecnologia e o *software* identificados no anexo III, a qualquer pessoa, entidade ou organismo em Mianmar/Birmânia ou para utilização nesse país;

c) Prestar qualquer tipo de serviços de controlo ou interceção de telecomunicações ou da Internet ao Governo de Mianmar/Birmânia, a organismos públicos, empresas e agências ou a quaisquer pessoas ou entidades que atuem em seu nome ou sob a sua direção, ou em seu benefício direto ou indireto.

2. Para efeitos do n.º 1, alínea c), entende-se por «serviços de controlo ou interceção das telecomunicações ou da Internet» os serviços que, utilizando designadamente o equipamento, a tecnologia ou o *software* identificados no anexo III, permitem o acesso e a disponibilização de dados relativos a telecomunicações de entrada e de saída e dados associados a chamadas, para efeitos de extração, descodificação, gravação, tratamento, análise ou armazenagem ou qualquer outra atividade afim.

▼B

Artigo 4.º

▼M1

1. Em derrogação do disposto no artigo 2.º, n.º 1, no artigo 3.º, n.º 2, no artigo 3.º-A, n.º 1, e no artigo 3.º-A, n,º 4, e sob reserva do artigo 5.º, as autoridades competentes dos Estados Membros indicadas nos sítios Web enumerados no anexo II podem autorizar, nas condições que considerem adequadas:

a) A venda, o fornecimento, a transferência ou a exportação de equipamento suscetível de ser utilizado para fins de repressão interna, enumerado no anexo I, ou de bens e tecnologias de dupla utilização enumerados no anexo I do Regulamento (CE) n.º 428/2009, que se destinem exclusivamente à utilização para fins humanitários ou de proteção, ou no âmbito de programas de desenvolvimento institucional das Nações Unidas e da União Europeia, ou para operações de gestão de crises conduzidas pela União Europeia e pelas Nações Unidas;

b) A venda, o fornecimento, a transferência ou a exportação de equipamento ou materiais utilizados para operações de desminagem; e

c) O financiamento e a assistência financeira e técnica relacionados com o equipamento, os materiais, os programas e as operações referidos nas alíneas a) e b).

▼B

2. Em derrogação do n.º 1 do artigo 3.º e sob reserva do artigo 5.º, as autoridades competentes dos Estados–Membros, indicadas no anexo II, podem autorizar, nas condições que considerem adequadas, a concessão de financiamento e a prestação de assistência financeira e de assistência técnica relacionados com:

▼B

a) Equipamento militar não letal destinado exclusivamente a ser utilizado para fins humanitários ou de proteção, ou no âmbito de programas de desenvolvimento institucional das Nações Unidas e da União Europeia;

b) Material destinado a ser utilizado em operações de gestão de crises conduzidas pela União Europeia e pelas Nações Unidas.

▼M1

Artigo 4.º-A

1. São congelados todos os fundos e recursos económicos pertencentes às pessoas singulares ou coletivas, entidades ou organismos que figuram na lista constante do anexo IV, na sua posse ou por eles detidos ou controlados.

2. É proibido colocar, direta ou indiretamente, fundos ou recursos económicos à disposição das pessoas singulares ou coletivas, entidades ou organismos que figuram na lista constante do anexo IV, ou disponibilizá-los em seu benefício.

▼M8

3. O anexo IV inclui:

a) Pessoas singulares das Forças Armadas (Tatmadaw), da Força de Polícia de Mianmar e da Polícia de Fronteiras de Mianmar responsáveis por violações graves dos direitos humanos em Mianmar/Birmânia;

b) Pessoas singulares e coletivas, entidades ou organismos cujas ações, políticas ou atividades comprometem a democracia ou o Estado de direito em Mianmar/Birmânia, ou que realizam ou apoiam ações que ameaçam a paz, a segurança ou a estabilidade de Mianmar/Birmânia;

c) Pessoas singulares das Forças Armadas (Tatmadaw), da Força de Polícia de Mianmar e da Polícia de Fronteiras de Mianmar responsáveis pela obstrução à concessão de ajuda humanitária aos civis necessitados;

d) Pessoas singulares das Forças Armadas (Tatmadaw), da Força de Polícia de Mianmar e da Polícia de Fronteiras de Mianmar responsáveis pela obstrução à realização de inquéritos independentes sobre alegadas violações graves dos direitos humanos;

e) Pessoas coletivas, entidades ou organismos detidos ou controlados pelas Forças Armadas de Mianmar (Tatmadaw), ou que lhes proporcionem receitas ou prestem apoio, ou delas retirem benefício;

f) Pessoas singulares ou coletivas, entidades ou organismos associados a essas pesoas a que se referem as alíneas a) a e).

▼M1

4. Do anexo IV devem constar as razões para a inclusão na lista das pessoas, entidades e organismos em causa.

5. O anexo IV deve igualmente incluir, sempre que estejam disponíveis, as informações necessárias para identificar as pessoas singulares e coletivas, as entidades e os organismos em causa. Tratando-se de pessoas singulares, essas informações podem incluir o nome, nomeadamente outros nomes por que a pessoa seja conhecida, a data e o local de nascimento, a nacionalidade, os números de passaporte e de bilhete de identidade, o sexo, o endereço, se for conhecido, e as funções ou profissão. Tratando-se de pessoas coletivas, essas informações podem incluir o nome, o local, a data e o número de registo, bem como o local de atividade.

▼**M1**

Artigo 4.º-B

1. Em derrogação do artigo 4.º-A, as autoridades competentes dos Estados-Membros, identificadas nos sítios Web enumerados no anexo II, podem autorizar o desbloqueamento de determinados fundos ou recursos económicos congelados ou a disponibilização de determinados fundos ou recursos económicos, nas condições que considerem adequadas, após terem determinado que esses fundos ou recursos económicos:

a) São necessários para satisfazer as necessidades básicas das pessoas singulares e coletivas enumeradas no anexo IV e dos familiares dependentes dessas pessoas singulares, incluindo o pagamento de géneros alimentícios, rendas ou empréstimos hipotecários, medicamentos e tratamentos médicos, impostos, apólices de seguro e taxas de serviços públicos;

b) Se destinam exclusivamente ao pagamento de honorários profissionais razoáveis ou ao reembolso de despesas associadas à prestação de serviços jurídicos;

c) Se destinam exclusivamente ao pagamento de encargos ou taxas de serviço correspondentes à manutenção ou gestão normal de fundos ou de recursos económicos congelados;

d) São necessários para cobrir despesas extraordinárias, desde que a autoridade competente tenha comunicado às autoridades competentes dos outros Estados-Membros e à Comissão, pelo menos duas semanas antes da concessão da autorização, os motivos pelos quais considera que deve ser concedida uma autorização específica; ou

e) Devem ser creditados ou debitados numa conta de uma missão diplomática ou consular ou de uma organização internacional que goze de imunidades de acordo com o direito internacional, desde que esses pagamentos se destinem a ser utilizados para fins oficiais da missão diplomática ou consular ou da organização internacional.

2. O Estado-Membro em causa informa os restantes Estados-Membros e a Comissão das autorizações concedidas ao abrigo do n.º 1, no prazo de quatro semanas a contar da concessão da autorização.

Artigo 4.º-C

1. Em derrogação do artigo 4.º-A, as autoridades competentes dos Estados-Membros, identificadas nos sítios Web enumerados no anexo II, podem autorizar o desbloqueamento de determinados fundos ou recursos económicos congelados se estiverem preenchidas as seguintes condições:

a) Os fundos ou recursos económicos foram objeto de uma decisão arbitral proferida antes da data da inclusão na lista do anexo IV da pessoa singular ou coletiva, entidade ou organismo a que se refere o artigo 4.º-A, ou de uma decisão judicial ou administrativa proferida na União, ou de uma decisão judicial executória no Estado-Membro em causa, anterior, posterior ou com essa data;

▼**M1**

b) Os fundos ou recursos económicos serão exclusivamente utilizados para satisfazer créditos garantidos por essa decisão ou nela reconhecidos como válidos, nos limites fixados pelas disposições legislativas e regulamentares que regem os direitos das pessoas titulares desses créditos;

c) O beneficiário da decisão não é uma das pessoas singulares ou coletivas, entidades ou organismos enumerados no anexo IV; e

d) O reconhecimento da decisão não é contrário à ordem pública no Estado-Membro em causa.

2. O Estado-Membro em causa informa os restantes Estados-Membros e a Comissão das autorizações concedidas ao abrigo do n.º 1, no prazo de quatro semanas a contar da concessão da autorização.

Artigo 4.º-D

1. Em derrogação do artigo 4.º-A, nos casos em que uma pessoa singular ou coletiva, entidade ou organismo incluídos na lista do anexo IV deva proceder a um pagamento a título de contratos ou acordos celebrados ou de obrigações contraídas antes da data da sua inclusão na lista do anexo IV, as autoridades competentes dos Estados-Membros podem autorizar, nas condições que considerarem adequadas, o desbloqueamento de determinados fundos ou recursos económicos congelados, desde que essas autoridades competentes determinem que:

a) Os fundos ou recursos económicos serão utilizados para um pagamento a efetuar por uma pessoa singular ou coletiva, entidade ou organismo incluídos a lista do anexo IV;

b) O pagamento não é contrário ao disposto no artigo 4.º-A, n.º 2.

2. O Estado-Membro em causa informa os restantes Estados-Membros e a Comissão das autorizações concedidas ao abrigo do n.º 1, no prazo de quatro semanas a contar da concessão da autorização.

3. O disposto no artigo 4.º-A, n.º 2, não obsta a que as contas congeladas sejam creditadas por instituições financeiras ou de crédito que recebam fundos transferidos por terceiros para a conta de uma pessoa singular ou coletiva, entidade ou organismo incluídos na lista, desde que todos os valores creditados nessas contas sejam igualmente congelados. A instituição financeira ou de crédito deve informar sem demora as autoridades competentes acerca dessas transações.

4. Desde que os juros, outros rendimentos ou pagamentos sejam congelados nos termos do artigo 4.º-A, o disposto no artigo 4.º-A, n.º 2, não se aplica ao crédito em contas congeladas de:

a) Juros ou outros rendimentos a título dessas contas;

b) Pagamentos devidos por força de contratos ou acordos celebrados ou de obrigações contraídas antes da data da inclusão na lista do anexo IV da pessoa singular ou coletiva, entidade ou organismo referido no artigo 4.º-A; ou

▼M1

c) Pagamentos devidos a título de decisões judiciais, administrativas ou arbitrais proferidas num Estado-Membro, ou executórias no Estado-Membro em causa.

▼M22

Artigo 4.º-DA

1. O artigo 4.º-A, n.os 1 e 2, não se aplica à disponibilização de fundos ou recursos económicos necessários para assegurar a prestação atempada de ajuda humanitária ou para apoiar outras atividades destinadas a suprir as necessidades humanas básicas, se essa ajuda e essas outras atividades forem realizadas:

a) Pelas Nações Unidas, incluindo os seus programas, fundos e outras entidades e órgãos, bem como as suas agências especializadas e organizações conexas;

b) Por organizações internacionais;

c) Por organizações humanitárias com estatuto de observador na Assembleia Geral das Nações Unidas e membros dessas organizações;

d) Por organizações não governamentais financiadas a nível bilateral ou multilateral que participem nos planos de resposta humanitária das Nações Unidas, nos planos de resposta para os refugiados das Nações Unidas, noutros apelos das Nações Unidas ou nas estruturas humanitárias coordenadas pelo Gabinete de Coordenação dos Assuntos Humanitários das Nações Unidas;

e) Por organizações e agências às quais a União tenha concedido o Certificado de Parceria Humanitária ou que sejam certificadas ou reconhecidas por um Estado-Membro em conformidade com procedimentos nacionais;

f) Por agências especializadas dos Estados-Membros; ou

g) Por trabalhadores, beneficiários de subvenções, subsidiárias ou parceiros de execução das entidades a que se referem as alíneas a) a f) enquanto e na medida em que atuem nessa qualidade.

2. Sem prejuízo do n.º 1 e em derrogação do artigo 4.º-A, n.os 1 e 2, as autoridades competentes dos Estados-Membros podem autorizar o desbloqueamento de determinados fundos ou recursos económicos congelados, ou a disponibilização de determinados fundos ou recursos económicos, nas condições que considerem adequadas, quando tiverem determinado que a disponibilização de tais fundos ou recursos económicos é necessária para assegurar a prestação atempada de ajuda humanitária ou para apoiar outras atividades destinadas a suprir as necessidades humanas básicas.

3. Na ausência de uma decisão negativa, de um pedido de informações ou de uma notificação de prazo adicional por parte da autoridade competente relevante no prazo de cinco dias úteis a contar da data de receção de um pedido de autorização nos termos do n.º 2, considera-se que essa autorização foi concedida.

4. O Estado-Membro em causa informa os restantes Estados-Membros e a Comissão das autorizações concedidas ao abrigo dos n.os 2 e 3 no prazo de quatro semanas a contar da concessão dessa autorização.

▼**M13**

Artigo 4.º-DB

Em derrogação do artigo 4.º-A, as autoridades competentes de um Estado-Membro podem autorizar, nas condições que considerarem adequadas, o desbloqueamento de determinados fundos ou recursos económicos congelados pertencentes à entidade que figura na entrada 10 do anexo IV, ou a disponibilização de determinados fundos ou recursos económicos a essa entidade, após terem determinado que esses fundos ou recursos económicos são necessários para:

a) Tarefas relacionadas com desmantelamento de poços de petróleo e gás em conformidade com as normas internacionais, tais como a eliminação de resíduos, as atividades de descontaminação do local necessárias por motivos de segurança e regeneração ambiental, a prestação de assistência técnica conexa e o pagamento de impostos e direitos relacionados, bem como salários e benefícios sociais aos assalariados; ou

b) A transferência, antes de 31 de julho de 2022, das participações ou interesses necessária para a rescisão de contratos celebrados com a entidade que figura na entrada 10 do anexo IV antes de 21 de fevereiro de 2022.

▼**M1**

Artigo 4.º-E

1. Sem prejuízo das regras aplicáveis em matéria de comunicação de informações, confidencialidade e sigilo profissional, as pessoas singulares e coletivas, as entidades e os organismos devem:

a) Comunicar imediatamente todas as informações que possam facilitar o cumprimento do presente regulamento, nomeadamente os dados relativos às contas e aos montantes congelados nos termos do artigo 4.º-A, às autoridades competentes dos Estados-Membros em que residem ou estão estabelecidos, e transmitir tais informações, diretamente ou através dos Estados-Membros, à Comissão; e

b) Colaborar com as autoridades competentes na verificação das informações a que se refere a alínea a).

2. As informações adicionais recebidas diretamente pela Comissão devem ser colocadas à disposição dos Estados-Membros.

3. As informações comunicadas ou recebidas ao abrigo do presente artigo só podem ser utilizadas para os fins para os quais foram comunicadas ou recebidas.

Artigo 4.º-F

1. O congelamento de fundos e recursos económicos, ou a recusa da sua disponibilização, quando de boa-fé e no pressuposto de que essas ações são conformes com o presente regulamento, não acarretam qualquer tipo de responsabilidade para a pessoa singular ou coletiva, entidade ou organismo que as pratique, nem para os seus diretores ou assalariados, exceto se se provar que o congelamento ou a retenção desses fundos e recursos económicos resulta de negligência.

2. As ações de pessoas singulares ou coletivas, entidades ou organismos não acarretam qualquer tipo de responsabilidade para essas pessoas singulares ou coletivas, entidades ou organismos caso estes não tivessem conhecimento, nem motivos razoáveis para suspeitar, que as suas ações constituiriam uma infração às medidas estabelecidas no presente regulamento.

▼**M1**

Artigo 4.º-G

É proibido participar, com conhecimento de causa e intencionalmente, em atividades cujo objeto ou efeito seja contornar as medidas estabelecidas no presente regulamento.

Artigo 4.º-H

1. Não são satisfeitos os pedidos relacionados com contratos ou transações cuja execução tenha sido afetada, direta ou indiretamente, total ou parcialmente, pelas medidas impostas ao abrigo do presente regulamento, incluindo pedidos de indemnização ou qualquer outro pedido desse tipo, como um pedido de compensação ou um pedido ao abrigo de uma garantia, em especial um pedido de prorrogação ou de pagamento de uma garantia ou contragarantia, nomeadamente financeira, independentemente da forma que assumam, se forem apresentados por:

a) Pessoas singulares ou coletivas, entidades ou organismos designados, incluídos na lista do anexo IV;

b) Pessoas singulares ou coletivas, entidades ou organismos que atuem por intermédio ou em nome das pessoas, entidades ou organismos referidos na alínea a).

2. Nos procedimentos de execução de pedidos, o ónus da prova de que a satisfação do pedido não é proibida pelo n.º 1 cabe à pessoa singular ou coletiva, entidade ou organismo que requer a execução do pedido.

3. O presente artigo não prejudica o direito que assiste às pessoas singulares ou coletivas, entidades e organismos referidos no n.º 1 a uma fiscalização judicial da legalidade do incumprimento das obrigações contratuais nos termos do presente regulamento.

Artigo 4.º-I

1. Caso o Conselho decida sujeitar uma pessoa singular ou coletiva, entidade ou organismo às medidas referidas no artigo 4.º-A.º, altera o anexo IV em conformidade.

2. O Conselho comunica a sua decisão, incluindo os motivos para a inclusão na lista, à pessoa singular ou coletiva, à entidade ou ao organismo referidos no n.º 1, quer diretamente, se o endereço for conhecido, quer através da publicação de um aviso, dando-lhe a oportunidade de apresentar as suas observações.

3. Caso sejam apresentadas observações ou novos elementos de prova substanciais, o Conselho reaprecia a sua decisão e informa em conformidade a pessoa singular ou coletiva, a entidade ou o organismo em causa.

4. A lista constante do anexo IV é reapreciada a intervalos periódicos e pelo menos de 12 em 12 meses.

▼B

CAPÍTULO 2

Artigo 5.º

As autorizações referidas no artigo 4.º não podem ser concedidas para atividades já realizadas.

▼M1

Artigo 6.º

1. A Comissão e os Estados-Membros informam-se reciprocamente acerca das medidas tomadas ao abrigo do presente regulamento e partilham as informações relevantes de que disponham com ele relacionadas, em especial informações relativas a:

a) Fundos congelados ao abrigo do artigo 4.º-D e a autorizações concedidas nos termos dos artigos 3.º-A, 3.º-B, 3.º-C, 4.º-B, 4.º-C e 4.º-D;

b) Violações do presente regulamento e outros problemas relacionados com a sua aplicação e sentenças proferidas pelos tribunais nacionais.

2. Os Estados-Membros comunicam imediatamente aos demais Estados-Membros e à Comissão outras informações relevantes de que disponham suscetíveis de afetar a aplicação efetiva do presente regulamento.

▼B

Artigo 7.º

A Comissão fica habilitada a alterar o Anexo II com base nas informações comunicadas pelos Estados–Membros.

Artigo 8.º

1. Os Estados–Membros estabelecem o regime de sanções aplicáveis no caso de infração ao disposto no presente regulamento e tomam todas as medidas necessárias para garantir a sua aplicação. As sanções previstas devem ser efetivas, proporcionadas e dissuasivas.

2. Os Estados–Membros devem comunicar sem demora essas regras à Comissão após a entrada em vigor do presente regulamento e notificá–la de qualquer alteração posterior.

Artigo 9.º

1. Os Estados–Membros devem designar as autoridades competentes referidas no presente regulamento e identificá–las nos sítios web enumerados no Anexo II.

2. Os Estados–Membros devem notificar sem demora as respetivas autoridades competentes à Comissão após a entrada em vigor do presente regulamento e informá–la de qualquer alteração posterior.

▼B

Artigo 10.º

O presente regulamento é aplicável:

a) No território da União, incluindo o seu espaço aéreo;

b) A bordo de qualquer aeronave ou navio sob jurisdição de um Estado–Membro;

c) A todos os nacionais de qualquer Estado–Membro, dentro ou fora do território da União;

d) A todas as pessoas coletivas, entidades ou organismos registados ou constituídos nos termos do direito de um Estado–Membro;

e) A todas as pessoas coletivas, entidades ou organismos relativamente a qualquer atividade económica exercida, total ou parcialmente, na União.

Artigo 11.º

É revogado o Regulamento (CE) n.º 194/2008.

Artigo 12.º

O presente regulamento entra em vigor no dia da sua publicação no *Jornal Oficial da União Europeia*.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e diretamente aplicável em todos os Estados–Membros.

▼B

ANEXO I

Lista de equipamento suscetível de ser utilizado para fins de repressão interna referido nos artigos 2.º, 3.º e 4.º

1. Armas de fogo, munições e respetivos acessórios, nomeadamente:

   1.1. Armas de fogo não abrangidas pela LM 1 e pela LM 2 da Lista Militar Comum da UE ([1]);

   1.2. Munições especialmente concebidas para as armas de fogo referidas em 1.1 e respetivos componentes especialmente concebidos para o efeito;

   1.3. Miras não abrangidas pela Lista Militar Comum da União Europeia.

2. Bombas e granadas não abrangidas pela Lista Militar Comum da União Europeia.

3. Os seguintes tipos de veículos:

   3.1. Veículos equipados com canhões de água, especialmente concebidos ou adaptados para controlo de motins;

   3.2. Veículos especialmente concebidos ou adaptados para ser eletrificados a fim de repelir atacantes;

   3.3. Veículos especialmente concebidos ou adaptados para remover barricadas, inclusive equipamento de construção com proteção antibala;

   3.4. Veículos especialmente concebidos para o transporte ou a transferência de prisioneiros e/ou detidos;

   3.5. Veículos especialmente concebidos para a colocação de barreiras móveis;

   3.6. Componentes para os veículos referidos nos pontos 3.1 a 3.5 especialmente concebidos para o controlo de motins;

   Nota 1: Este ponto não abrange os veículos especialmente concebidos para o combate a incêndios.

   Nota 2: Para efeitos do ponto 3.5, o termo "veículos" inclui os atrelados.

4. Substâncias explosivas e equipamento conexo, nomeadamente:

   4.1. Equipamentos e dispositivos especialmente concebidos para desencadear explosões por processos elétricos ou outros, incluindo dispositivos de ignição, detonadores, tinidores, aceleradores de ignição e cordão detonador, e respetivos componentes especialmente concebidos para o efeito, exceto os especialmente concebidos para uma utilização comercial específica consistindo no desencadeamento ou funcionamento, por meios explosivos, de outros equipamentos ou dispositivos cuja função não seja a produção de explosões (por exemplo, dispositivos de enchimento de sacos de ar (airbags) para veículos automóveis, descarregadores de sobre tensões elétricas para desencadeadores de aspersores de incêndio);

([1]) Lista Militar Comum da União Europeia (adotada pelo Conselho em 11 de março de 2013) (JO C 30 de 27.3.2013, p. 1).

▼B

4.2. Cargas explosivas de recorte linear não abrangidas pela Lista Militar Comum da UE;

4.3. Outros explosivos não abrangidos pela Lista Militar Comum da UE e substâncias relacionadas com os mesmos, nomeadamente:

a. Amato;

b. nitro celulose (com um teor de azoto superior a 12,5 %);

c. nitro glicol;

d. tetra nitrato de pentaeritritol (PETN);

e. cloreto de picrilo;

f. 2,4,6–trinitrotolueno (TNT).

5. Equipamento de proteção não abrangido pela LM 13 da Lista Militar Comum da UE, nomeadamente:

5.1. Fatos blindados com proteção antibala e/ou proteção contra armas brancas;

5.2. Capacetes com proteção antibala e/ou anti–fragmentação, capacetes antimotim, escudos antimotim e escudos antibala.

Nota: Este ponto não abrange:

— equipamento especialmente concebido para atividades desportivas;

— o equipamento especialmente concebido para efeitos de segurança no trabalho.

6. Simuladores para treino na utilização de armas de fogo, que não sejam os abrangidos pela LM 14 da Lista Militar Comum da UE, e programas informáticos especialmente concebidos para o efeito.

7. Equipamento de visão noturna e tubos amplificadores de imagem, que não sejam os abrangidos pela Lista Militar Comum da UE.

8. Arame farpado em lâmina.

9. Punhais militares, facas de combate e baionetas com um comprimento de lâmina superior a 10 cm.

10. Equipamento especialmente concebido para produzir os artigos enumerados na presente lista.

11. Tecnologia específica para a conceção, produção e utilização dos artigos enumerados na presente lista.

▼B

ANEXO II

Sítios web para informação sobre as autoridades competentes a que se referem os artigos 4.º, 7.º e 9.º e endereço para o envio das notificações à Comissão Europeia

▼M25

BÉLGICA

https://diplomatie.belgium.be/en/policy/policy_areas/peace_and_security/sanctions

BULGÁRIA

https://www.mfa.bg/en/EU-sanctions

CHÉQUIA

www.financnianalytickyurad.cz/mezinarodni-sankce.html

DINAMARCA

https://um.dk/udenrigspolitik/sanktioner/ansvarlige-myndigheder

ALEMANHA

https://www.bmwi.de/Redaktion/DE/Artikel/Aussenwirtschaft/embargos-aussenwirtschaftsrecht.html

ESTÓNIA

https://vm.ee/sanktsioonid-ekspordi-ja-relvastuskontroll/rahvusvahelised-sanktsioonid

IRLANDA

https://www.dfa.ie/our-role-policies/ireland-in-the-eu/eu-restrictive-measures/

GRÉCIA

http://www.mfa.gr/en/foreign-policy/global-issues/international-sanctions.html

ESPANHA

https://www.exteriores.gob.es/es/PoliticaExterior/Paginas/SancionesInternacionales.aspx

FRANÇA

http://www.diplomatie.gouv.fr/fr/autorites-sanctions/

CROÁCIA

https://mvep.gov.hr/vanjska-politika/medjunarodne-mjere-ogranicavanja/22955

ITÁLIA

https://www.esteri.it/it/politica-estera-e-cooperazione-allo-sviluppo/politica_europea/misure_deroghe/

CHIPRE

https://mfa.gov.cy/themes/

▼**M25**

LETÓNIA

https://www.fid.gov.lv/en

LITUÂNIA

https://www.urm.lt/en/lithuania-in-the-region-and-the-world/lithuanias-security-policy/international-sanctions/997

LUXEMBURGO

https://maee.gouvernement.lu/fr/directions-du-ministere/affaires-europeennes/organisations-economiques-int/mesures-restrictives.html

HUNGRIA

https://kormany.hu/kulgazdasagi-es-kulugyminiszterium/ensz-eu-szankcios-tajekoztato

MALTA

https://smb.gov.mt/

PAÍSES BAIXOS

https://www.rijksoverheid.nl/onderwerpen/internationale-sancties

ÁUSTRIA

https://www.bmeia.gv.at/themen/aussenpolitik/europa/eu-sanktionen-nationale-behoerden/

POLÓNIA

https://www.gov.pl/web/dyplomacja/sankcje-miedzynarodowe

https://www.gov.pl/web/diplomacy/international-sanctions

PORTUGAL

https://portaldiplomatico.mne.gov.pt/politica-externa/medidas-restritivas

ROMÉNIA

http://www.mae.ro/node/1548

ESLOVÉNIA

http://www.mzz.gov.si/si/omejevalni_ukrepi

ESLOVÁQUIA

https://www.mzv.sk/europske_zalezitosti/europske_politiky-sankcie_eu

FINLÂNDIA

https://um.fi/pakotteet

SUÉCIA

https://www.regeringen.se/sanktioner

▼**M25**

Endereço para o envio de notificações à Comissão Europeia:

Comissão Europeia
Direção-Geral da Estabilidade Financeira, dos Serviços Financeiros e da União dos Mercados de Capitais (DG FISMA)
Rue de Spa 2/Spastraat 2
1049 Bruxelles/Brussel
BELGIQUE/BELGIË
Correio eletrónico: relex-sanctions@ec.europa.eu

▼M1

ANEXO III

Equipamento, tecnologia e *software* referidos nos artigos 3.º-B e 3.º-C

Nota geral

Não obstante o seu conteúdo, o presente anexo não se aplica ao seguinte:

a) Equipamento, tecnologia ou *software* especificados no anexo I do Regulamento (CE) n.º 428/2009 ou na Lista Militar Comum; ou

b) *Software* concebido para instalação pelo utilizador sem necessidade de assistência técnica importante por parte do fornecedor e que esteja geralmente à disposição do público por venda direta, sem restrições, em postos de venda a retalho, mediante:

   i) transações diretas,

   ii) transações por correspondência,

   iii) transações eletrónicas, ou

   iv) encomendas por telefone; ou

c) *Software* que seja do domínio público.

As secções A, B, C, D e E reportam-se às secções referidas no Regulamento (CE) n.º 428/2009.

A expressão «o equipamento, a tecnologia e o *software*» referida nos artigos 3.º-B e 3.º-C inclui:

A. Lista de equipamento

— Equipamento de inspeção profunda de pacotes

— Equipamento de interceção de redes, nomeadamente sistema de gestão de interceções (IMS) e equipamento de informações sobre ligações para conservação de dados

— Equipamento de controlo de radiofrequências

— Equipamento de interferência em redes e em comunicações via satélite

— Equipamento de infeção à distância

— Equipamento de reconhecimento/tratamento vocal

— Equipamento de controlo e interceção IMSI ([1]), MSISDN ([2]), IMEI ([3]), TMSI ([4])

([1]) IMSI é a sigla de International Mobile Subscriber Identity (identidade internacional de assinante móvel). Trata-se de um código de identificação único, atribuído a cada aparelho de telefonia móvel, integrado no cartão SIM e que permite a identificação do SIM através das redes GSM e UMTS.

([2]) MSISDN é a sigla de Mobile Subscriber Integrated Services Digital Network Number (número de rede digital com integração de serviços de terminal móvel). Trata-se de um número que identifica exclusivamente uma assinatura na rede móvel GSM ou UMTS. Ou seja, é o número de telefone associado ao cartão SIM do telefone móvel, identificando assim o assinante móvel e o IMSI, mas servindo para encaminhar as chamadas.

([3]) IMEI é a sigla de International Mobile Equipment Identity (identidade internacional de equipamento móvel). Trata-se de um número, normalmente único, que serve para identificar os telefones móveis GSM, WCDMA e IDEN e alguns telefones por satélite. Normalmente, vem impresso no compartimento da bateria do telefone. A interceção (escutas telefónicas) pode ser especificada pelo respetivo número IMEI, bem como pelo IMSI e MSISDN.

([4]) TMSI é a sigla de Temporary Mobile Subscriber Identity (identidade temporária de assinante móvel). Trata-se da identidade que é enviada com maior frequência entre o telefone móvel e a rede.

▼M1

— Equipamento de controlo e interceção tático SMS ([1])/GSM ([2])/GPS ([3])/GPRS ([4])/UMTS ([5])/CDMA ([6])/PSTN ([7])

— Equipamento de controlo e interceção de informações DHCP ([8]), SMTP ([9]), GTP ([10])

— Equipamento de padrões de caracterização de padrões

— Equipamento de técnicas forenses à distância

— Equipamento de motores de tratamento semântico

— Equipamento de violação de códigos WEP e WPA

— Equipamento de interceção para protocolos padrão ou privados de telefonia Internet (VoIP)

B. Não utilizado

C. Não utilizado

D. «*Software*» para o «desenvolvimento», «produção» ou «utilização» dos equipamentos acima especificados em A.

E. «Tecnologia» para o «desenvolvimento», «produção» ou «utilização» dos equipamentos acima especificados em A.

O equipamento, a tecnologia e o *software* destas secções só são abrangidos pelo presente anexo na medida em que se enquadrem na classificação genérica de «sistemas de controlo e interceção de Internet, comunicações telefónicas e por satélite».

Para efeitos do presente anexo, por «controlo» entende-se a aquisição, a extração, a descodificação, a gravação, o tratamento, a análise e o arquivamento do conteúdo das chamadas ou de dados da rede.

([1]) SMS é a sigla de Short Message System (serviço de mensagens curtas).
([2]) GSM é a sigla de Global System for Mobile Communications (sistema global de comunicações móveis).
([3]) GPS é a sigla de Global Positioning System (sistema de posicionamento global).
([4]) GPRS é a sigla de General Package Radio Service (serviço geral de radiocomunicações por pacotes).
([5]) UMTS é a sigla de Universal Mobile Telecommunications System (sistema universal de telecomunicações móveis).
([6]) CDMA é a sigla de Code Division Multiple Access (acesso múltiplo por divisão de código).
([7]) RTPC é a sigla de Rede Telefónica Pública Comutada (em inglês: PSTN – Public Switch Telephone Networks).
([8]) DHCP é a sigla de Dynamic Host Configuration Protocol (protocolo de configuração dinâmica de servidor).
([9]) SMTP é a sigla de Simple Mail Transfer Protocol (protocolo de transferência de correio eletrónico simples).
([10]) GTP é a sigla de GPRS Tunneling Protocol (protocolo de tunelização de GPRS).

▼M1

ANEXO IV

Lista das pessoas singulares ou coletivas, entidades e organismos referidos no artigo 4.º-A.

▼M10

A. Lista de pessoas singulares a que se refere o artigo 4.º-A

▼M5

	Nome	Elementos de identificação	Justificação	Data de inclusão na lista
1.	Aung Kyaw Zaw	Data de nascimento: 20 de agosto de 1961 Género: masculino Número de passaporte: DM000826 Data de emissão: 22 de novembro de 2011 Data de expiração: 21 de novembro de 2021 Número de identificação militar: BC 17444	O tenente-general Aung Kyaw Zaw foi o comandante do Serviço de Operações Especiais n.º 3 das Forças Armadas de Mianmar (Tatmadaw) de agosto de 2015 até ao final de 2017. O Serviço de Operações Especiais n.º 3 supervisionou o Comando Oeste e, nesse contexto, o tenente-general Aung Kyaw Zaw é responsável pelas atrocidades e graves violações dos direitos humanos cometidas contra a população roinja no Estado de Rakhine pelo Comando Oeste durante esse período. Estas incluem execuções extrajudiciais, violência sexual e o incêndio sistemático de casas e edifícios dos roinja.	25.6.2018
2.	Maung Maung Soe	Data de nascimento: março de 1964 Género: masculino Número de Identificação Nacional: Tatmadaw Kyee 19571	O major-general Maung Maung Soe foi o comandante do Comando Ocidental das Forças Armadas de Mianmar (Tatmadaw) de outubro de 2016 a 10 de novembro de 2017 e supervisionou as operações militares no Estado de Rakhine. Nesse contexto, é responsável pelas atrocidades e graves violações dos direitos humanos cometidas contra a população Rohingya no Estado de Rakhine pelo Comando Ocidental durante esse período. Estas incluem execuções extrajudiciais, violência sexual e o incêndio sistemático de habitações e edifícios dos Rohingya.	25.6.2018
▼M7 3.	Than Oo	Data de nascimento: 12 de outubro de 1973 Género: masculino Número de identificação militar: BC 25723	O brigadeiro-general Than Oo foi o comandante da 99.ª Divisão de Infantaria Ligeira das Forças Armadas de Mianmar (Tatmadaw) até maio de 2018. Nesse contexto, é responsável pelas atrocidades e graves violações dos direitos humanos cometidas contra os roinja no Estado de Rakhine pela 99.ª Divisão de Infantaria Ligeira no segundo semestre de 2017. Estas incluem execuções extrajudiciais, violência sexual e o incêndio sistemático de casas e edifícios dos roinja.	25.6.2018
▼M19 4.	Aung Aung	Género: masculino; Número de identificação militar: BC 23750	O tenente-general Aung Aung é comandante do Serviço de Operações Especiais n.º 2 desde outubro de 2022. É o antigo comandante do Comando Sudoeste das Forças Armadas de Mianmar (Tatmadaw) e o antigo comandante da 33.ª Divisão de Infantaria Ligeira das Forças Armadas de Mianmar (Tatmadaw). Nesse contexto, é	25.6.2018

▼M19

	Nome	Elementos de identificação	Justificação	Data de inclusão na lista
			responsável pelas atrocidades e graves violações dos direitos humanos cometidas contra a população roinja no Estado de Rakhine pela 33.ª Divisão de Infantaria Ligeira no segundo semestre de 2017. Essas incluem execuções extrajudiciais, violência sexual e o incêndio sistemático de casas e edifícios dos roinja.	

▼M5

5.	Khin Maung Soe	Data de nascimento: 1972 Género: masculino	O brigadeiro-general Khin Maung Soe é o comandante do Comando Operativo Militar 15, também por vezes conhecido por 15.ª Divisão de Infantaria Ligeira das Forças Armadas de Mianmar (Tatmadaw), que integra o Batalhão de Infantaria n.º 564. Nesse contexto, é responsável pelas atrocidades e graves violações dos direitos humanos cometidas contra a população roinja no Estado de Rakhine no segundo semestre de 2017 pelo Comando Operativo Militar 15, e em particular pelo Batalhão de Infantaria n.º 564. Estas incluem execuções extrajudiciais, violência sexual e o incêndio sistemático de casas e edifícios dos roinja.	25.6.2018
6.	Thura San Lwin	Data de nascimento: 17 de março de 1959 Género: masculino	O brigadeiro-general Thura San Lwin foi o comandante da Polícia de Fronteiras de outubro de 2016 até ao início de outubro de 2017. Nesse contexto, é responsável pelas atrocidades e graves violações dos direitos humanos cometidas contra a população roinja no Estado de Rakhine pela Polícia de Fronteiras durante esse período. Estas incluem execuções extrajudiciais e o incêndio sistemático de casas e edifícios dos roinja.	25.6.2018

▼M19

7.	Thant Zin Oo	Género: masculino	Thant Zin Oo foi comandante do 8.° Batalhão da Polícia de Segurança. Nesse contexto, é responsável pelas atrocidades e graves violações dos direitos humanos cometidas contra a população roinja no Estado de Rakhine pelo 8.° Batalhão da Polícia de Segurança no segundo semestre de 2017. As graves violações dos direitos humanos incluem execuções extrajudiciais e o incêndio sistemático de casas e edifícios dos roinja. Essas violações foram cometidas conjuntamente e com o apoio direto da 33.ª Divisão de Infantaria Ligeira das Forças Armadas de Mianmar (Tatmadaw), liderada pelo tenente (antigo brigadeiro)-general Aung Aung. Thant Zin Oo está, por conseguinte, associado a uma pessoa incluída na lista, o tenente-general Aung Aung.	25.6.2018

▼M5

	Nome	Elementos de identificação	Justificação	Data de inclusão na lista
8.	Ba Kyaw	Género: masculino	Ba Kyaw é um primeiro-sargento do 564.º do batalhão de infantaria ligeira das forças armadas de Mianmar (Tatmadaw). Ba Kyaw cometeu atrocidades e graves violações dos direitos humanos, incluindo assassinatos, deportações e tortura, contra a população roinja no Estado de Rakhine no segundo semestre de 2017. Foi identificado, em particular como um dos principais autores do massacre de Maung Nu, em 27 de agosto de 2017.	21.12.2018
9.	Tun Naing	Género: masculino	Tun Naing é o comandante da base da polícia de fronteiras em Taung Bazar. Nessa qualidade, é responsável pelas atrocidades e graves violações dos direitos humanos perpetradas contra a população roinja no Estado de Rakhine pela polícia de fronteiras em Taung Bazar, tanto em 25 de agosto de 2017 como antes e depois dessa data, atos esses que incluem detenções forçadas, maus tratos e tortura.	21.12.2018
▼M19 10.	Khin Hlaing	Data de nascimento: 2 de maio de 1968; Género: masculino	O tenente-general Khin Hlaing é comandante do Serviço de Operações Especiais n.º 4 desde outubro de 2022. É o antigo comandante do Comando da Região do Triângulo das Forças Armadas de Mianmar (Tatmadaw). É o antigo comandante da 99.ª Divisão de Infantaria Ligeira das Forças Armadas de Mianmar (Tatmadaw) e foi comandante do Comando Nordeste das Forças Armadas de Mianmar (Tatmadaw). Enquanto comandante da 99.ª Divisão de Infantaria Ligeira supervisionou operações militares executadas no Estado de Shan em 2016 e no início de 2017. Nesse contexto, é responsável pelas atrocidades e graves violações dos direitos humanos cometidas contra aldeões de minorias étnicas no Estado de Shan pela 99.ª Divisão de Infantaria Ligeira na segunda metade de 2016. Essas incluem execuções extrajudiciais, detenções forçadas e a destruição de aldeias.	21.12.2018
▼M5 11.	Aung Myo Thu	Género: masculino	O major Aung Myo Thu é o comandante operacional da 33.ª divisão de infantaria ligeira das forças armadas de Mianmar (Tatmadaw). Enquanto comandante operacional da 33.ª divisão de infantaria ligeira supervisionou operações militares executadas no Estado de Rakhine em 2017. Nesse contexto, é responsável pelas atrocidades e graves violações dos direitos humanos cometidas contra a população roinja no Estado de Rakhine pela 33.ª divisão de infantaria ligeira no segundo semestre de 2017. Entre esses atos incluem-se execuções extrajudiciais, assassinatos, violência sexual e detenções forçadas.	21.12.2018

▼**M5**

	Nome	Elementos de identificação	Justificação	Data de inclusão na lista
12.	Thant Zaw Win	Género: masculino	Thant Zaw Win é major no 564.º batalhão de infantaria ligeira das forças armadas de Mianmar (Tatmadaw). Nessa qualidade, supervisionou as operações militares realizadas no Estado de Rakhine e é responsável pelas atrocidades e graves violações dos direitos humanos cometidas contra a população roinja no Estado de Rakhine pelo 564.º batalhão de infantaria ligeira, nomeadamente na aldeia Maung Nu e áreas circundantes, em 27 de agosto de 2017. Entre estas ações incluem-se execuções extrajudiciais, violência sexual e o incêndio sistemático de casas e edifícios dos roinja.	21.12.2018
13.	Kyaw Chay	Género: masculino	Kyaw Chay é um cabo da polícia de fronteiras. Esteve anteriormente colocado na base da polícia de fronteiras em Zay Di Pyin, onde era o oficial de comando por volta de 25 de agosto de 2017, altura em que a polícia de fronteiras, sob o seu comando, cometeu uma série de violações dos direitos humanos. Nesse contexto, é responsável pelas atrocidades e graves violações dos direitos humanos cometidas pela polícia de fronteiras contra a população roinja no Estado de Rakhine durante esse período. Participou também em violações graves dos direitos humanos. Entre essas violações contam-se casos de tortura e de maus tratos infligidos a detidos.	21.12.2018
14.	Nyi Nyi Swe	Género: masculino	O major-general Nyi Nyi Swe é o antigo comandante do Comando Norte das forças armadas de Mianmar (Tatmadaw). Nesse contexto, é responsável pelas atrocidades e graves violações dos direitos humanos cometidas pelo Comando Norte no Estado de Kachin de maio de 2016 a abril de 2018 (até à sua nomeação como comandante do Comando do Sudoeste), incluindo maus tratos de civis. É também responsável por obstruir a prestação de assistência humanitária a civis necessitados no Estado de Kachin durante esse período, em especial o transporte de bens alimentares.	21.12.2018

▼M5

	Nome	Elementos de identificação	Justificação	Data de inclusão na lista
▼M28				
15.	Min Aung Hlaing	Data de nascimento: 3.7.1956; Local de nascimento: Tavoy, Mianmar/Birmânia; Nacionalidade: Mianmar; Número de Identificação Nacional: 12/SAKHANA(N)020199; Sexo: masculino	Min Aung Hlaing é comandante-chefe das Forças Armadas de Mianmar (Tatmadaw) desde 2011. É presidente da Comissão de Segurança e Paz do Estado (SSPC), tendo exercido as mesmas funções no Conselho de Administração do Estado (CAE) até à substituição do CAE pela SSPC em 31 de julho de 2025. É também membro do Conselho Nacional para a Defesa e Segurança (CNDS). Min Aung Hlaing autoproclamou-se «primeiro-ministro» em 1 de agosto de 2021. Em 1 de fevereiro de 2021, as Forças Armadas de Mianmar (Tatmadaw), lideradas pelo comandante-chefe Min Aung Hlaing, levaram a cabo um golpe de Estado em Mianmar/Birmânia rejeitando os resultados das eleições de 8 de novembro de 2020 e derrubando o governo democraticamente eleito. No âmbito do golpe de Estado, o vice-presidente Myint Swe, na qualidade de presidente em exercício, declarou o estado de emergência em 1 de fevereiro de 2021 e transferiu os poderes legislativo, executivo e judicial do Estado para o comandante-chefe dos Serviços de Defesa, general Min Aung Hlaing. Em 2 de fevereiro de 2021, foi criado o CAE no intuito de exercer esses poderes, impedindo o governo democraticamente eleito de cumprir o seu mandato. A pedido de Min Aung Hlaing, o CNDS prorrogou formalmente o estado de emergência através de prorrogações consecutivas até 31 de julho de 2025. Ao concentrar todos os poderes nas suas próprias mãos e na qualidade de presidente do CAE/SSPC, o comandante-chefe Min Aung Hlaing está diretamente envolvido na tomada de decisões, e é por elas responsável, no que respeita às funções do Estado e, por conseguinte, é responsável por comprometer a democracia e o Estado de direito em Mianmar/Birmânia. Além disso, o CAE/SSPC adotou decisões que limitam o direito à liberdade de expressão, incluindo o acesso à informação, e o direito à liberdade de reunião pacífica. As forças militares e as autoridades que operam sob o controlo do CAE/SSPC cometeram graves violações dos direitos humanos desde 1 de fevereiro de 2021; mataram civis e manifestantes desarmados, limitaram as liberdades de reunião e de expressão, inclusive através da limitação do acesso à Internet e da prisão e detenção arbitrária de dirigentes da oposição e opositores ao golpe de Estado. Na qualidade de presidente do CAE/SSPC, o comandante-chefe Min Aung Hlaing é diretamente responsável por essas ações de repressão e por graves violações dos direitos humanos.	22.3.2021

▼**M28**

	Nome	Elementos de identificação	Justificação	Data de inclusão na lista
			Em 2018, as Nações Unidas, bem como outras organizações internacionais da sociedade civil, relataram graves violações dos direitos humanos e graves violações do direito internacional humanitário cometidas nos Estados de Kachin, Rakhine e Shan contra a população roinja pelas forças militares e policiais desde 2011, e concluíram que muitas destas violações constituem os mais graves crimes nos termos do direito internacional. Na qualidade de comandante-chefe da Tatmadaw desde 2011, Min Aung Hlaing é diretamente responsável por essas graves violações e atropelos dos direitos humanos contra a população roinja.	
—				
17.	Soe Win	Data de nascimento: 1.3.1960; Nacionalidade: Mianmar; Sexo: masculino	Soe Win é comandante-chefe adjunto das Forças Armadas de Mianmar (Tatmadaw) desde 2011. É vice-presidente da Comissão de Segurança e Paz do Estado (SSPC), tendo anteriormente exercido as mesmas funções no Conselho de Administração do Estado (CAE) até à substituição do CAE pela SSPC em 31 de julho de 2025. É também membro do Conselho Nacional para a Defesa e Segurança (CNDS). Em 1 de fevereiro de 2021, as Forças Armadas de Mianmar (Tatmadaw), lideradas pelo comandante-chefe Min Aung Hlaing, realizaram um golpe de Estado em Mianmar, rejeitando os resultados das eleições de 8 de novembro de 2020 e derrubando o governo democraticamente eleito. No âmbito do golpe de Estado, o vice-presidente Myint Swe, na qualidade de presidente em exercício, declarou o estado de emergência em 1 de fevereiro de 2021 e transferiu os poderes legislativo, executivo e judicial do Estado para o comandante-chefe dos Serviços de Defesa, general Min Aung Hlaing. Em 2 de fevereiro de 2021, foi criado o CAE no intuito de exercer esses poderes, impedindo o governo democraticamente eleito de cumprir o seu mandato. Soe Win participou na reunião do CNDS de 31 de janeiro de 2022, em que o estado de emergência foi prorrogado através de prorrogações consecutivas até 31 de julho de 2025.	22.3.2021

▼M28

	Nome	Elementos de identificação	Justificação	Data de inclusão na lista
			Na qualidade de vice-presidente do CAE/ /SSPC, o comandante-chefe adjunto Soe Win está diretamente envolvido na tomada de decisões, e é por elas responsável, no que respeita às funções do Estado e, por conseguinte, é responsável por comprometer a democracia e o Estado de direito em Mianmar/Birmânia. Além disso, o CAE/ /SSPC adotou decisões que limitam o direito à liberdade de expressão, incluindo o acesso à informação, e o direito à liberdade de reunião pacífica. As forças militares e as autoridades que operam sob o controlo do CAE/SSPC cometeram graves violações dos direitos humanos desde 1 de fevereiro de 2021; mataram civis e manifestantes desarmados, limitaram as liberdades de reunião e de expressão, inclusive através da limitação do acesso à Internet e da prisão e detenção arbitrária de dirigentes da oposição e opositores ao golpe de Estado. Na qualidade de vice-presidente do CAE/ /SSPC, o comandante-chefe adjunto Soe Win é diretamente responsável por essas ações de repressão e por graves violações dos direitos humanos. Em 2018, as Nações Unidas, bem como outras organizações internacionais da sociedade civil, relataram graves violações dos direitos humanos e graves violações do direito internacional humanitário cometidas nos Estados de Kachin, Rakhine e Shan contra a população roinja pelas forças militares e policiais desde 2011, e concluíram que muitas destas violações constituem os mais graves crimes nos termos do direito internacional. Na qualidade de comandante-chefe adjunto da Tatmadaw desde 2011, Soe Win é responsável por essas graves violações e atropelos dos direitos humanos contra a população roinja.	

▼M27

18.	Sein Win	Data de nascimento: 24.7.1956; Local de nascimento: Pyin Oo Lwin, Mianmar/Birmânia; Nacionalidade: Mianmar; Sexo: masculino	O tenente-general Sein Win é membro da Tatmadaw e é o antigo ministro da Defesa (entre 24 de agosto de 2015 e 1 de fevereiro de 2021). Desde fevereiro de 2021, é presidente da Myanmar War Veterans Organization.	22.3.2021

▼M27

	Nome	Elementos de identificação	Justificação	Data de inclusão na lista
			Em 1 de fevereiro de 2021, participou na reunião do Conselho Nacional para a Defesa e Segurança (CNDS) com os outros membros da Tatmadaw. A reunião do CNDS foi inconstitucional pois não incluiu os seus membros civis. Myint Swe foi declarado presidente em exercício durante esta reunião. Em seguida, Myint Swe declarou o estado de emergência e entregou os poderes legislativo, executivo e judicial do Estado a Min Aung Hlaing, comandante-chefe dos Serviços de Defesa. O procedimento de declaração do estado de emergência foi violado, uma vez que, ao abrigo da constituição, só o presidente tem autoridade para declarar o estado de emergência. Ao participar na reunião do CNDS em que foi decidido declarar o estado de emergência e transferir os poderes legislativo, executivo e judicial do Estado para o comandante-chefe dos Serviços de Defesa, Sein Win contribuiu para rejeitar os resultados das eleições de 8 de novembro de 2020 e derrubar o governo democraticamente eleito. Por conseguinte, é responsável por comprometer a democracia e o Estado de direito em Mianmar/Birmânia. Em 2018, as Nações Unidas, bem como outras organizações internacionais da sociedade civil, relataram graves violações dos direitos humanos e graves violações do direito internacional humanitário cometidas nos Estados de Kachin, Rakhine e Shan contra a população roinja pelas forças militares e policiais desde 2011, e concluíram que muitas destas violações constituem os mais graves crimes nos termos do direito internacional. Na qualidade de ministro da Defesa de 24 de agosto de 2015 a 1 de fevereiro de 2021, Sein Win é responsável por essas graves violações e atropelos dos direitos humanos contra a população roinja.	

▼M9

19.	Thein Soe (T.c.p. U Thein Soe)	Data de nascimento: 23 de janeiro de 1952 Local de nascimento: Kani, Mianmar/Birmânia Nacionalidade: Mianmar/ /Birmânia Género: masculino	Thein Soe foi nomeado presidente da Comissão Eleitoral da União (CEU) em 2 de fevereiro de 2021. Ao aceitar esta nomeação na sequência do golpe militar de 1 de fevereiro de 2021 e através das suas ações enquanto presidente da CEU, nomeadamente o cancelamento dos resultados das eleições sem provas demonstradas de fraude, Thein Soe esteve diretamente envolvido em ações que comprometem a democracia e o Estado de direito em Mianmar/Birmânia.	22.3.2021

▼M5

	Nome	Elementos de identificação	Justificação	Data de inclusão na lista
▼M28				
20.	Mya Tun Oo	Nacionalidade: Mianmar/ /Birmânia; Data de nascimento: 4.5.1961 ou 5.5.1961; Sexo: masculino	O general Mya Tun Oo é membro das Forças Armadas de Mianmar (Tatmadaw). Foi ministro da Defesa de 1 de fevereiro de 2021 a 3 de agosto de 2023, e foi membro do Conselho de Administração do Estado (CAE) até à sua dissolução, em 31 de julho de 2025. Em 1 de fevereiro de 2023, foi também nomeado vice-primeiro-ministro. A partir de 1 de agosto de 2023, assumiu igualmente as funções de ministro dos Transportes e das Comunicações da União. Além disso, supervisiona outros organismos de supervisão controlados pela junta, relacionados com o investimento e o comércio externos. Em 1 de fevereiro de 2021, as Forças Armadas de Mianmar (Tatmadaw), lideradas pelo comandante-chefe Min Aung Hlaing, realizaram um golpe de Estado em Mianmar rejeitando os resultados das eleições de 8 de novembro de 2020 e derrubando o governo democraticamente eleito. No âmbito do golpe de Estado, o vice-presidente Myint Swe, na qualidade de presidente em exercício, declarou o estado de emergência em 1 de fevereiro de 2021 e transferiu os poderes legislativo, executivo e judicial do Estado para o comandante-chefe dos Serviços de Defesa, o general Min Aung Hlaing. Em 2 de fevereiro de 2021, foi criado o CAE no intuito de exercer esses poderes, impedindo o governo democraticamente eleito de cumprir o seu mandato. Mya Tun Oo participou na reunião do Conselho Nacional para a Defesa e Segurança (CNDS) de 31 de janeiro de 2022, em que o estado de emergência foi prorrogado até 31 de julho de 2022. Na qualidade de membro do CNDS e do CAE, o general Mya Tun Oo está diretamente envolvido na tomada de decisões, e é por elas responsável, no que respeita às funções do Estado e, por conseguinte, é responsável por comprometer a democracia e o Estado de direito em Mianmar/Birmânia. Além disso, o CAE adotou decisões que limitam o direito à liberdade de expressão, incluindo o acesso à informação, e o direito à liberdade de reunião pacífica. As forças militares e as autoridades que operam sob o controlo do CAE cometeram graves violações dos direitos humanos desde 1 de fevereiro de 2021; mataram civis e manifestantes desarmados, limitaram as liberdades de reunião e de expressão, inclusive através da limitação do acesso à Internet e da prisão e detenção arbitrária de dirigentes da oposição e opositores ao golpe de Estado.	22.3.2021

▼**M28**

	Nome	Elementos de identificação	Justificação	Data de inclusão na lista
			Na qualidade de antigo membro do CAE, o general Mya Tun Oo é diretamente responsável por essas ações de repressão e por graves violações dos direitos humanos. Além disso, na qualidade de antigo ministro da Defesa, Mya Tun Oo é responsável pelos ataques levados a cabo pelas forças militares no Estado de Kayah em 25 de dezembro de 2021, que causaram a morte de mais de 30 pessoas, incluindo crianças e pessoal humanitário, e pela prática de assassínios em massa e de tortura de civis em todo o território de Mianmar/Birmânia. Na sua anterior função de ministro da Defesa, o general Mya Tun Oo foi, além disso, responsável pelos bombardeamentos, ataques aéreos e outros atos de violência em grande escala perpetrados pelas Forças Armadas de Mianmar em 2022. Por conseguinte, é responsável por graves violações dos direitos humanos em Mianmar/Birmânia. Em 2018, as Nações Unidas, bem como outras organizações internacionais da sociedade civil, relataram graves violações dos direitos humanos e graves violações do direito internacional humanitário cometidas nos Estados de Kachin, Rakhine e Shan contra a população roinja pelas forças militares e policiais desde 2011, e concluíram que muitas destas violações constituem os mais graves crimes nos termos do direito internacional. De agosto de 2016 até ser nomeado ministro da Defesa, Mya Tun Oo foi chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas de Mianmar (Tatmadaw), o terceiro mais alto posto da Tatmadaw. Nessa qualidade, supervisionou operações militares realizadas no Estado de Rakhine e coordenou os diversos ramos das forças armadas — Exército, Marinha e Força Aérea, bem como o uso de artilharia. Por conseguinte, é responsável por essas graves violações e atropelos dos direitos humanos contra a população roinja.	
21.	Dwe Aung Lin	Data de nascimento: 31.5.1962; Nacionalidade: Mianmar; Sexo: masculino	O tenente-general Dwe Aung Lin é membro das Forças Armadas de Mianmar (Tatmadaw) e foi secretário do Conselho de Administração do Estado (CAE) até à substituição do CAE pela Comissão de Segurança e Paz do Estado (SSPC) em 31 de julho de 2025. É membro da SSPC desde 31 de julho de 2025.	22.3.2021

▼**M28**

	Nome	Elementos de identificação	Justificação	Data de inclusão na lista
			Em 1 de fevereiro de 2021, as Forças Armadas de Mianmar (Tatmadaw), lideradas pelo comandante-chefe Min Aung Hlaing, realizaram um golpe de Estado em Mianmar, rejeitando os resultados das eleições de 8 de novembro de 2020 e derrubando o governo democraticamente eleito. No âmbito do golpe de Estado, o vice-presidente Myint Swe, na qualidade de presidente em exercício, declarou o estado de emergência em 1 de fevereiro e transferiu os poderes legislativo, executivo e judicial do Estado para o comandante-chefe dos Serviços de Defesa, o general Min Aung Hlaing. Em 2 de fevereiro, foi criado o CAE no intuito de exercer esses poderes, impedindo o governo democraticamente eleito de cumprir o seu mandato. O tenente-general Dwe Aung Lin foi nomeado secretário do CAE em 2 de fevereiro de 2021 e tem emitido as ordens do CAE, tendo nomeadamente ordenado a remoção de pessoas dos cargos para os quais tinham sido nomeados pelo governo democraticamente eleito, bem como a substituição do pessoal da comissão eleitoral de Mianmar. Na qualidade de membro do CAE/SSPC e antigo secretário do CAE, o tenente-general Dwe Aung Lin está diretamente envolvido na tomada de decisões, e é por elas responsável, no que respeita às funções do Estado e, por conseguinte, é responsável por comprometer a democracia e o Estado de direito em Mianmar/Birmânia. Além disso, o CAE/SSPC adotou decisões que limitam o direito à liberdade de expressão, incluindo o acesso à informação, e o direito à liberdade de reunião pacífica. As forças militares e as autoridades que operam sob o controlo do CAE/SSPC cometeram graves violações dos direitos humanos desde 1 de fevereiro de 2021; mataram civis e manifestantes desarmados, limitaram as liberdades de reunião e de expressão, inclusive através da limitação do acesso à Internet e da prisão e detenção arbitrária de dirigentes da oposição e opositores ao golpe de Estado. Na qualidade de membro do CAE/SSPC e antigo secretário do CAE, o tenente-general Dwe Aung Lin é diretamente responsável por essas ações de repressão e por graves violações dos direitos humanos.	

▼**M28**

	Nome	Elementos de identificação	Justificação	Data de inclusão na lista
22.	Ye Win Oo	Data de nascimento: 21.2.1966; Nacionalidade: Mianmar; Sexo: masculino	O tenente-general Ye Win Oo é membro das Forças Armadas de Mianmar (Tatmadaw) e foi secretário-adjunto do Conselho de Administração do Estado (CAE) até à substituição do CAE pela Comissão de Segurança e Paz do Estado (SSPC). Em 1 de fevereiro de 2021, as Forças Armadas de Mianmar (Tatmadaw), lideradas pelo comandante-chefe Min Aung Hlaing, realizaram um golpe de Estado em Mianmar, rejeitando os resultados das eleições de 8 de novembro de 2020 e derrubando o governo democraticamente eleito. No âmbito do golpe de Estado, o vice-presidente Myint Swe, na qualidade de presidente em exercício, declarou o estado de emergência em 1 de fevereiro e transferiu os poderes legislativo, executivo e judicial do Estado para o comandante-chefe dos Serviços de Defesa, o general Min Aung Hlaing. Em 2 de fevereiro, foi criado o CAE no intuito de exercer esses poderes, impedindo o governo democraticamente eleito de cumprir o seu mandato. Em 2 de fevereiro de 2021, o tenente-general Ye Win Oo foi nomeado secretário-adjunto do CAE. Em 31 de julho de 2025, o CAE foi substituído pela SSPC e Ye Win Oo foi nomeado secretário da SSPC. Na qualidade de secretário-adjunto/secretário do CAE/SSPC, o tenente-general Ye Win Oo está diretamente envolvido na tomada de decisões, e é por elas responsável, no que respeita às funções do Estado e, por conseguinte, é responsável por comprometer a democracia e o Estado de direito em Mianmar/Birmânia. Além disso, o CAE/SSPC adotou decisões que limitam o direito à liberdade de expressão, incluindo o acesso à informação, e o direito à liberdade de reunião pacífica. As forças de segurança e as autoridades de Mianmar que operam sob o controlo do CAE/SSPC cometeram graves violações dos direitos humanos desde 1 de fevereiro de 2021; mataram civis e manifestantes desarmados, limitaram o direito às liberdades de reunião e de expressão, inclusive através da limitação do acesso à Internet e da prisão e detenção arbitrárias de dirigentes da oposição e opositores ao golpe de Estado. Na qualidade de secretário-adjunto/secretário do CAE/SSPC, o tenente-general Ye Win Oo é diretamente responsável por essas ações de repressão e por graves violações dos direitos humanos.	22.3.2021

▼M5

▼M19

	Nome	Elementos de identificação	Justificação	Data de inclusão na lista
23.	Maung Maung Kyaw	Data de nascimento: 23 de julho de 1964; Nacionalidade: Mianmar/ /Birmânia; Género: masculino	O general Maung Maung Kyaw é um antigo membro das Forças Armadas de Mianmar (Tatmadaw). O general Maung Maung Kyaw passou à reforma em janeiro de 2022. Foi membro do Conselho de Administração do Estado (CAE) até fevereiro de 2023. Exerceu anteriormente as funções de comandante-chefe da Força Aérea de Mianmar, entre 2018 e janeiro de 2022. Em 1 de fevereiro de 2021, as Forças Armadas de Mianmar (Tatmadaw), lideradas pelo comandante-chefe Min Aung Hlaing, levaram a cabo um golpe de Estado em Mianmar/Birmânia rejeitando os resultados das eleições de 8 de novembro de 2020 e derrubando o governo democraticamente eleito. No âmbito do golpe de Estado, o vice-presidente Myint Swe, na qualidade de presidente em exercício, declarou o estado de emergência em 1 de fevereiro de 2021 e transferiu os poderes legislativo, executivo e judicial do Estado para o comandante-chefe dos Serviços de Defesa, general Min Aung Hlaing. Em 2 de fevereiro de 2021, foi criado o CAE no intuito de exercer esses poderes, impedindo o governo democraticamente eleito de cumprir o seu mandato. Na qualidade de membro do CAE, o general Maung Maung Kyaw está diretamente envolvido na tomada de decisões, e é por elas responsável, no que respeita às funções do Estado e, por conseguinte, é responsável por comprometer a democracia e o Estado de direito em Mianmar/Birmânia. Além disso, o CAE adotou decisões que limitam a liberdade de expressão, incluindo o acesso à informação, e a liberdade de reunião pacífica. As forças militares e as autoridades que operam sob o controlo do CAE cometeram graves violações dos direitos humanos desde 1 de fevereiro de 2021; mataram civis e manifestantes desarmados, limitaram as liberdades de reunião e de expressão, inclusive através da limitação do acesso à Internet e da prisão e detenção arbitrária de dirigentes da oposição e opositores ao golpe de Estado. Na qualidade de antigo membro do CAE, o general Maung Maung Kyaw foi diretamente responsável por essas ações de repressão e por graves violações dos direitos humanos. Além disso, na sua anterior qualidade de chefe da Força Aérea de Mianmar, foi diretamente responsável pelos bombardeamentos ocorridos no Estado de Kayah em dezembro de 2021, que visavam a população civil e causaram um elevado número de vítimas. Por conseguinte, é responsável por graves violações dos direitos humanos.	22.3.2021

▼M5

	Nome	Elementos de identificação	Justificação	Data de inclusão na lista
▼M27				
24.	Moe Myint Tun	Data de nascimento: 24.5.1968; Nacionalidade: Mianmar; Sexo: masculino	O tenente-general Moe Myint Tun foi membro das Forças Armadas de Mianmar (Tatmadaw) e membro do Conselho de Administração do Estado (CAE). Em 1 de fevereiro de 2021, as Forças Armadas de Mianmar (Tatmadaw), lideradas pelo comandante-chefe Min Aung Hlaing, realizaram um golpe de Estado em Mianmar rejeitando os resultados das eleições de 8 de novembro de 2020 e derrubando o governo democraticamente eleito. No âmbito do golpe de Estado, o vice-presidente Myint Swe, na qualidade de presidente em exercício, declarou o estado de emergência em 1 de fevereiro e transferiu os poderes legislativo, executivo e judicial do Estado para o comandante-chefe dos Serviços de Defesa, o general Min Aung Hlaing. Em 2 de fevereiro, foi criado o CAE no intuito de exercer esses poderes, impedindo o governo democraticamente eleito de cumprir o seu mandato. Na qualidade de membro do CAE, o tenente-general Maung Moe Myint Tun está diretamente envolvido na tomada de decisões, e é por elas responsável, no que respeita às funções do Estado e, por conseguinte, é responsável por comprometer a democracia e o Estado de direito em Mianmar/Birmânia. Além disso, o CAE adotou decisões que limitam a liberdade de expressão, incluindo o acesso à informação, e a liberdade de reunião pacífica. As forças militares e as autoridades que operam sob o controlo do CAE cometeram graves violações dos direitos humanos desde 1 de fevereiro de 2021; mataram civis e manifestantes desarmados, limitaram o direito às liberdades de reunião e de expressão, inclusive através da limitação do acesso à Internet e da prisão e detenção arbitrária de dirigentes da oposição e opositores ao golpe de Estado. A sua influência contínua no regime da Junta é demonstrada pelo facto de estarem a ser adjudicados grandes contratos de construção a familiares seus, situação que tipicamente se verifica devido a ligações a oficiais de alta patente. Na qualidade de antigo membro do CAE, o tenente-general Moe Myint Tun é diretamente responsável por essas ações de repressão e por graves violações dos direitos humanos.	22.3.2021

▼**M27**

	Nome	Elementos de identificação	Justificação	Data de inclusão na lista
			Em 2018, as Nações Unidas, bem como outras organizações internacionais da sociedade civil, relataram graves violações dos direitos humanos e graves violações do direito internacional humanitário cometidas nos Estados de Kachin, Rakhine e Shan contra a população roinja pelas forças militares e policiais desde 2011, e concluíram que muitas destas violações constituem os mais graves crimes nos termos do direito internacional. O tenente-general Moe Myint Tun foi o comandante do Serviço de Operações Especiais n.º 6 e foi chefe de Estado-Maior (Exército) das Forças Armadas de Mianmar (Tatmadaw) até 2019. Nessa qualidade, supervisionou as operações militares no Estado de Rakhine. Por conseguinte, é responsável por essas graves violações e atropelos dos direitos humanos contra a população roinja.	
25.	Than Hlaing	Nacionalidade: Mianmar/ /Birmânia; Data de nascimento: 1965; Sexo: masculino	O tenente-general Than Hlaing é membro das Forças Armadas de Mianmar (Tatmadaw). Foi nomeado ministro-adjunto dos Assuntos Internos e chefe da polícia em 2 de fevereiro de 2021, tendo-se demitido dessas funções em 5 de maio de 2022. Faz atualmente parte das forças de reserva. Em 1 de fevereiro de 2021, as Forças Armadas de Mianmar (Tatmadaw), lideradas pelo comandante-chefe Min Aung Hlaing, realizaram um golpe de Estado em Mianmar rejeitando os resultados das eleições de 8 de novembro de 2020 e derrubando o governo democraticamente eleito. No âmbito do golpe de Estado, o vice-presidente Myint Swe, na qualidade de presidente em exercício, declarou o estado de emergência em 1 de fevereiro de 2021 e transferiu os poderes legislativo, executivo e judicial do Estado para o comandante-chefe dos Serviços de Defesa, o general Min Aung Hlaing. Em 2 de fevereiro de 2021, foi criado o CAE no intuito de exercer esses poderes, impedindo o governo democraticamente eleito de cumprir o seu mandato. Nomeado pelo CAE, o tenente-general Than Hlaing esteve envolvido em ações e políticas que comprometem a democracia e o Estado de direito em Mianmar/Birmânia, bem como em ações que ameaçam a paz, a segurança e a estabilidade de Mianmar/Birmânia.	22.3.2021

▼M27

	Nome	Elementos de identificação	Justificação	Data de inclusão na lista
			Além disso, as forças policiais sob a autoridade do tenente-general Than Hlaing cometeram graves violações dos direitos humanos desde 1 de fevereiro de 2021, mataram civis e manifestantes desarmados, limitaram o direito às liberdades de reunião e de expressão, levaram a cabo prisões e detenções arbitrárias de dirigentes da oposição e opositores ao golpe de Estado. Nas suas anteriores funções de ministro-adjunto dos Assuntos Internos e de chefe da polícia, o tenente-general Than Hlaing foi diretamente responsável pela tomada de decisões no que respeita às políticas de repressão e às ações violentas cometidas pela polícia contra manifestantes pacíficos e, por conseguinte, é responsável por graves violações dos direitos humanos em Mianmar/Birmânia.	

▼M28

26.	Mahn Nyein Maung (t.c.p. P'do, Phado Man Nyein Maung)	Membro do Conselho de Administração do Estado; Data de nascimento: por volta de 1947; Local de nascimento: Maungdaw, Mianmar; Nacionalidade: Mianmar; Sexo: masculino	Mahn Nyein Maung é membro do Conselho Nacional para a Defesa e Segurança (CNDS) e do seu órgão consultivo central, bem como um antigo membro do Conselho de Administração do Estado (CAE). Em 1 de fevereiro de 2021, as Forças Armadas de Mianmar (Tatmadaw), lideradas pelo comandante-chefe Min Aung Hlaing, realizaram um golpe de Estado em Mianmar, rejeitando os resultados das eleições de 8 de novembro de 2020 e derrubando o governo democraticamente eleito. No âmbito do golpe de Estado, o vice-presidente Myint Swe, na qualidade de presidente em exercício, declarou o estado de emergência em 1 de fevereiro de 2021 e transferiu os poderes legislativo, executivo e judicial do Estado para o comandante-chefe dos Serviços de Defesa, o general Min Aung Hlaing. Em 2 de fevereiro de 2021, foi criado o CAE no intuito de exercer esses poderes, impedindo o governo democraticamente eleito de cumprir o seu mandato. Na qualidade de membro do CNDS e do seu órgão consultivo central, assim como na qualidade de antigo membro do CAE, Mahn Nyein Maung está diretamente envolvido na tomada de decisões, e é por elas responsável, no que respeita às funções do Estado e, por conseguinte, é responsável por comprometer a democracia e o Estado de direito em Mianmar/Birmânia.	19.4.2021

▼M28

	Nome	Elementos de identificação	Justificação	Data de inclusão na lista
			Além disso, o CAE adotou decisões que limitam o direito à liberdade de expressão, incluindo o acesso à informação, e o direito à liberdade de reunião pacífica. As forças militares e as autoridades que operam sob o controlo do CAE cometeram graves violações dos direitos humanos desde 1 de fevereiro de 2021; mataram civis e manifestantes desarmados, limitaram as liberdades de reunião e de expressão, inclusive através da limitação do acesso à Internet e da prisão e detenção arbitrária de dirigentes da oposição e opositores ao golpe de Estado. Além disso, o CAE impôs ainda a lei marcial em algumas partes do país, outorgando às forças militares total autoridade sobre essas zonas específicas, incluindo funções administrativas, judiciais e de aplicação da lei. Nas zonas sujeitas à lei marcial, a população civil, nomeadamente os jornalistas e os manifestantes pacíficos, são objeto de ação penal por parte dos tribunais militares, o que os priva efetivamente do direito a um processo equitativo, inclusive do direito de recurso. Verifica-se também, nas zonas em que foi declarada a lei marcial, um aumento significativo das ações violentas cometidas pelas forças militares e policiais, o que constitui uma ameaça para a paz, a segurança e a estabilidade. Na qualidade de membro do CNDS e do seu órgão consultivo central, assim como na qualidade de antigo membro do CAE, Mahn Nyein Maung é diretamente responsável por essas ações de repressão e por graves violações dos direitos humanos.	
27.	Thein Nyunt	Nacionalidade: Mianmar/ /Birmânia; Data de nascimento: 26.12.1944; Local de nascimento: Kawkareik (estado de Karen), Mianmar/Birmânia; Sexo: masculino; Número de identificação: 12/THA-GAKA(NAING)012432; Função: membro do Conselho de Administração do Estado; presidente do Novo Partido da Democracia Nacional (NNDP)	Thein Nyunt é membro do Conselho Nacional para a Defesa e Segurança (CNDS) e do seu órgão consultivo central, bem como um antigo membro do Conselho de Administração do Estado (CAE) e do seu órgão consultivo central. Em 1 de fevereiro de 2021, as Forças Armadas de Mianmar (Tatmadaw), lideradas pelo comandante-chefe Min Aung Hlaing, realizaram um golpe de Estado em Mianmar rejeitando os resultados das eleições de 8 de novembro de 2020 e derrubando o governo democraticamente eleito. No âmbito do golpe de Estado, o vice-presidente Myint Swe, na qualidade de presidente em exercício, declarou o estado de emergência em 1 de fevereiro de 2021 e transferiu os poderes legislativo, executivo e judicial do Estado para o comandante-chefe dos Serviços de Defesa, o general Min Aung Hlaing. Em 2 de fevereiro de 2021, foi criado o CAE no intuito de exercer esses poderes, impedindo o governo democraticamente eleito de cumprir o seu mandato.	19.4.2021

▼**M28**

	Nome	Elementos de identificação	Justificação	Data de inclusão na lista
			Na qualidade de membro do CNDS e do seu órgão consultivo central, assim como na qualidade de antigo membro do CAE e do seu órgão consultivo central, Thein Nyunt está diretamente envolvido na tomada de decisões, e é por elas responsável, no que respeita às funções do Estado e, por conseguinte, é responsável por comprometer a democracia e o Estado de direito em Mianmar/Birmânia. Além disso, o CAE adotou decisões que limitam o direito à liberdade de expressão, incluindo o acesso à informação, e o direito à liberdade de reunião pacífica. As forças militares e as autoridades que operam sob o controlo do CAE cometeram graves violações dos direitos humanos desde 1 de fevereiro de 2021; mataram civis e manifestantes desarmados, limitaram as liberdades de reunião e de expressão, inclusive através da limitação do acesso à Internet e da prisão e detenção arbitrária de dirigentes da oposição e opositores ao golpe de Estado. Além disso, o CAE impôs ainda a lei marcial em algumas partes do país, outorgando às forças militares total autoridade sobre essas zonas específicas, incluindo funções administrativas, judiciais e de aplicação da lei. Nas zonas sujeitas à lei marcial, a população civil, nomeadamente os jornalistas e os manifestantes pacíficos, são objeto de ação penal por parte dos tribunais militares, o que os priva efetivamente do direito a um processo equitativo, inclusive do direito de recurso. Verifica-se também, nas zonas em que foi declarada a lei marcial, um aumento significativo das ações violentas cometidas pelas forças militares e policiais, o que constitui uma ameaça para a paz, a segurança e a estabilidade. Na qualidade de membro do CNDS e do seu órgão consultivo central, assim como na qualidade de antigo membro do CAE e do seu órgão consultivo central, Thein Nyunt é diretamente responsável por essas ações de repressão e por graves violações dos direitos humanos.	
28.	Khin Maung Swe	Nacionalidade: Mianmar/ /Birmânia; Data de nascimento: 24.7.1942; Local de nascimento: Ngathaingchaung, distrito de Pathein, Mianmar/Birmânia; Sexo: masculino; Função: membro do Conselho de Administração do Estado; presidente do partido Força Democrática Nacional (NDF)	Khin Maung Swe é membro do Conselho Nacional para a Defesa e Segurança (CNDS) e do seu órgão consultivo central, bem como um antigo membro do Conselho de Administração do Estado (CAE) e do seu órgão consultivo central.	19.4.2021

▼**M28**

	Nome	Elementos de identificação	Justificação	Data de inclusão na lista
			Em 1 de fevereiro de 2021, as Forças Armadas de Mianmar (Tatmadaw), lideradas pelo comandante-chefe Min Aung Hlaing, realizaram um golpe de Estado em Mianmar rejeitando os resultados das eleições de 8 de novembro de 2020 e derrubando o governo democraticamente eleito. No âmbito do golpe de Estado, o vice-presidente Myint Swe, na qualidade de presidente em exercício, declarou o estado de emergência em 1 de fevereiro de 2021 e transferiu os poderes legislativo, executivo e judicial do Estado para o comandante-chefe dos Serviços de Defesa, o general Min Aung Hlaing. Em 2 de fevereiro de 2021, foi criado o CAE no intuito de exercer esses poderes, impedindo o governo democraticamente eleito de cumprir o seu mandato. Na qualidade de membro do CNDS e do seu órgão consultivo central, assim como na qualidade de antigo membro do CAE e do seu órgão consultivo central, Khin Maung Swe está diretamente envolvido na tomada de decisões, e é por elas responsável, no que respeita às funções do Estado e, por conseguinte, é responsável por comprometer a democracia e o Estado de direito em Mianmar/Birmânia. Além disso, o CAE adotou decisões que limitam o direito à liberdade de expressão, incluindo o acesso à informação, e o direito à liberdade de reunião pacífica. As forças militares e as autoridades que operam sob o controlo do CAE cometeram graves violações dos direitos humanos desde 1 de fevereiro de 2021; mataram civis e manifestantes desarmados, limitaram as liberdades de reunião e de expressão, inclusive através da limitação do acesso à Internet e da prisão e detenção arbitrária de dirigentes da oposição e opositores ao golpe de Estado. Além disso, o CAE impôs ainda a lei marcial em algumas partes do país, outorgando às forças militares total autoridade sobre essas zonas específicas, incluindo funções administrativas, judiciais e de aplicação da lei. Nas zonas sujeitas à lei marcial, a população civil, nomeadamente os jornalistas e os manifestantes pacíficos, são objeto de ação penal por parte dos tribunais militares, o que os priva efetivamente do direito a um processo equitativo, inclusive do direito de recurso. Verifica-se também, nas zonas em que foi declarada a lei marcial, um aumento significativo das ações violentas cometidas pelas forças militares e policiais, o que constitui uma ameaça para a paz, a segurança e a estabilidade.	

▼**M28**

	Nome	Elementos de identificação	Justificação	Data de inclusão na lista
			Na qualidade de membro do CNDS e do seu órgão consultivo central, assim como na qualidade de antigo membro do CAE e do seu órgão consultivo central, Khin Maung Swe é diretamente responsável por essas ações de repressão e por graves violações dos direitos humanos.	
29.	Aye Nu Sein	Nacionalidade: Mianmar/ /Birmânia; Data de nascimento: 24.3.1957; Local de nascimento: Sittwe, estado do Arracão (Rakhine), Mianmar/Birmânia; Género: feminino; Função: membro do Conselho de Administração do Estado; vice-presidente do Partido Nacional do Arracão	Aye Nu Sein é membro do Conselho Nacional para a Defesa e Segurança (CNDS) e do seu órgão consultivo central, bem como um antigo membro do Conselho de Administração do Estado (CAE) e do seu órgão consultivo central. Em 1 de fevereiro de 2021, as Forças Armadas de Mianmar (Tatmadaw), lideradas pelo comandante-chefe Min Aung Hlaing, realizaram um golpe de Estado em Mianmar rejeitando os resultados das eleições de 8 de novembro de 2020 e derrubando o governo democraticamente eleito. No âmbito do golpe de Estado, o vice-presidente Myint Swe, na qualidade de presidente em exercício, declarou o estado de emergência em 1 de fevereiro de 2021 e transferiu os poderes legislativo, executivo e judicial do Estado para o comandante-chefe dos Serviços de Defesa, o general Min Aung Hlaing. Em 2 de fevereiro de 2021, foi criado o CAE no intuito de exercer esses poderes, impedindo o governo democraticamente eleito de cumprir o seu mandato. Na qualidade de membro do CNDS e do seu órgão consultivo central, assim como na qualidade de antigo membro do CAE e do seu órgão consultivo central, Aye Nu Sein está diretamente envolvida na tomada de decisões, e é por elas responsável, no que respeita às funções do Estado e, por conseguinte, é responsável por comprometer a democracia e o Estado de direito em Mianmar/Birmânia. Além disso, o CAE adotou decisões que limitam o direito à liberdade de expressão, incluindo o acesso à informação, e o direito à liberdade de reunião pacífica. As forças militares e as autoridades que operam sob o controlo do CAE cometeram graves violações dos direitos humanos desde 1 de fevereiro de 2021; mataram civis e manifestantes desarmados, limitaram as liberdades de reunião e de expressão, inclusive através da limitação do acesso à Internet e da prisão e detenção arbitrária de dirigentes da oposição e opositores ao golpe de Estado. Além disso, o CAE impôs ainda a lei marcial em algumas partes do país, outorgando às forças militares total autoridade sobre essas zonas específicas, incluindo funções administrativas, judiciais e de aplicação	19.4.2021

▼**M28**

	Nome	Elementos de identificação	Justificação	Data de inclusão na lista
			da lei. Nas zonas sujeitas à lei marcial, a população civil, nomeadamente os jornalistas e os manifestantes pacíficos, são objeto de ação penal por parte dos tribunais militares, o que os priva efetivamente do direito a um processo equitativo, inclusive do direito de recurso. Verifica-se também, nas zonas em que foi declarada a lei marcial, um aumento significativo das ações violentas cometidas pelas forças militares e policiais, o que constitui uma ameaça para a paz, a segurança e a estabilidade. Na qualidade de membro do CNDS e do seu órgão consultivo central, assim como na qualidade de antigo membro do CAE e do seu órgão consultivo central, Aye Nu Sein é diretamente responsável por essas ações de repressão e por graves violações dos direitos humanos.	
30.	Jeng Phang Naw Htaung	Nacionalidade: Mianmar/ /Birmânia; Sexo: masculino; Função: membro do Conselho de Administração do Estado (CAE); ministro das Questões Étnicas	Desde 31 de julho de 2025, Jeng Phang Naw Htaung é ministro do Desporto e da Juventude e ministro da Hotelaria e do Turismo da União. É também antigo membro do Conselho de Administração do Estado (CAE) e ministro dos Assuntos Étnicos. Em 1 de fevereiro de 2021, as Forças Armadas de Mianmar (Tatmadaw), lideradas pelo comandante-chefe Min Aung Hlaing, realizaram um golpe de Estado em Mianmar rejeitando os resultados das eleições de 8 de novembro de 2020 e derrubando o governo democraticamente eleito. No âmbito do golpe de Estado, o vice-presidente Myint Swe, na qualidade de presidente em exercício, declarou o estado de emergência em 1 de fevereiro de 2021 e transferiu os poderes legislativo, executivo e judicial do Estado para o comandante-chefe dos Serviços de Defesa, o general Min Aung Hlaing. Em 2 de fevereiro de 2021, foi criado o CAE no intuito de exercer esses poderes, impedindo o governo democraticamente eleito de cumprir o seu mandato.	19.4.2021

▼**M28**

	Nome	Elementos de identificação	Justificação	Data de inclusão na lista
			Na qualidade de ministro do Desporto e da Juventude e de ministro da Hotelaria e do Turismo da União, e na qualidade de antigo membro do CAE e de ministro das Questões Étnicas, Jeng Phang Naw Htaung está diretamente envolvido na tomada de decisões, e é por elas responsável, no que respeita às funções do Estado e, por conseguinte, é responsável por comprometer a democracia e o Estado de direito em Mianmar/Birmânia. Além disso, o CAE adotou decisões que limitam o direito à liberdade de expressão, incluindo o acesso à informação, e o direito à liberdade de reunião pacífica. As forças militares e as autoridades que operam sob o controlo do CAE cometeram graves violações dos direitos humanos desde 1 de fevereiro de 2021; mataram civis e manifestantes desarmados, limitaram as liberdades de reunião e de expressão, inclusive através da limitação do acesso à Internet e da prisão e detenção arbitrária de dirigentes da oposição e opositores ao golpe de Estado. Além disso, o CAE impôs ainda a lei marcial em algumas partes do país, outorgando às forças militares total autoridade sobre essas zonas específicas, incluindo funções administrativas, judiciais e de aplicação da lei. Nas zonas sujeitas à lei marcial, a população civil, nomeadamente os jornalistas e os manifestantes pacíficos, são objeto de ação penal por parte dos tribunais militares, o que os priva efetivamente do direito a um processo equitativo, inclusive do direito de recurso. Verifica-se também, nas zonas em que foi declarada a lei marcial, um aumento significativo das ações violentas cometidas pelas forças militares e policiais, o que constitui uma ameaça para a paz, a segurança e a estabilidade. Na qualidade de ministro do Desporto e da Juventude e de ministro da Hotelaria e do Turismo da União, e na qualidade de antigo membro do CAE e de ministro das Questões Étnicas, Jeng Phang Naw Htaung é diretamente responsável por essas ações de repressão e por graves violações dos direitos humanos.	
31.	Maung Ha	Nacionalidade: Mianmar/ /Birmânia; Sexo: masculino; Função: membro do Conselho de Administração do Estado (CAE); membro do órgão consultivo central do CAE	Maung Ha foi membro do Conselho de Administração do Estado (CAE) e do seu órgão consultivo central.	19.4.2021

▼**M28**

	Nome	Elementos de identificação	Justificação	Data de inclusão na lista
			Em 1 de fevereiro de 2021, as Forças Armadas de Mianmar (Tatmadaw), lideradas pelo comandante-chefe Min Aung Hlaing, realizaram um golpe de Estado em Mianmar rejeitando os resultados das eleições de 8 de novembro de 2020 e derrubando o governo democraticamente eleito. No âmbito do golpe de Estado, o vice-presidente Myint Swe, na qualidade de presidente em exercício, declarou o estado de emergência em 1 de fevereiro de 2021 e transferiu os poderes legislativo, executivo e judicial do Estado para o comandante-chefe dos Serviços de Defesa, o general Min Aung Hlaing. Em 2 de fevereiro de 2021, foi criado o CAE no intuito de exercer esses poderes, impedindo o governo democraticamente eleito de cumprir o seu mandato. Na qualidade de antigo membro do CAE e do seu órgão consultivo central, Maung Ha está diretamente envolvido na tomada de decisões, e é por elas responsável, no que respeita às funções do Estado e, por conseguinte, é responsável por comprometer a democracia e o Estado de direito em Mianmar/Birmânia. Além disso, o CAE adotou decisões que limitam o direito à liberdade de expressão, incluindo o acesso à informação, e o direito à liberdade de reunião pacífica. As forças militares e as autoridades que operam sob o controlo do CAE cometeram graves violações dos direitos humanos desde 1 de fevereiro de 2021; mataram civis e manifestantes desarmados, limitaram as liberdades de reunião e de expressão, inclusive através da limitação do acesso à Internet e da prisão e detenção arbitrária de dirigentes da oposição e opositores ao golpe de Estado. Além disso, o CAE impôs ainda a lei marcial em algumas partes do país, outorgando às forças militares total autoridade sobre essas zonas específicas, incluindo funções administrativas, judiciais e de aplicação da lei. Nas zonas sujeitas à lei marcial, a população civil, nomeadamente os jornalistas e os manifestantes pacíficos, são objeto de ação penal por parte dos tribunais militares, o que os priva efetivamente do direito a um processo equitativo, inclusive do direito de recurso. Verificou-se também, nas zonas em que foi declarada a lei marcial, um aumento significativo das ações violentas cometidas pelas forças militares e policiais, o que constitui uma ameaça para a paz, a segurança e a estabilidade. Na qualidade de antigo membro do CAE e do seu órgão consultivo central, Maung Ha é diretamente responsável por essas ações de repressão e por graves violações dos direitos humanos.	

▼**M28**

	Nome	Elementos de identificação	Justificação	Data de inclusão na lista
32.	Sai Long Hseng	Nacionalidade: Mianmar/ /Birmânia; Data de nascimento: 18.4.1947; Local de nascimento: Kengtung, Mianmar/Birmânia; Sexo: masculino; Cartão de verificação da cidadania: Katana (Naing) 0052495; Número no Registo Nacional de Cidadãos (RNC): 13/ /KATANA (N)-005249; Função: antigo membro do Conselho de Administração do Estado	Sai Long Hseng foi membro do Conselho de Administração do Estado (CAE) e do seu órgão consultivo central. Em 1 de fevereiro de 2021, as Forças Armadas de Mianmar (Tatmadaw), lideradas pelo comandante-chefe Min Aung Hlaing, realizaram um golpe de Estado em Mianmar rejeitando os resultados das eleições de 8 de novembro de 2020 e derrubando o governo democraticamente eleito. No âmbito do golpe de Estado, o vice-presidente Myint Swe, na qualidade de presidente em exercício, declarou o estado de emergência em 1 de fevereiro de 2021 e transferiu os poderes legislativo, executivo e judicial do Estado para o comandante-chefe dos Serviços de Defesa, o general Min Aung Hlaing. Em 2 de fevereiro de 2021, foi criado o CAE no intuito de exercer esses poderes, impedindo o governo democraticamente eleito de cumprir o seu mandato. Na qualidade de antigo membro do CAE e do seu órgão consultivo central, Sai Long Hseng está diretamente envolvido na tomada de decisões, e é por elas responsável, no que respeita às funções do Estado e, por conseguinte, é responsável por comprometer a democracia e o Estado de direito em Mianmar/Birmânia. Além disso, o CAE adotou decisões que limitam o direito à liberdade de expressão, incluindo o acesso à informação, e o direito à liberdade de reunião pacífica. As forças militares e as autoridades que operam sob o controlo do CAE cometeram graves violações dos direitos humanos desde 1 de fevereiro de 2021; mataram civis e manifestantes desarmados, limitaram as liberdades de reunião e de expressão, inclusive através da limitação do acesso à Internet e da prisão e detenção arbitrária de dirigentes da oposição e opositores ao golpe de Estado. Além disso, o CAE impôs ainda a lei marcial em algumas partes do país, outorgando às forças militares total autoridade sobre essas zonas específicas, incluindo funções administrativas, judiciais e de aplicação da lei. Nas zonas sujeitas à lei marcial, a população civil, nomeadamente os jornalistas e os manifestantes pacíficos, são objeto de ação penal por parte dos tribunais militares, o que os priva efetivamente do direito a um processo equitativo, inclusive do direito de recurso. Verifica-se também, nas zonas em que foi declarada a lei marcial, um aumento significativo das ações violentas cometidas pelas forças militares e policiais, o que constitui uma ameaça para a paz, a segurança e a estabilidade.	19.4.2021

▼**M28**

	Nome	Elementos de identificação	Justificação	Data de inclusão na lista
			Na qualidade de antigo membro do CAE e do seu órgão consultivo central, Sai Long Hseng é diretamente responsável por essas ações de repressão e por graves violações dos direitos humanos.	
33.	Saw Daniel	Nacionalidade: Mianmar/ /Birmânia; Data de nascimento: 25.11.1957; Local de nascimento: Loikaw (estado de Kayah), Mianmar/Birmânia; Sexo: masculino; Função: membro do Conselho de Administração do Estado	Saw Daniel é membro do Conselho Nacional para a Defesa e Segurança (CNDS) e do seu órgão consultivo central, bem como um antigo membro do Conselho de Administração do Estado (CAE) e do seu órgão consultivo central. Em 1 de fevereiro de 2021, as Forças Armadas de Mianmar (Tatmadaw), lideradas pelo comandante-chefe Min Aung Hlaing, realizaram um golpe de Estado em Mianmar rejeitando os resultados das eleições de 8 de novembro de 2020 e derrubando o governo democraticamente eleito. No âmbito do golpe de Estado, o vice-presidente Myint Swe, na qualidade de presidente em exercício, declarou o estado de emergência em 1 de fevereiro de 2021 e transferiu os poderes legislativo, executivo e judicial do Estado para o comandante-chefe dos Serviços de Defesa, o general Min Aung Hlaing. Em 2 de fevereiro de 2021, foi criado o CAE no intuito de exercer esses poderes, impedindo o governo democraticamente eleito de cumprir o seu mandato. Na qualidade de membro do CNDS e do seu órgão consultivo central, assim como na qualidade de antigo membro do CAE e do seu órgão consultivo central, Saw Daniel está diretamente envolvido na tomada de decisões, e é por elas responsável, no que respeita às funções do Estado e, por conseguinte, é responsável por comprometer a democracia e o Estado de direito em Mianmar/Birmânia. Além disso, o CAE adotou decisões que limitam o direito à liberdade de expressão, incluindo o acesso à informação, e o direito à liberdade de reunião pacífica. As forças militares e as autoridades que operam sob o controlo do CAE cometeram graves violações dos direitos humanos desde 1 de fevereiro de 2021; mataram civis e manifestantes desarmados, limitaram as liberdades de reunião e de expressão, inclusive através da limitação do acesso à Internet e da prisão e detenção arbitrária de dirigentes da oposição e opositores ao golpe de Estado. Além disso, o CAE impôs ainda a lei marcial em algumas partes do país, outorgando às forças militares total autoridade sobre essas zonas específicas, incluindo funções administrativas, judiciais e de aplicação	19.4.2021

▼**M28**

	Nome	Elementos de identificação	Justificação	Data de inclusão na lista
			da lei. Nas zonas sujeitas à lei marcial, a população civil, nomeadamente os jornalistas e os manifestantes pacíficos, são objeto de ação penal por parte dos tribunais militares, o que os priva efetivamente do direito a um processo equitativo, inclusive do direito de recurso. Verifica-se também, nas zonas em que foi declarada a lei marcial, um aumento significativo das ações violentas cometidas pelas forças militares e policiais, o que constitui uma ameaça para a paz, a segurança e a estabilidade. Na qualidade de membro do CNDS e do seu órgão consultivo central, assim como na qualidade de antigo membro do CAE e do seu órgão consultivo central, Saw Daniel é diretamente responsável por essas ações de repressão e por graves violações dos direitos humanos.	
34.	Dr Banyar Aung Moe	Nacionalidade: Mianmar/ /Birmânia; Data de nascimento: 14.8.1947; Sexo: masculino; N.º de identidade nacional: 10RAMANAN202348; Função: membro do Conselho de Administração do Estado	Banyar Aung Moe é membro do Conselho Nacional para a Defesa e Segurança (CNDS) e do seu órgão consultivo central, bem como um antigo membro do Conselho de Administração do Estado (CAE) e do seu órgão consultivo central. Em 1 de fevereiro de 2021, as Forças Armadas de Mianmar (Tatmadaw), lideradas pelo comandante-chefe Min Aung Hlaing, realizaram um golpe de Estado em Mianmar rejeitando os resultados das eleições de 8 de novembro de 2020 e derrubando o governo democraticamente eleito. No âmbito do golpe de Estado, o vice-presidente Myint Swe, na qualidade de presidente em exercício, declarou o estado de emergência em 1 de fevereiro de 2021 e transferiu os poderes legislativo, executivo e judicial do Estado para o comandante-chefe dos Serviços de Defesa, o general Min Aung Hlaing. Em 2 de fevereiro de 2021, foi criado o CAE no intuito de exercer esses poderes, impedindo o governo democraticamente eleito de cumprir o seu mandato. Na qualidade de membro do CNDS e do seu órgão consultivo central, assim como na qualidade de antigo membro do CAE e do seu órgão consultivo central, Banyar Aung Moe está diretamente envolvido na tomada de decisões, e é por elas responsável, no que respeita às funções do Estado e, por conseguinte, é responsável por comprometer a democracia e o Estado de direito em Mianmar/Birmânia.	19.4.2021

▼M28

	Nome	Elementos de identificação	Justificação	Data de inclusão na lista
			Além disso, o CAE adotou decisões que limitam o direito à liberdade de expressão, incluindo o acesso à informação, e o direito à liberdade de reunião pacífica. As forças militares e as autoridades que operam sob o controlo do CAE cometeram graves violações dos direitos humanos desde 1 de fevereiro de 2021; mataram civis e manifestantes desarmados, limitaram as liberdades de reunião e de expressão, inclusive através da limitação do acesso à Internet e da prisão e detenção arbitrária de dirigentes da oposição e opositores ao golpe de Estado. Além disso, o CAE impôs ainda a lei marcial em algumas partes do país, outorgando às forças militares total autoridade sobre essas zonas específicas, incluindo funções administrativas, judiciais e de aplicação da lei. Nas zonas sujeitas à lei marcial, a população civil, nomeadamente os jornalistas e os manifestantes pacíficos, são objeto de ação penal por parte dos tribunais militares, o que os priva efetivamente do direito a um processo equitativo, inclusive do direito de recurso. Verifica-se também, nas zonas em que foi declarada a lei marcial, um aumento significativo das ações violentas cometidas pelas forças militares e policiais, o que constitui uma ameaça para a paz, a segurança e a estabilidade. Na qualidade de membro do CNDS e do seu órgão consultivo central, assim como na qualidade de antigo membro do CAE e do seu órgão consultivo central, Banyar Aung Moe é diretamente responsável por essas ações de repressão e por graves violações dos direitos humanos.	

▼M19

35.	U Chit Naing (t.c.p.: Sate Pyin Nyar)	Data de nascimento: dezembro de 1948; Local de nascimento: aldeia de Kyee Nee, município de Chauk, região de Magway, Mianmar/Birmânia; Nacionalidade: Mianmar/ /Birmânia; Género: masculino; Endereço: 150, Yadanar Street, Yadanar Housing (perto da aldeia de Tine Yin Thar), município de Tharkayta, Yangon, Mianmar	U Chit Naing foi o ministro do Governo da União que dirigiu o gabinete do ministério do Governo, entre 1 de agosto de 2021 e 18 de agosto de 2022. Foi ministro da Informação entre 2 de fevereiro de 2021 e 31 de julho de 2021. Foi nomeado pelo presidente do Conselho de Administração do Estado (CAE) que assumiu os poderes	19.4.2021

▼M19

	Nome	Elementos de identificação	Justificação	Data de inclusão na lista
			legislativo, executivo e judicial do Estado em 2 de fevereiro de 2021. Na qualidade de ministro da Informação, foi responsável pelos meios de comunicação públicos (os jornais MWD, MRTV, Myanmar Alin, Kyemon e Global New Light of Myanmar, bem como as agências noticiosas Myanmar News Agency (MNA) e Myanmar Digital News), e, por conseguinte, pela difusão e publicação de notícias oficiais. Durante o seu mandato de ministro da Informação, os jornais encheram-se de artigos pró-militares; por conseguinte, é responsável pela propaganda da junta e pela difusão de desinformação através dos meios de comunicação públicos, que não fornecem informações rigorosas. É diretamente responsável pelas decisões que conduziram à repressão dos meios de comunicação social em Mianmar, nomeadamente a emissão de diretrizes que ordenavam os meios de comunicação independentes a não utilizarem os termos «golpe de Estado», «regime militar» e «junta», e que resultaram na proibição de cinco canais de informação locais no país. Na sua anterior qualidade de membro do Governo, as suas ações, políticas e atividades comprometem a democracia e o Estado de direito em Mianmar/Birmânia.	

▼M28

36.	Soe Htut	Data de nascimento: 29.3.1960; Local de nascimento: Mandalay, Mianmar/Birmânia; Nacionalidade: Mianmar; Sexo: masculino	O tenente-general Soe Htut foi membro das Forças Armadas de Mianmar (Tatmadaw) e membro do Conselho de Administração do Estado (CAE), chefiado pelo comandante-chefe Min Aung Hlaing. Em 1 de fevereiro de 2021, as Forças Armadas de Mianmar (Tatmadaw), lideradas pelo comandante-chefe Min Aung Hlaing, realizaram um golpe de Estado em Mianmar, rejeitando os resultados das eleições de 8 de novembro de 2020 e derrubando o governo democraticamente eleito. No âmbito do golpe de Estado, o vice-presidente Myint Swe, na qualidade de presidente em exercício, declarou o estado de emergência em 1 de fevereiro de 2021 e transferiu os poderes legislativo, executivo e judicial do Estado para o comandante-chefe dos Serviços de Defesa, o general Min Aung Hlaing. Em 2 de fevereiro de 2021, foi criado o CAE no intuito de exercer esses poderes, impedindo o governo democraticamente eleito de cumprir o seu mandato. Soe Htut foi nomeado ministro dos Assuntos Internos em 1 de fevereiro de 2021. Soe Htut participou na reunião do Conselho Nacional para a Defesa e Segurança (CNDS) de 31 de janeiro de 2022, em que o estado de emergência foi prorrogado até 31 de julho de 2022. Em virtude dessa decisão, e fazendo parte do CAE, as suas atividades e políticas comprometem a democracia e o Estado de direito em Mianmar/Birmânia.	21.6.2021

▼**M28**

	Nome	Elementos de identificação	Justificação	Data de inclusão na lista
			O Ministério dos Assuntos Internos é responsável pela polícia, bombeiros e serviços prisionais de Mianmar, estando sob a sua tutela a segurança do Estado e a ordem pública. Na qualidade de ministro dos Assuntos Internos, o tenente-general Soe Htut é responsável pelas graves violações dos direitos humanos cometidas pela polícia de Mianmar desde o golpe militar de 1 de fevereiro de 2021, incluindo o assassínio de civis e de manifestantes não armados, violações da liberdade de associação e de reunião pacífica, detenções arbitrárias e detenções de líderes da oposição e de manifestantes pacíficos e violações da liberdade de expressão. Além disso, na qualidade de membro do CAE, o tenente-general Soe Htut está diretamente envolvido na tomada de decisões, e é por elas responsável, no que respeita às funções do Estado e, por conseguinte, é responsável por comprometer a democracia e o Estado de direito em Mianmar/Birmânia. É também responsável direto pelas decisões repressivas tomadas pelo CAE, inclusive pela aprovação de legislação que viola os direitos humanos e limita as liberdades dos cidadãos de Mianmar, bem como pelas graves violações dos direitos humanos cometidas pelas forças de segurança do país.	
37.	Tun Tun Naung (t.c.p. Tun Tun Naing; t.c.p. Htun Htun Naung)	Data de nascimento: 30.4.1963; Nacionalidade: Mianmar; Sexo: masculino	O tenente-general Tun Tun Naung é membro das Forças Armadas de Mianmar (Tatmadaw), tendo anteriormente ocupado o posto de comandante. É ministro dos Assuntos Internos e membro do Conselho Nacional para a Defesa e Segurança (CNDS) e antigo ministro das Fronteiras. Em 2013, Tun Tun Naung foi o comandante do Comando do Norte que supervisionou o conflito do exército de Mianmar com o Exército da Independência de Kachin. Nesse conflito, as tropas de Mianmar sob o comando de Tun Tun Naung cometeram graves violações dos direitos humanos e do direito internacional humanitário. Em 2017, Tun Tun Naung foi comandante do «Serviço de Operações Especiais n.º 1». As tropas sob seu comando cometeram atrocidades e graves violações dos direitos humanos contra minorias étnicas no estado de Arracão (Rakhine) durante as «operações de saneamento» da população roinja. Essas operações tiveram início em 25 de agosto de 2017 e implicaram a prática de execuções arbitrárias, maus tratos, tortura, violência sexual e a detenção de roinjas. Na qualidade de comandante, em 2013 e 2017, Tun Tun Naung é responsável por graves violações dos direitos humanos cometidas em Mianmar/Birmânia.	21.6.2021

▼**M28**

	Nome	Elementos de identificação	Justificação	Data de inclusão na lista
			Em 1 de fevereiro de 2021, as Forças Armadas de Mianmar (Tatmadaw), lideradas pelo comandante-chefe Min Aung Hlaing, realizaram um golpe de Estado em Mianmar, rejeitando os resultados das eleições de 8 de novembro de 2020 e derrubando o governo democraticamente eleito. No âmbito do golpe de Estado, o vice-presidente Myint Swe, na qualidade de presidente em exercício, declarou o estado de emergência e transferiu os poderes legislativo, executivo e judicial do Estado para o comandante-chefe dos Serviços de Defesa, o general Min Aung Hlaing. Durante estes acontecimentos, Tun Tun Naung aceitou a nomeação para o cargo de ministro das Fronteiras no Governo da União em 1 de fevereiro de 2021 e, por conseguinte, assumiu um lugar no Conselho Nacional para a Defesa e Segurança (CNDS). Tun Tun Naung participou na reunião do CNDS de 31 de janeiro de 2022, em que o estado de emergência foi prorrogado até 31 de julho de 2022. Em virtude dessa decisão e fazendo parte do Governo da União na qualidade de ministro dos Assuntos Internos e antigo ministro das Fronteiras, Tun Tun Naung é responsável por atividades que comprometem a democracia e o Estado de direito em Mianmar e por ações que ameaçam a paz, a segurança e a estabilidade do país.	
38.	Win Shein (t.c.p. U Win Shein)	Data de nascimento: 31.7.1957; Local de nascimento: Mandalay, Mianmar/Birmânia; Nacionalidade: Mianmar; Sexo: masculino; Número de passaporte: DM001478 (Mianmar/Birmânia) emitido em 10.9.2012, válido até 9.9.2022; N.º de identidade nacional: 12DAGANA011336	Win Shein foi vice-primeiro-ministro, de 1 de fevereiro de 2023 a 31 de julho de 2025, e ministro do Planeamento e das Finanças do Governo da União, de 1 de fevereiro de 2021 a 31 de julho de 2025, nomeado pelo comandante-chefe Min Aung Hlaing. Em 1 de fevereiro de 2021, as Forças Armadas de Mianmar (Tatmadaw), lideradas pelo comandante-chefe Min Aung Hlaing, realizaram um golpe de Estado em Mianmar, rejeitando os resultados das eleições de 8 de novembro de 2020 e derrubando o governo democraticamente eleito. No âmbito do golpe de Estado, o vice-presidente Myint Swe, na qualidade de presidente em exercício, declarou o estado de emergência e transferiu os poderes legislativo, executivo e judicial do Estado para Min Aung Hlaing. Na qualidade de antigo ministro do Planeamento e das Finanças e de antigo vice-primeiro-ministro do Governo da União, e dado o seu importante papel nas políticas económicas do regime, as suas ações comprometem a democracia e o Estado de direito em Mianmar/Birmânia.	21.6.2021

▼M5

	Nome	Elementos de identificação	Justificação	Data de inclusão na lista
▼M12				
39.	Khin Maung Yi (t.c.p. Khin Maung Yee; t.c.p. U Khin Maung Yi)	Data de nascimento: 15 de fevereiro de 1965; Local de nascimento: Rangum, Mianmar; Nacionalidade: Mianmar/ /Birmânia; Género: masculino	O coronel Khin Maung Yi é o atual ministro dos Recursos Naturais e da Conservação do Ambiente (MONREC). Foi secretário permanente deste ministério, sob o governo democraticamente eleito. Em 1 de fevereiro de 2021, as Forças Armadas de Mianmar (Tatmadaw), lideradas pelo comandante-chefe Min Aung Hlaing, realizaram um golpe de Estado em Mianmar rejeitando os resultados das eleições de 8 de novembro de 2020 e derrubando o governo democraticamente eleito. No âmbito do golpe de Estado, o vice-presidente Myint Swe, na qualidade de presidente em exercício, declarou o estado de emergência e transferiu os poderes legislativo, executivo e judicial do Estado para o comandante-chefe dos Serviços de Defesa, o general Min Aung Hlaing. Em 2 de fevereiro, foi criado o CAE no intuito de exercer esses poderes, impedindo o governo democraticamente eleito de cumprir o seu mandato. O coronel Khin Maung Yi foi nomeado ministro dos Recursos Naturais e da Conservação do Ambiente (MONREC) em 2 de fevereiro de 2021 pelo Conselho de Administração do Estado (CAE) chefiado pelo comandante-chefe Min Aung Hlaing. De acordo com o direito de Mianmar, o MONREC é o único responsável pela gestão da exploração dos recursos naturais do país e desempenha um papel crucial na exploração e no comércio, nomeadamente, de recursos como as pedras preciosas, as pérolas e outros recursos minerais, bem como a silvicultura. Sob a sua liderança, o MONREC controla as empresas Mianmar Pearl Enterprise (MPE), Myanmar Gems Enterprise (MGE) e Myanmar Timber Enterprise (MTE), com direitos exclusivos de produção e comércio de recursos nas respetivas áreas de competência (pérolas, pedras preciosas e madeira). Ao aceitar a nomeação para o cargo de ministro dos Recursos Naturais e da Conservação do Ambiente e dado o seu papel na exploração dos recursos naturais de Mianmar, Khin Maung Yi contribui para o financiamento do regime militar, pelo que é responsável por comprometer a democracia e o Estado de direito em Mianmar/Birmânia.	21.6.2021

▼M12

	Nome	Elementos de identificação	Justificação	Data de inclusão na lista

▼M28

40.	Tin Aung San	Nacionalidade: Mianmar/ /Birmânia; Data de nascimento: 16.10.1960; Sexo: masculino; N.º de identidade nacional: 12/La Ma Na (N) 89 489	O almirante Tin Aung San é comandante-chefe da Marinha de Mianmar e ministro do Gabinete do primeiro-ministro. Foi membro do Conselho de Administração do Estado (CAE) até à sua dissolução em 31 de julho de 2025. Desde 5 de agosto de 2025, exerce igualmente as funções de conselheiro de segurança nacional. Anteriormente, exerceu as funções de ministro dos Transportes e das Comunicações e de ministro da Defesa. Em 1 de fevereiro de 2021, as Forças Armadas de Mianmar (Tatmadaw), lideradas pelo comandante-chefe Min Aung Hlaing, realizaram um golpe de Estado em Mianmar rejeitando os resultados das eleições de 8 de novembro de 2020 e derrubando o governo democraticamente eleito. No âmbito do golpe de Estado, o vice-presidente Myint Swe, na qualidade de presidente em exercício, declarou o estado de emergência em 1 de fevereiro de 2021 e transferiu os poderes legislativo, executivo e judicial do Estado para o comandante-chefe dos Serviços de Defesa, o general Min Aung Hlaing. Em 2 de fevereiro de 2021, foi criado o CAE no intuito de exercer esses poderes, impedindo o governo democraticamente eleito de cumprir o seu mandato. Na qualidade de ministro dos Transportes e das Comunicações, Tin Aung San foi responsável pelas comunicações e pelas redes de comunicação e, por conseguinte, tomou decisões e aplicou políticas que definem a liberdade de acesso aos dados em linha. Enquanto exerceu esta função, registaram-se numerosos cortes e abrandamentos deliberados dos serviços de Internet e foram dadas ordens para que os fornecedores impedissem o acesso em linha ao Facebook, ao Twitter e ao Instagram. Em janeiro de 2022, foi divulgado um novo projeto de lei sobre a cibersegurança, que permite a utilização abusiva da tecnologia de vigilância para monitorizar e controlar pessoas, privando-as assim da liberdade de expressão bem como do acesso à informação. Por conseguinte, Tin Aung San é diretamente responsável por limitar a liberdade de imprensa e o acesso às informações em linha, bem como por violar o direito à privacidade do povo de Mianmar. Como tal, comprometeu a democracia e o Estado de direito em Mianmar/Birmânia.	21.6.2021

▼M28

	Nome	Elementos de identificação	Justificação	Data de inclusão na lista
			Na qualidade de vice-primeiro-ministro e conselheiro de segurança nacional, bem como de ex-ministro da Defesa e membro do CAE, Tin Aung San está diretamente envolvido na tomada de decisões, e é por elas responsável, no que respeita às funções do Estado e, por conseguinte, é responsável por comprometer a democracia e o Estado de direito em Mianmar/Birmânia. É também responsável direto pelas decisões repressivas tomadas pelo CAE, inclusive pela aprovação de legislação que viola os direitos humanos e limita as liberdades dos cidadãos de Mianmar, bem como pelas graves violações dos direitos humanos cometidas pelas forças de segurança do país.	

▼M19

41.	Thida Oo (t.c.p. Daw Thida Oo)	Nacionalidade: Mianmar/ /Birmânia; Género: feminino	Thida Oo é procuradora-geral da União de Mianmar desde 2 de fevereiro de 2021, data em que foi nomeada pelo comandante-chefe das Forças Armadas de Mianmar (Tatmadaw), Min Aung Hlaing. Thida Oo é membro da Comissão de Investimento de Mianmar. Em 1 de fevereiro de 2021, as Forças Armadas de Mianmar/Birmânia (Tatmadaw), lideradas pelo comandante-chefe Min Aung Hlaing, realizaram um golpe de Estado em Mianmar/Birmânia rejeitando os resultados das eleições de 8 de novembro de 2020 e derrubando o governo democraticamente eleito. No âmbito do golpe de Estado, o vice-presidente Myint Swe, na qualidade de presidente em exercício, declarou o estado de emergência em 1 de fevereiro de 2021 e transferiu os poderes legislativo, executivo e judicial do Estado para o comandante-chefe dos Serviços de Defesa, o general Min Aung Hlaing. Em 2 de fevereiro de 2021, foi criado o Conselho de Administração do Estado (CAE) no intuito de exercer esses poderes, impedindo o governo democraticamente eleito de cumprir o seu mandato. Em julho de 2022, Oo participou no processo instaurado no Tribunal Internacional de Justiça (TIJ), no qual testemunhou contra a acusação de genocídio da população roinja e defendeu a junta. Thida Oo faz parte do governo que emergiu do golpe militar desde o primeiro dia, e tem utilizado as competências que lhe são conferidas pela lei de 2010 relativa ao procurador-geral para levar a cabo julgamentos com motivações políticas e subsequentes detenções arbitrárias e para atuar como facilitadora dos abusos cometidos pelo regime militar. Por conseguinte, Thida Oo participa em ações e políticas que comprometem a democracia e o Estado de direito em Mianmar/Birmânia, bem como em ações que ameaçam a paz, a segurança e a estabilidade de Mianmar/Birmânia.	21.6.2021

▼M12

	Nome	Elementos de identificação	Justificação	Data de inclusão na lista
42.	Aung Lin Tun	Nacionalidade: Mianmar/ /Birmânia; Género: masculino	O major-general Aung Lin Tun é membro das Forças Armadas de Mianmar (Tatmadaw) e exerce as funções de ministro-adjunto da Defesa. Em 1 de fevereiro de 2021, as Forças Armadas de Mianmar (Tatmadaw), lideradas pelo comandante-chefe Min Aung Hlaing, realizaram um golpe de Estado em Mianmar rejeitando os resultados das eleições de 8 de novembro de 2020 e derrubando o governo democraticamente eleito. No âmbito do golpe de Estado, o vice-presidente Myint Swe, na qualidade de presidente em exercício, declarou o estado de emergência em 1 de fevereiro e transferiu os poderes legislativo, executivo e judicial do Estado para o comandante-chefe dos Serviços de Defesa, o general Min Aung Hlaing. Em 2 de fevereiro, foi criado o CAE no intuito de exercer esses poderes, impedindo o governo democraticamente eleito de cumprir o seu mandato. O major-general Aung Lin Tun foi nomeado vice-ministro da Defesa em 11 de maio de 2021 pelo Conselho de Administração do Estado (CAE) chefiado pelo comandante-chefe Min Aung Hlaing. Antes dessa promoção, fazia parte do Gabinete do comandante-geral do Exército e esteve envolvido em todas as ações repressivas perpetradas pelo CAE e pelas Tatmadaw desde o golpe militar. Na sua qualidade de ministro-adjunto da Defesa, o major-general Aung Lin Tun está participa em ações e políticas que comprometem a democracia e o Estado de direito em Mianmar/Birmânia, bem como em ações que ameaçam a paz, a segurança e a estabilidade do país. Além disso, enquanto membro do regime militar, o major-general Aung Lin Tun é diretamente responsável pelas graves violações dos direitos humanos cometidas pelas forças de segurança contra manifestantes pacíficos.	21.6.2021

▼M28

43.	Zaw Min Tun	Local de nascimento: Yenanchaung, Mianmar; Nacionalidade: Mianmar/ /Birmânia; Sexo: masculino	O brigadeiro-general Zaw Min Tun foi chefe do serviço de imprensa do Conselho de Administração do Estado e ministro-adjunto da Informação, tendo também desempenhado as funções de chefe do serviço de imprensa True News, das Tatmadaw.	21.6.2021

▼**M28**

	Nome	Elementos de identificação	Justificação	Data de inclusão na lista
			Em 1 de fevereiro de 2021, as Forças Armadas de Mianmar (Tatmadaw), lideradas pelo comandante-chefe Min Aung Hlaing, realizaram um golpe de Estado em Mianmar rejeitando os resultados das eleições de 8 de novembro de 2020 e derrubando o governo democraticamente eleito. No âmbito do golpe de Estado, o vice-presidente Myint Swe, na qualidade de presidente em exercício, declarou o estado de emergência em 1 de fevereiro e transferiu os poderes legislativo, executivo e judicial do Estado para o comandante-chefe dos Serviços de Defesa, o general Min Aung Hlaing. Em 2 de fevereiro, foi criado o CAE no intuito de exercer esses poderes, impedindo o governo democraticamente eleito de cumprir o seu mandato. Zaw Min Tun foi nomeado chefe do serviço de imprensa do CAE em 5 de fevereiro de 2021 e ministro-adjunto da Informação em 7 de fevereiro de 2021 pelo Conselho de Administração do Estado (CAE) chefiado pelo comandante-chefe Min Aung Hlaing. Enquanto porta-voz do Conselho de Administração do Estado, o brigadeiro-general Zaw Min Tun tem presidido a todas as conferências de imprensa do CAE que visam transmitir e justificar as narrativas do CAE relativamente ao golpe de Estado e à atuação da junta militar desde então. Na qualidade de ministro-adjunto da Informação, Zaw Min Tun é diretamente responsável pelos meios de comunicação estatais e, por conseguinte, pela difusão e publicação de notícias oficiais. Desde as nomeações de Chit Naing como ministro da Informação e de Zaw Min Tung como ministro-adjunto, têm sido inúmeros os artigos pró-militares publicados nos jornais. Por conseguinte, Zaw Min Tun é responsável pela propaganda da junta militar e pela difusão de desinformação através dos meios de comunicação estatais, que não fornecem informações rigorosas. É ainda responsável pelas decisões que conduziram à repressão dos meios de comunicação social do país, nomeadamente diretivas que proibiram a utilização dos termos «golpe de Estado», «regime militar» e «junta militar» por parte dos meios de comunicação independentes e que conduziram ao encerramento de cinco agências noticiosas locais e à detenção de jornalistas nacionais e estrangeiros. Nas suas declarações, Zaw Min Tun apoiou publicamente o golpe militar. Por conseguinte, é responsável por comprometer a democracia em Mianmar/Birmânia através da limitação da liberdade de imprensa e do acesso à informação, tanto em linha como fora de linha.	

▼M28

	Nome	Elementos de identificação	Justificação	Data de inclusão na lista
			Na qualidade de antigo membro tanto do CAE como do governo da junta militar, o brigadeiro-general Zaw Min Tun participa e presta apoio a ações e políticas que comprometem a democracia e o Estado de direito em Mianmar/Birmânia, bem como a ações que ameaçam a paz, a segurança e a estabilidade do país.	

▼M27

44.	Aung Naing Oo	Data de nascimento: 13.10.1962 ou 9.6.1969; Nacionalidade: Mianmar/ /Birmânia; Local de nascimento: Kyaukse, Mandalay, Mianmar/Birmânia; Sexo: masculino; Endereço: L 103, Kenyeikthar Lane 6, FMI city, Yangon, Mianmar/Birmânia; Número de passaporte: DM002656; N.º de identidade nacional: 7/PaKhaNa (Naing) 13345; 5/SaKaNa (Naing) 017289	Aung Naing Oo é o antigo ministro do Comércio. Foi ministro do Investimento e das Relações Económicas Externas de 2 de fevereiro de 2021 a 18 de agosto de 2022. Foi nomeado pelo Conselho de Administração do Estado (CAE), dirigido pelo comandante-chefe Min Aung Hlaing, que assumiu os poderes legislativo, executivo e judicial do Estado em 2 de fevereiro de 2021. Na qualidade de antigo ministro do Governo, integra o regime militar, que tomou o poder durante um golpe militar e derrubou os dirigentes legitimamente eleitos em Mianmar/Birmânia. Enquanto ministro do Investimento e das Relações Económicas Externas, foi responsável por facilitar os negócios e os investimentos em Mianmar/ /Birmânia; por conseguinte, contribui para o suprimento das necessidades financeiras do regime militar. Através das suas declarações e atos, apoiou publicamente o golpe de Estado e o regime militar, tendo inclusivamente afirmado que os meios de comunicação social internacionais tinham exagerado a dimensão da crise e insistido que o movimento de desobediência civil estaria a chegar ao seu termo. Além disso, proibiu executivos de empresas estrangeiras de telecomunicações de saírem do país sem autorização e, em fevereiro de 2021, demitiu funcionários públicos do ministério que tinham participado em protestos. Por conseguinte, as suas ações, políticas e atividades comprometem a democracia e o Estado de direito em Mianmar/Birmânia; e Aung Naing Oo participa igualmente em ações que ameaçam a paz, a segurança e a estabilidade de Mianmar/Birmânia.	21.2.2022

▼M14

45.	Charlie Than	Nacionalidade: Mianmar/ /Birmânia; Data de nascimento: 1950; Género: masculino; Endereço: Room No (23), Building No (25), Palm Village Villa, Yankin Yanshin Street, Rangum, Mianmar/Birmânia	Charlie Than tem sido ministro da Indústria desde 22 de maio de 2021. Foi nomeado pelo Conselho de Administração do Estado (CAE), liderado pelo comandante-chefe Min Aung Hlaing, que assumiu os poderes legislativo, executivo e judicial do Estado em 2 de fevereiro de 2021.	21.2.2022

▼M14

	Nome	Elementos de identificação	Justificação	Data de inclusão na lista
			Através das suas declarações e atos, apoiou publicamente o golpe de Estado e o regime militar. Na qualidade de ministro do Governo, integra o regime militar, que tomou o poder durante um golpe militar e derrubou os dirigentes legitimamente eleitos em Mianmar/Birmânia. Enquanto ministro da Indústria, tem controlo sobre as fábricas detidas pelo Estado, contribuindo assim para o suprimento das necessidades financeiras do regime militar. Por conseguinte, as ações, políticas e atividades de Charlie Than comprometem a democracia e o Estado de direito em Mianmar/Birmânia; Charlie Than participa igualmente em ações que ameaçam a paz, a segurança e a estabilidade de Mianmar/Birmânia.	

▼M28

46.	Thet Thet Khine	Nacionalidade: Mianmar/ /Birmânia; Data de nascimento: 19.8.1967; Local de nascimento: Mogok, Mianmar/Birmânia; Sexo: feminino; Endereço: 127A, Dhamazadei Road, Kamayut, Rangum, Mianmar/Birmânia; Número de passaporte: MB132403 (Mianmar/Birmânia), emitido em 7.5.2015, caduca em 6.5.2020; N.º de identidade nacional: 9MAKANAN034200	Thet Thet Khine foi ministra da Segurança Social, da Assistência e da Reinstalação entre 4 de fevereiro de 2021 e 3 de agosto de 2023, e é ministra da Hotelaria e do Turismo entre 3 de agosto de 2023 e 31 de julho de 2025. Foi nomeada pelo Conselho de Administração do Estado (CAE), liderado pelo comandante-chefe Min Aung Hlaing, que assumiu os poderes legislativo, executivo e judicial do Estado em 2 de fevereiro de 2021. Tem repetidamente apoiado publicamente o golpe de Estado. Na qualidade de antiga ministra do Governo, integra o regime militar que tomou o poder durante um golpe militar e derrubou os dirigentes legitimamente eleitos em Mianmar/Birmânia. Através das suas declarações e atos, apoiou publicamente o golpe de Estado e o regime militar, tendo inclusivamente declarado que os militares realizaram o golpe de Estado em resposta a fraude eleitoral. Além disso, negou que os militares tivessem cometido atos de genocídio contra a população roinja. Por conseguinte, Thet Thet Khine presta apoio e participa em ações e políticas que comprometem a democracia e o Estado de direito em Mianmar/Birmânia, bem como em ações que ameaçam a paz, a segurança e a estabilidade de Mianmar/Birmânia.	21.2.2022

▼**M28**

	Nome	Elementos de identificação	Justificação	Data de inclusão na lista
47.	Maung Maung Ohn (t.c.p. U Maung Maung Ohn)	Nacionalidade: Mianmar/ /Birmânia; Sexo: masculino	Maung Maung Ohn tem sido ministro da Informação desde 1 de agosto de 2021. Foi nomeado pelo Conselho de Administração do Estado (CAE), dirigido pelo comandante-chefe Min Aung Hlaing, que assumiu os poderes legislativo, executivo e judicial do Estado em 2 de fevereiro de 2021. Tinha sido anteriormente ministro da Hotelaria e do Turismo, tendo sido nomeado em 7 de fevereiro de 2021. Na qualidade de ministro do Governo, integra o regime militar, que tomou o poder durante um golpe militar e derrubou os dirigentes legitimamente eleitos em Mianmar/Birmânia. Na qualidade de ministro da Informação, tem controlo sobre os meios de comunicação estatais (os jornais MWD, MRTV, Myanmar Alin, Kyemon e Global New Light of Myanmar e as agências noticiosas Myanmar News Agency (MNA) e Myanmar Digital News) e Maung Maung Ohn tem, por conseguinte, controlo sobre a difusão e publicação de notícias oficiais. Prosseguiu e reforçou ainda mais as políticas repressivas na sequência do golpe militar, nomeadamente alterando a Lei da Televisão e da Radiodifusão e impondo restrições adicionais à liberdade de expressão e liberdade de imprensa, inclusive através da restrição do acesso à Internet, da criminalização do jornalismo e da prisão de jornalistas. Além disso, encarregou os membros do Conselho dos Meios de Comunicação Social de Mianmar, um órgão independente, de realizar os objetivos do Governo. Por conseguinte, as ações, políticas e atividades de Maung Maung Ohn comprometem a democracia e o Estado de direito em Mianmar/Birmânia; Maung Maung Ohn participa igualmente em ações que ameaçam a paz, a segurança e a estabilidade de Mianmar/Birmânia.	21.2.2022
48.	Shwe Kyein (t.c.p. U Shwe Kyein)	Nacionalidade: Mianmar/ /Birmânia; Sexo: masculino	Shwe Kyein é membro do Conselho Nacional para a Defesa e Segurança (CNDS) e do seu órgão consultivo central, bem como um antigo membro do Conselho de Administração do Estado (CAE).	21.2.2022

▼**M28**

	Nome	Elementos de identificação	Justificação	Data de inclusão na lista
			Em 1 de fevereiro de 2021, as Forças Armadas de Mianmar (Tatmadaw), lideradas pelo comandante-chefe Min Aung Hlaing, realizaram um golpe de Estado em Mianmar/Birmânia rejeitando os resultados das eleições de 8 de novembro de 2020 e derrubando o governo democraticamente eleito. No âmbito do golpe de Estado, o vice-presidente Myint Swe, na qualidade de presidente em exercício, declarou o estado de emergência em 1 de fevereiro e transferiu os poderes legislativo, executivo e judicial do Estado para o comandante-chefe dos Serviços de Defesa, o general Min Aung Hlaing. Em 2 de fevereiro de 2021, foi criado o CAE no intuito de exercer esses poderes, impedindo o governo democraticamente eleito de cumprir o seu mandato. Na qualidade de membro do CNDS e do seu órgão consultivo central, assim como na qualidade de antigo membro do CAE, U Shwe Kyein está diretamente envolvido na tomada de decisões, e é por elas responsável, no que respeita às funções do Estado e, por conseguinte, é responsável por comprometer a democracia e o Estado de direito em Mianmar/Birmânia. Além disso, o CAE adotou decisões que limitam o direito à liberdade de expressão, incluindo o acesso à informação, e o direito à liberdade de reunião pacífica. Desde 1 de fevereiro de 2021, as forças militares e as autoridades que operam sob o controlo do CAE têm continuamente cometido graves violações dos direitos humanos, matando civis e manifestantes desarmados, forçando a deslocação de centenas de milhares de pessoas, queimando, torturando e matando civis e negando a igualdade de acesso à ajuda humanitária. As forças militares e as autoridades que operam sob o controlo do CAE limitaram o direito às liberdades de reunião e de expressão através do bloqueio do acesso à Internet e da prisão, detenção e condenação arbitrárias de dirigentes da oposição e opositores ao golpe de Estado. Além disso, o CAE impôs ainda a lei marcial em algumas partes do país, outorgando às forças militares total autoridade sobre essas zonas específicas, incluindo funções administrativas, judiciais e de aplicação da lei. Nas zonas sujeitas à lei marcial, a população civil, nomeadamente os jornalistas e os manifestantes pacíficos, são objeto de ação penal por parte dos tribunais militares e privados do direito a um processo equitativo, inclusive do direito de recurso. Verifica-se também, nas zonas em que foi declarada a lei marcial, um aumento significativo das ações violentas cometidas pelas forças militares e policiais, o que constitui uma ameaça para a paz, a segurança e a estabilidade.	

▼M28

	Nome	Elementos de identificação	Justificação	Data de inclusão na lista
			Na qualidade de membro do CNDS e do seu órgão consultivo central, assim como na qualidade de antigo membro do CAE, U Shwe Kyein é diretamente responsável por essas decisões repressivas e por graves violações dos direitos humanos.	

▼M14

49.	Aung Moe Myint (t.c.p. U Aung Moe Myint)	Nacionalidade: Mianmar/ /Birmânia; Género: masculino	Aung Moe Myint foi nomeado membro da Comissão Eleitoral da União (CEU) em 23 de fevereiro de 2021. Ao aceitar esta nomeação na sequência do golpe militar de 1 de fevereiro de 2021 e através das suas ações enquanto membro da CEU, nomeadamente a anulação dos resultados das eleições de novembro de 2020 sem provas demonstradas de fraude, bem como a apresentação de acusações por fraude eleitoral pelas mesmas eleições, Aung Moe Myint esteve diretamente envolvido em ações que comprometem a democracia e o Estado de direito em Mianmar/Birmânia.	21.2.2022
50.	Than Tun (t.c.p. U Than Tun)	Nacionalidade: Mianmar/ /Birmânia; Género: masculino	Than Tun foi nomeado membro da Comissão Eleitoral da União (CEU) em 2 de fevereiro de 2021. Ao aceitar esta nomeação na sequência do golpe militar de 1 de fevereiro de 2021 e através das suas ações enquanto membro da CEU, nomeadamente a anulação dos resultados das eleições de novembro de 2020 sem provas demonstradas de fraude, bem como a apresentação de acusações por fraude eleitoral pelas mesmas eleições e a repressão de antigos membros da CEU, Than Tun esteve diretamente envolvido em ações que comprometem a democracia e o Estado de direito em Mianmar/ /Birmânia.	21.2.2022

▼**M14**

	Nome	Elementos de identificação	Justificação	Data de inclusão na lista
51.	Aung Lwin Oo (t.c.p. Aung Lwin OO)	Nacionalidade: Mianmar/ /Birmânia; Género: masculino	Aung Lwin Oo foi nomeado membro da Comissão Eleitoral da União (CEU) em 23 de fevereiro de 2021. Ao aceitar esta nomeação na sequência do golpe militar de 1 de fevereiro de 2021 e através das suas ações enquanto membro da CEU, nomeadamente a anulação dos resultados das eleições de novembro de 2020 sem provas demonstradas de fraude, bem como a apresentação de acusações por fraude eleitoral pelas mesmas eleições e a repressão de antigos membros da CEU, Aung Lwin Oo esteve diretamente envolvido em ações que comprometem a democracia e o Estado de direito em Mianmar/Birmânia.	21.2.2022
52.	Aung Saw Win (t.c.p. U Aung Saw Win)	Nacionalidade: Mianmar/ /Birmânia; Género: masculino	Aung Saw Win foi nomeado membro da Comissão Eleitoral da União (CEU) em 2 de fevereiro de 2021. Ao aceitar esta nomeação na sequência do golpe militar de 1 de fevereiro de 2021 e através das suas ações enquanto membro da CEU, nomeadamente a anulação dos resultados das eleições de novembro de 2020 sem provas demonstradas de fraude, bem como a apresentação de acusações por fraude eleitoral pelas mesmas eleições e a repressão de antigos membros da CEU, Aung Saw Win esteve diretamente envolvido em ações que comprometem a democracia e o Estado de direito em Mianmar/Birmânia.	21.2.2022
53.	Than Win	Nacionalidade: Mianmar/ /Birmânia; Género: masculino	Than Win foi nomeado membro da Comissão Eleitoral da União (CEU) em 2 de fevereiro de 2021. Ao aceitar esta nomeação na sequência do golpe militar de 1 de fevereiro de 2021 e através das suas ações enquanto membro da CEU, nomeadamente a anulação dos resultados das eleições de novembro de 2020 sem provas demonstradas de fraude, bem como a apresentação de acusações contra 16 pessoas por fraude eleitoral pelas mesmas eleições e a repressão de antigos membros da CEU, Than Win esteve diretamente envolvido em ações que comprometem a democracia e o Estado de direito em Mianmar/Birmânia.	21.2.2022
54.	Saw Ba Hline (t.c.p. U Saw Ba Hline)	Nacionalidade: Mianmar/ /Birmânia; Género: masculino	Saw Ba Hline foi nomeado membro da Comissão Eleitoral da União (CEU) em 9 de fevereiro de 2021. Ao aceitar esta nomeação na sequência do golpe militar de 1 de fevereiro de 2021 e através das suas ações enquanto membro da CEU, nomeadamente a anulação dos resultados das eleições de novembro de 2020 sem provas demonstradas de fraude, bem como a apresentação de acusações por fraude eleitoral pelas mesmas eleições e a repressão de antigos membros da CEU, Saw Ba Hline esteve diretamente envolvido em ações que comprometem a democracia e o Estado de direito em Mianmar/Birmânia.	21.2.2022

▼M14

	Nome	Elementos de identificação	Justificação	Data de inclusão na lista
55.	Soe Oo (t.c.p. U Soe OO)	Nacionalidade: Mianmar/ /Birmânia; Género: masculino	Soe Oo foi nomeado membro da Comissão Eleitoral da União (CEU) em 9 de fevereiro de 2021. Ao aceitar esta nomeação na sequência do golpe militar de 1 de fevereiro de 2021 e através das suas ações enquanto membro da CEU, nomeadamente a anulação dos resultados das eleições de novembro de 2020 sem provas demonstradas de fraude, bem como a apresentação de acusações contra 16 pessoas por fraude eleitoral pelas mesmas eleições e a repressão de antigos membros da CEU, Soe Oo esteve diretamente envolvido em ações que comprometem a democracia e o Estado de direito em Mianmar/Birmânia.	21.2.2022

▼M28

56.	Than Soe (t.c.p. U Than Soe)	Nacionalidade: Mianmar/ /Birmânia; Sexo: masculino	Than Soe foi nomeado membro da Comissão Eleitoral da União (CEU) em 26 de fevereiro de 2021 e exerce as funções de presidente da CEU desde 31 de julho de 2025. Ao aceitar esta nomeação na sequência do golpe militar de 1 de fevereiro de 2021 e através das suas ações enquanto membro da CEU, nomeadamente a anulação dos resultados das eleições de novembro de 2020 sem provas demonstradas de fraude, bem como a apresentação de acusações por fraude eleitoral pelas mesmas eleições e a repressão de antigos membros da CEU, Than Soe esteve diretamente envolvido em ações que comprometem a democracia e o Estado de direito em Mianmar/ /Birmânia.	21.2.2022

▼M14

57.	Bran Shaung (t.c.p. U Bran Shaung)	Nacionalidade: Mianmar/ /Birmânia Género: masculino	Bran Shaung foi nomeado membro da Comissão Eleitoral da União (CEU) em 26 de fevereiro de 2021. Ao aceitar esta nomeação na sequência do golpe militar de 1 de fevereiro de 2021 e através das suas ações enquanto membro da CEU, nomeadamente a anulação dos resultados das eleições de novembro de 2020 sem provas demonstradas de fraude, bem como a apresentação de acusações por fraude eleitoral pelas mesmas eleições e a repressão de antigos membros da CEU, Bran Shaung esteve diretamente envolvido em ações que comprometem a democracia e o Estado de direito em Mianmar/Birmânia.	21.2.2022
58.	Myint Oo (t.c.p. U Myint Oo)	Nacionalidade: Mianmar/ /Birmânia; Género: masculino	Myint Oo foi nomeado membro da Comissão Eleitoral da União (CEU) em 26 de fevereiro de 2021. Ao aceitar esta nomeação na sequência do golpe militar de 1 de fevereiro de 2021 e através das suas ações enquanto membro da CEU, nomeadamente a anulação dos resultados das eleições de novembro de 2020 sem provas demonstradas de fraude, bem como a apresentação de acusações por fraude eleitoral pelas mesmas eleições e a repressão de antigos membros da CEU, Myint Oo esteve diretamente envolvido em ações que comprometem a democracia e o Estado de direito em Mianmar/Birmânia.	21.2.2022

▼M14

	Nome	Elementos de identificação	Justificação	Data de inclusão na lista
59.	Khin Maung Oo (t.c.p. U Khin Maung Oo)	Nacionalidade: Mianmar/ /Birmânia; Género: masculino	Khin Maung Oo foi nomeado membro da Comissão Eleitoral da União (CEU) em 26 de fevereiro de 2021. Ao aceitar esta nomeação na sequência do golpe militar de 1 de fevereiro de 2021 e através das suas ações enquanto membro da CEU, nomeadamente a anulação dos resultados das eleições de novembro de 2020 sem provas demonstradas de fraude, bem como a apresentação de acusações por fraude eleitoral pelas mesmas eleições e a repressão de antigos membros da CEU, Khin Maung Oo esteve diretamente envolvido em ações que comprometem a democracia e o Estado de direito em Mianmar/Birmânia.	21.2.2022

▼M24

60.	Nu Mya Zan (t.c.p. Daw Nu Mya Zan, Daw Nu Mara Zan)	Nacionalidade: Mianmar/ /Birmânia; Género: feminino	Nu Mya Zan foi nomeada membro da Comissão Eleitoral da União (CEU) em 26 de fevereiro de 2021. Ao aceitar esta nomeação na sequência do golpe militar de 1 de fevereiro de 2021 e através das suas ações enquanto membro da CEU, nomeadamente a anulação dos resultados das eleições de novembro de 2020 sem provas demonstradas de fraude, bem como a apresentação de acusações por fraude eleitoral pelas mesmas eleições e a repressão de antigos membros da CEU, Nu Mya Zan esteve diretamente envolvida em ações que comprometem a democracia e o Estado de direito em Mianmar/Birmânia. Nu Mya Zan foi nomeada vice-ministra dos Assuntos Religiosos e da Cultura em 2 de fevereiro de 2023. Na qualidade de vice-ministra, integra o regime militar, que tomou o poder durante um golpe militar e derrubou os dirigentes legitimamente eleitos em Mianmar/Birmânia. Por conseguinte, Nu Mya Zan é responsável por comprometer a democracia e o Estado de direito em Mianmar/Birmânia, bem como por apoiar ações que ameaçam a paz, a segurança e a estabilidade de Mianmar/Birmânia.	21.2.2022

▼M14

61.	Myint Thein (t.c.p. U Myint Thein)	Nacionalidade: Mianmar/ /Birmânia; Género: masculino	Myint Thein foi nomeado membro da Comissão Eleitoral da União (CEU) em 26 de fevereiro de 2021. Ao aceitar esta nomeação na sequência do golpe militar de 1 de fevereiro de 2021 e através das suas ações enquanto membro da CEU, nomeadamente a anulação dos resultados das eleições de novembro de 2020 sem provas demonstradas de fraude, bem como a apresentação de acusações por fraude eleitoral pelas mesmas eleições e a repressão de antigos membros da CEU, Myint Thein esteve diretamente envolvido em ações que comprometem a democracia e o Estado de direito em Mianmar/Birmânia.	21.2.2022

▼M14

	Nome	Elementos de identificação	Justificação	Data de inclusão na lista
62.	Ba Maung (t.c.p. Dr Ba Maung)	Nacionalidade: Mianmar/ /Birmânia; Género: masculino	Ba Maung foi nomeado membro da Comissão Eleitoral da União (CEU) em 26 de fevereiro de 2021. Ao aceitar esta nomeação na sequência do golpe militar de 1 de fevereiro de 2021 e através das suas ações enquanto membro da CEU, nomeadamente a anulação dos resultados das eleições de novembro de 2020 sem provas demonstradas de fraude, bem como a apresentação de acusações por fraude eleitoral pelas mesmas eleições e a repressão de antigos membros da CEU, Ba Maung esteve diretamente envolvido em ações que comprometem a democracia e o Estado de direito em Mianmar/Birmânia.	21.2.2022

▼M24

63.	Tayza Kyaw (t.c.p. U Tayza Kyaw)	Nacionalidade: Mianmar/ /Birmânia; Sexo: masculino U Tayza Kyaw é membro das Forças Armadas de Mianmar (Tatmadaw) e ocupa vários cargos importantes, incluindo o de comandante do Comando Norte e o de comandante do Serviço de Operações Especiais n.º 1 (BSO 1). Desde 1 de janeiro de 2024, é comandante do Serviço de Operações Especiais n.º 3 (SOE 3), que é responsável pelas operações do Quartel-General Militar Regional Ocidental e do Quartel-General Militar Regional Meridional.	Antes do golpe de 1 de fevereiro de 2021, U Tayza Kyaw supervisionou as operações militares no Estado de Kachin, caracterizadas pelo uso excessivo da força contra grupos étnicos minoritários e pela violência indiscriminada que conduziu à violação dos direitos dos civis e à sua deslocação forçada. Desde fevereiro de 2021, U Tayza Kyaw supervisiona o BSO 1, que liderou várias operações militares de grande escala em estreita cooperação com U Than Hlaing, ao qual foi reconhecida responsabilidade por atos de violência excessiva e violações dos direitos humanos. A preparação e o subsequente lançamento das «operações de limpeza» nas regiões de Sagaing e Magwe, no âmbito do BSO 1, revelaram um uso particularmente excessivo da força, bem como situações de violência baseada no género. Por conseguinte, é responsável por graves violações dos direitos humanos em Mianmar/Birmânia, bem como por ter participado em ações que ameaçam a paz, a segurança e a estabilidade de Mianmar/Birmânia.	21.2.2022

▼M27

64.	Ni Lin Aung	Nacionalidade: Mianmar/ /Birmânia; Sexo: masculino	O major-general Ni Lin Aung tem vindo a exercer funções no Comando Central do Leste desde agosto de 2022. É o antigo comandante do Comando Leste das Forças Armadas de Mianmar (Tatmadaw). Parte da jurisdição do Comando Leste é o Estado de Kayah. Num ataque perpetrado em 24 de dezembro de 2021 perto da aldeia de Moso, no município de Phruso, Estado de Karenni (Kayah), pelo menos 35 pessoas morreram, entre as quais civis, crianças e dois trabalhadores humanitários da ONG Save the Children. A Tatmadaw foi responsabilizada pelo ataque. Na sua qualidade de comandante do Comando Leste, o major (antigo brigadeiro)-general Ni Lin Aung comandou diretamente as unidades no Estado de Kayah, incluindo as responsáveis por aquele massacre.	21.2.2022

▼M27

	Nome	Elementos de identificação	Justificação	Data de inclusão na lista
			Em 21 de julho de 2023, o major-general Ni Lin Aung foi nomeado ministro-adjunto dos Assuntos Internos, tendo-lhe sido atribuída a responsabilidade conjunta de chefe da polícia, e em 3 de agosto de 2024 voltou a assumir as suas anteriores funções militares. Na qualidade de antigo ministro-adjunto e enquanto membro das Forças Armadas de Mianmar (Tatmadaw), integra o regime militar, que tomou o poder durante um golpe militar e derrubou os dirigentes legitimamente eleitos em Mianmar/Birmânia. Por conseguinte, o major-general Ni Lin Aung é responsável por comprometer a democracia e o Estado de direito em Mianmar/Birmânia e por graves violações dos direitos humanos, bem como por ter participado em ações que ameaçam a paz, a segurança e a estabilidade de Mianmar/Birmânia.	

▼M19

65.	Aung Zaw Aye (t.c.p. U Aung Zaw Aye)	Nacionalidade: Mianmar/ /Birmânia; Género: masculino	O tenente-general Aung Zaw Aye é primeiro-ministro do Estado Shan desde fevereiro de 2023. É o antigo comandante do Serviço de Operações Especiais n.º 2 das Forças Armadas de Mianmar (Tatmadaw). Num ataque militar perpetrado em 24 de dezembro de 2021 perto da aldeia de Moso, no município de Phruso, Estado de Karenni (Kayah), pelo menos 35 pessoas morreram, entre as quais civis, crianças e dois trabalhadores humanitários da ONG Save the Children. A Tatmadaw é responsabilizada pelo ataque. Na sua qualidade de comandante do Serviço de Operações Especiais n.º 2, o tenente-general Aung Zaw Aye liderou o Comando do Leste, que comanda diretamente as unidades militares ativas no Estado de Kayah, incluindo as responsáveis por aquele massacre. O tenente-general Aung Zaw Aye é responsável por graves violações dos direitos humanos, bem como por ter participado em ações que ameaçam a paz, a segurança e a estabilidade de Mianmar/Birmânia.	21.2.2022

▼M17

66.	Kan Zaw (t. c. p. Dr. Kan Zaw)	Nacionalidade: Mianmar/ /Birmânia; Data de nascimento: 11.10.1954; Local de nascimento: município de Salin, região de Magwe, Mianmar; Género: masculino	Kan Zaw tem sido ministro do Investimento e das Relações Económicas Externas desde 19 de agosto de 2022. Foi nomeado pelo Conselho de Administração do Estado (CAE), dirigido pelo comandante-chefe Min Aung Hlaing, que assumiu os poderes legislativo, executivo e judicial do Estado em 2 de fevereiro de 2021. Tinha sido anteriormente nomeado pelo CEA como Auditor Geral da União na sequência do golpe de Estado de 1 de fevereiro de 2021.	8.11.2022

▼M17

	Nome	Elementos de identificação	Justificação	Data de inclusão na lista
			Na qualidade de ministro do Governo, integra o regime militar, que tomou o poder durante um golpe militar e derrubou os dirigentes legitimamente eleitos em Mianmar/Birmânia. Enquanto ministro do Investimento e das Relações Económicas Externas, é responsável por facilitar os negócios e os investimentos em Mianmar/Birmânia e a cooperação com os parceiros estrangeiros. Nessa qualidade, Kan Zaw desempenha um papel ativo no apoio aos esforços dos militares para atrair investimento estrangeiro, contribuindo assim para o suprimento das necessidades financeiras do regime militar. Por conseguinte, é responsável por comprometer a democracia e o Estado de direito em Mianmar/Birmânia, bem como por ter participado em ações que ameaçam a paz, a segurança e a estabilidade de Mianmar. Além disso, está associado a várias figuras de alto nível do regime militar, incluindo o comandante-chefe Min Aung Hlaing.	
67.	Htun Htun Oo t.c.p. Tun Tun Oo	Nacionalidade: Mianmar/ /Birmânia; Data de nascimento: 28.7.1956; Género: masculino	Htun Htun Oo é o juiz presidente do Supremo Tribunal de Mianmar/Birmânia, confirmado nessa posição pelo comandante-chefe Min Aung Hlaing em 2 de fevereiro de 2021, na sequência do golpe de Estado de 1 de fevereiro de 2021. Sob a direção de Htun Htun Oo, o Supremo Tribunal tem estado envolvido na ação penal contra dirigentes democraticamente eleitos e figuras da oposição, não cumprindo as suas obrigações enquanto instância jurisdicional mais elevada, responsável pela defesa do Estado de direito e pela garantia da independência do poder judicial. Por conseguinte, na sua qualidade de juiz presidente do Supremo Tribunal, Htun Htun Oo está envolvido em atividades que comprometem a democracia e o Estado de direito em Mianmar/Birmânia. Além disso, desde a sua confirmação como juiz presidente do Supremo Tribunal, Htun Htun Oo tem vindo a ser associado a várias figuras de alto nível do regime militar, incluindo o comandante-chefe Min Aung Hlaing	8.11.2022
68.	Swe Swe Aung(t.c.p. Dr. Swe Swe Aung)	Nacionalidade: Mianmar/ /Birmânia; Data de nascimento: 1960; Género: feminino	Swe Swe Aung é a diretora-geral do departamento de ação penal do Ministério dos Assuntos Jurídicos, nomeada pelo Conselho de Administração do Estado (CAE) em 31 de março de 2022.	8.11.2022

▼**M17**

	Nome	Elementos de identificação	Justificação	Data de inclusão na lista
			Sob a direção de Swe Swe Aung, o departamento de ação penal tem estado envolvido em vários processos judiciais contra dirigentes democraticamente eleitos e figuras da oposição conduzidos em violação dos direitos de defesa e do direito a um julgamento justo, incluindo os processos que conduziram à execução de quatro personalidades pró-democracia. Por conseguinte, na sua qualidade de diretora-geral do departamento de ação penal, Swe Swe Aung está envolvida em atividades que comprometem a democracia e o Estado de direito em Mianmar/Birmânia. Além disso, Swe Swe Aung está associada a várias figuras e dirigentes nomeados pelo Conselho de Administração do Estado e pelos militares, como o comandante-chefe Min Aung Hlaing e a procuradora-geral Thida Oo.	
69.	Zaw Min t.c.p. U Zaw Min	Nacionalidade: Mianmar/ /Birmânia; Data de nascimento: 1970; Género: masculino;	Zaw Min é o diretor-geral do departamento prisional do Ministério dos Assuntos Internos, nomeado pelo Conselho de Administração do Estado (CAE) em 4 de fevereiro de 2021. Nessa qualidade, é responsável pela gestão das prisões em Mianmar/Birmânia. Sob a direção de Zaw Min, o departamento prisional tem estado envolvido em vários casos de má gestão das prisões, e os detidos têm sido vítimas de violência, espancamentos, tortura e outros tratamentos desumanos. Além disso, as autoridades prisionais violaram os direitos de defesa das pessoas detidas. Por conseguinte, na sua qualidade de diretor-geral do departamento prisional, Zaw Min está envolvido em atividades que comprometem a democracia e o Estado de direito em Mianmar/Birmânia. Além disso, Zaw Min está associado a várias figuras e dirigentes nomeados pelo Conselho de Administração do Estado e pelos militares, como o comandante-chefe Min Aung Hlaing e o ministro dos Assuntos Internos, o tenente-general Soe Htut.	8.11.2022
70.	U Zaw Lin Aung	Nacionalidade: Mianmar/ /Birmânia; Género: masculino	U Zaw Lin Aung é um antigo oficial militar e o diretor-adjunto do departamento prisional da região de Rangum desde finais de 2021. Além disso, U Zaw Lin Aung é o responsável pela prisão de Insein.	8.11.2022

▼M17

	Nome	Elementos de identificação	Justificação	Data de inclusão na lista
			Sob a sua direção, os presos políticos detidos na prisão de Insein têm sido vítimas de violência, espancamentos, tortura e outros tratamentos desumanos cometidos pelo pessoal prisional. Por conseguinte, na sua qualidade de diretor-adjunto do departamento prisional da região de Rangum e de responsável pela prisão de Insein, U Zaw Lin Aung está envolvido em atividades que comprometem a democracia e o Estado de direito em Mianmar/Birmânia.	
▼M24				
71.	U Than Swe (t.c.p. Than Swe)	Nacionalidade: Mianmar/ /Birmânia; Data de nascimento: 1957 ou 1965; Sexo: masculino	U Than Swe é ministro dos Negócios Estrangeiros da União desde fevereiro de 2023. Na qualidade de ministro, integra o regime militar, que tomou o poder durante um golpe militar e derrubou os dirigentes legitimamente eleitos em Mianmar/ /Birmânia. Por conseguinte, U Than Swe é responsável por comprometer a democracia e o Estado de direito em Mianmar/Birmânia, bem como por apoiar ações que ameaçam a paz, a segurança e a estabilidade de Mianmar/Birmânia. Foi o antigo presidente da Comissão de Luta contra a Corrupção, nomeado pelo Conselho de Administração do Estado (CAE) desde 19 de agosto de 2022 até fevereiro de 2023. Então sob a direção de U Than Swe, a Comissão de Combate à Corrupção implementou políticas destinadas a legitimar o golpe militar, tendo nomeadamente participado em processos contra dirigentes democraticamente eleitos, como a instauração de acusações de corrupção contra a conselheira de Estado Daw Aung San Suu Kyi. Por conseguinte, na sua qualidade de presidente da Comissão de Luta contra a Corrupção, U Than Swe esteve envolvido em atividades que comprometem a democracia e o Estado de direito em Mianmar/Birmânia.	8.11.2022
▼M17				
72.	Ko Ko Lwin	Nacionalidade: Mianmar/ /Birmânia; Data de nascimento: 1972 ou 1982; Género: masculino	Ko Ko Lwin é membro da Comissão Eleitoral da União (CEU), nomeado pelo Conselho de Administração do Estado (CAE) em 1 de abril de 2022. Ao aceitar esta nomeação na sequência do golpe militar de 1 de fevereiro de 2021 e através das suas ações enquanto membro da CEU, nomeadamente a anulação dos resultados das eleições de novembro de 2020 sem quaisquer provas demonstradas de fraude, bem como a apresentação de acusações por fraude eleitoral pelas mesmas eleições, Ko Ko Lwin esteve diretamente envolvido em ações que comprometem a democracia e o Estado de direito em Mianmar/Birmânia.	8.11.2022

▼**M17**

	Nome	Elementos de identificação	Justificação	Data de inclusão na lista
73.	Min Min Oo	Nacionalidade: Mianmar/ /Birmânia; Data de nascimento: 1962 ou 1967; Género: masculino	Min Min Oo é membro da Comissão Eleitoral da União (CEU), nomeado pelo Conselho de Administração do Estado (CAE) em 2 de maio de 2022. Ao aceitar esta nomeação na sequência do golpe militar de 1 de fevereiro de 2021 e através das suas ações enquanto membro da CEU, nomeadamente a anulação dos resultados das eleições de novembro de 2020 sem quaisquer provas demonstradas de fraude, bem como a apresentação de acusações por fraude eleitoral pelas mesmas eleições, Min Min Oo esteve diretamente envolvido em ações que comprometem a democracia e o Estado de direito em Mianmar/Birmânia.	8.11.2022
74.	Htun Aung	Nacionalidade: Mianmar/ /Birmânia; Data de nascimento: 1967; Género: masculino	O general Htun Aung é o comandante-chefe da Força Aérea de Mianmar, nomeado pelo comandante-chefe das Forças Armadas de Mianmar, o general Min Aung Hlaing, em 12 de janeiro de 2022. Nessa qualidade, Htun Aung comanda e controla as forças aéreas em Mianmar. A Força Aérea de Mianmar perpetrou ataques contra alvos civis em todo o país, matando e ferindo civis, incluindo crianças e pessoas pertencentes a minorias étnicas e religiosas. Escolas, locais de culto e serviços públicos de saúde foram também alvo de ataques. Na qualidade de comandante-chefe da Força Aérea de Mianmar, o general Htun Aung é responsável por graves violações dos direitos humanos e por atividades que comprometem a democracia e o Estado de direito em Mianmar/Birmânia, bem como por ações que ameaçam a paz, a segurança e a estabilidade de Mianmar/Birmânia. Além disso, o general Htun Aung participa na governação da MEHL, um conglomerado detido pelos militares que fornece às forças militares de Mianmar recursos económicos e materiais que viabilizam as suas operações. Por conseguinte, Htun Aung presta apoio a ações que ameaçam a paz, a segurança e a estabilidade de Mianmar/Birmânia.	8.11.2022

▼M17

	Nome	Elementos de identificação	Justificação	Data de inclusão na lista
▼M27				
75.	Phone Myat	Nacionalidade: Mianmar/ /Birmânia; Sexo: masculino	O tenente-general Phone Myat é o comandante do Serviço de Operações Especiais n.º 5 (BSO 5) desde janeiro de 2025 e foi comandante do Serviço de Operações Especiais n.º 3 (BSO 3) das Forças Armadas de Mianmar (Tatmadaw) de abril de 2021 a janeiro de 2025. Anteriormente, exerceu as funções de ministro-adjunto no Ministério dos Assuntos Internos entre julho de 2020 e abril de 2021 e foi comandante do Comando Ocidental entre maio de 2019 e julho de 2020. Na qualidade de comandante do BSO 5, Phone Myat comanda e controla as forças militares na região de Rangum. Enquanto comandante do BSO 3, Phone Myat comandou e controlou as forças militares do Comando Sudoeste (Ayeyarwaddy), do Comando Sul (Bago e Magway) e do Comando Ocidental (Rakhine e Chin). As forças militares sob o seu comando cometeram graves violações dos direitos humanos, crimes e atrocidades, incluindo assassinatos, ataques terrestres e aéreos contra civis e massacres na região de Magway, no Estado de Chin e na região de Bago. Na qualidade de comandante do BSO 5 e antigo comandante da BSO 3, Phone Myat é responsável por graves violações dos direitos humanos e por atividades que comprometem a democracia e o Estado de direito em Mianmar/Birmânia, bem como por ações que ameaçam a paz, a segurança e a estabilidade de Mianmar/Birmânia.	8.11.2022
▼M17				
76.	Aung Soe	Nacionalidade: Mianmar/ /Birmânia; Género: masculino	O tenente-general Aung Soe é o comandante do Serviço de Operações Especiais n.º 4 (SOE 4) das Forças Armadas de Mianmar (Tatmadaw) desde janeiro de 2021. Anteriormente, foi ministro-adjunto dos Assuntos Internos até março de 2018 e, posteriormente, chefe do Serviço de Operações Especiais n.º 6. Na qualidade de comandante do BOS 4, Aung Soe comanda e controla as forças militares do Comando Costeiro da Divisão de Tanintharyi e do Comando Sudeste dos Estados de Mon e de Karen. As forças militares sob o seu comando cometeram graves violações dos direitos humanos, crimes e atrocidades, incluindo assassinatos, ataques terrestres e aéreos contra civis, detenções ilegítimas e recurso a fogo de artilharia. O Estado de Kayin/Karen, uma das regiões sob o comando de Aung Soe, registou 3993 incidentes violentos desde o golpe de Estado até julho de 2022.	8.11.2022

▼M17

	Nome	Elementos de identificação	Justificação	Data de inclusão na lista
			Na qualidade de comandante do Serviço de Operações Especiais n.º 4, Aung Soe é responsável por graves violações dos direitos humanos e por atividades que comprometem a democracia e o Estado de direito em Mianmar/Birmânia, bem como por ações que ameaçam a paz, a segurança e a estabilidade de Mianmar/Birmânia.	

▼M27

77.	Thet Pon	Nacionalidade: Mianmar/ /Birmânia; Sexo: masculino	O tenente-general Thet Pon é o comandante do Serviço de Operações Especiais n.º 6 (BSO 6) desde janeiro de 2025 e foi comandante do Serviço de Operações Especiais n.º 5 (BSO 5) das Forças Armadas de Mianmar (Tatmadaw) de junho de 2020 a janeiro de 2025. Anteriormente, foi comandante do Comando Noroeste até 2017 e do Comando Regional de Rangum entre 2017 e junho de 2020. Na qualidade de comandante do BSO 6, Thet Pon comanda e controla as forças militares na região de Nay Pyi Taw. Enquanto comandante do BSO 5, Thet Pon comandou e controlou as forças militares e os tribunais militares na região de Rangum. Em março de 2021, o Conselho de Administração do Estado instaurou a lei marcial em Mianmar, transferindo os poderes executivo e judicial para os chefes dos respetivos comandos militares regionais. Até julho de 2022, os tribunais militares da região de Rangum condenaram 119 pessoas à morte, muitas delas por razões políticas, incluindo quatro membros da oposição democrática que foram executados na região de Rangum. Além disso, as forças militares da região de Rangum cometeram atos violentos e assassinatos contra manifestantes pacíficos, como o uso de força letal durante os protestos contra a junta que ocorreram em 14 de março de 2021 no município de Hlaing Tharyar, na região de Rangum. Na qualidade de comandante do BSO 6 e antigo comandante da BSO 5, Thet Pon é responsável por graves violações dos direitos humanos e por atividades que comprometem a democracia e o Estado de direito em Mianmar/Birmânia, bem como por ações que ameaçam a paz, a segurança e a estabilidade de Mianmar/Birmânia.	8.11.2022
78.	Htein Win	Nacionalidade: Mianmar/ /Birmânia; Sexo: masculino	O almirante Htein Win é comandante-chefe da Marinha, bem como antigo chefe da formação das Forças Armadas e antigo comandante do Comando Sul das Forças Armadas de Mianmar (Tatmadaw).	8.11.2022

▼M27

	Nome	Elementos de identificação	Justificação	Data de inclusão na lista
			Enquanto comandante regional, comandou e controlou as forças militares nas regiões de Bago e Magway. Nessas regiões, as forças militares foram responsáveis por ataques aéreos, rusgas, incêndios provocados, numerosos assassinatos e utilização de escudos humanos. A região de Magway é um ponto crítico das operações brutais contra a oposição conduzidas pelos militares, que nessa região empregam uma estratégia de «matar toda a gente, queimar tudo e saquear tudo». Na qualidade de comandante-chefe da Marinha, antigo chefe da formação das Forças Armadas e antigo comandante do Comando Sul, Htein Win é responsável por graves violações dos direitos humanos e por atividades que comprometem a democracia e o Estado de direito em Mianmar/ /Birmânia, bem como por ações que ameaçam a paz, a segurança e a estabilidade de Mianmar/Birmânia.	

▼M17

79.	Htin Latt Oo	Nacionalidade: Mianmar/ /Birmânia; Género: masculino	O major-general Htin Latt Oo é o comandante do Comando Ocidental das Forças Armadas de Mianmar (Tatmadaw) desde julho de 2020. Enquanto comandante regional, comanda e controla as forças militares nas regiões ocidentais de Rakhine e Chin. Nessas regiões, as forças militares cometeram graves crimes e violações dos direitos humanos, incluindo ataques aéreos, violações, utilização de escudos humanos, incêndios em habitações, massacres e detenções ilegais. Na qualidade de comandante do Comando Ocidental, Htin Latt Oo é responsável por graves violações dos direitos humanos e por atividades que comprometem a democracia e o Estado de direito em Mianmar/ /Birmânia, bem como por ações que ameaçam a paz, a segurança e a estabilidade de Mianmar/Birmânia.	8.11.2022
80.	Than Htike	Nacionalidade: Mianmar/ /Birmânia; Género: masculino Identificação militar: Kyi-28146	O brigadeiro-general Than Htike é o comandante do Comando Noroeste das Forças Armadas de Mianmar (Tatmadaw) desde 6 de janeiro de 2022. Enquanto comandante regional, comanda e controla as forças militares na região de Sagaing. As forças militares sob o seu comando perpetraram graves violações dos direitos humanos, utilizaram excessivamente a força e cometeram atos brutais contra a população civil, incluindo o ataque militar contra uma escola no município de Depeyin, na região de Sagaing, que matou pelo menos 13 pessoas, incluindo 11 crianças. Na região de Sagaing, as forças militares incendiaram mais de 20 000 casas desde o golpe militar.	8.11.2022

▼M17

	Nome	Elementos de identificação	Justificação	Data de inclusão na lista
			Na qualidade de comandante regional do Comando Noroeste, Than Htike é responsável por graves violações dos direitos humanos e por atividades que comprometem a democracia e o Estado de direito em Mianmar/Birmânia, bem como por ações que ameaçam a paz, a segurança e a estabilidade de Mianmar/Birmânia.	

▼M27

81.	Nyunt Win Swe	Nacionalidade: Mianmar/ /Birmânia; Sexo: masculino	O tenente-general Nyunt Win Swe é o comandante do Serviço de Operações Especiais n.º 4 (BSO 4) desde 2023. Nessa qualidade, comanda e controla as forças militares na região de Rangum. Foi comandante das Forças Armadas de Mianmar (Tatmadaw) na região de Rangum entre junho de 2020 e o início de 2023. Nessa qualidade, Nyunt Win Swe comandou e controlou as forças militares na região de Rangum e supervisionou os tribunais militares dessa região. Em março de 2021, o Conselho de Administração do Estado instaurou a lei marcial em Mianmar, transferindo os poderes executivo e judicial para os chefes dos respetivos comandos militares regionais. Até julho de 2022, os tribunais militares da região de Rangum condenaram 119 pessoas à morte, muitas delas por razões políticas, incluindo quatro membros da oposição democrática que foram executados na região de Rangum. Além disso, as forças militares da região de Rangum cometeram atos violentos e assassinatos contra manifestantes pacíficos, como o uso de força letal durante os protestos contra a junta que ocorreram em 14 de março de 2021 no município de Hlaing Tharyar, na região de Rangum. No exercício das suas funções, Nyunt Win Swe é responsável por graves violações dos direitos humanos e por atividades que comprometem a democracia e o Estado de direito em Mianmar/Birmânia, bem como por ações que ameaçam a paz, a segurança e a estabilidade de Mianmar/Birmânia.	8.11.2022

▼M17

82.	U Tay Za	Nacionalidade: Mianmar/ /Birmânia; Data de nascimento: 18.7.1964; Local de nascimento: Rangum**,** Mianmar; Género: masculino	U Tay Za é o fundador e presidente do Htoo Group of Companies, um conglomerado privado que opera em vários setores, incluindo o comércio, a banca, a mineração, o turismo e a aviação. U Tay Za está estreitamente ligado aos dirigentes máximos das Forças Armadas de Mianmar (Tatmadaw).	8.11.2022

▼M17

	Nome	Elementos de identificação	Justificação	Data de inclusão na lista
			Através do Htoo Group of Companies, U Tay Za prestou apoio financeiro às Tatmadaw em 2017, num evento de angariação de fundos relacionado com as «operações de limpeza» em Rakhine. Além disso, U Tay Za atuou como intermediário no fornecimento de equipamento militar que foi utilizado contra a população civil e manifestantes em todo o país. Ao contribuir para as capacidades das forças militares para cometer graves violações dos direitos humanos e reprimir a população civil, bem como para levar a cabo atividades que comprometem a democracia e o Estado de direito em Mianmar/Birmânia, U Tay Za apoiou as Tatmadaw e participou em ações que ameaçam a paz, a segurança e a estabilidade de Mianmar/Birmânia.	
83.	Aung Moe Myint	Nacionalidade: Mianmar/ /Birmânia; Data de nascimento: 9.6.1971 ou 28.9.1969 Género: masculino Número de passaporte: 12/ /YAKANA(N)006981	Aung Moe Myint é o diretor da Dynasty International Company Ltd (DICL), que opera no setor comercial. É cônsul honorário da República da Bielorrússia em Mianmar. Graças à sua posição comercial e pessoal, incluindo os seus estreitos laços políticos e comerciais com a Bielorrússia, Aung Moe Myint facilitou a aquisição de armas, armamento e bens restritos e de dupla utilização para as forças militares de Mianmar, que foram utilizados contra a população civil e manifestantes em todo o país. Ao contribuir para as capacidades das forças militares para cometer graves violações dos direitos humanos e reprimir a população civil, bem como para levar a cabo atividades que comprometem a democracia e o Estado de direito em Mianmar/Birmânia, Aung Moe Myint apoiou as Tatmadaw e participou em ações que ameaçam a paz, a segurança e a estabilidade de Mianmar/ /Birmânia.	8.11.2022

▼M21

84.	Naing Htut Aung	Nacionalidade: Mianmar/ /Birmânia; Data de nascimento: 27.1.1968; Sexo: masculino Número de passaporte: 12/ /MAKAYA 118765	Naing Htut Aung é diretor e único acionista do International Gateway Group of Company Limited (IGGC), que opera no setor comercial. Tem fortes laços com os dirigentes militares em Mianmar.	8.11.2022

▼M21

	Nome	Elementos de identificação	Justificação	Data de inclusão na lista
			Através do IGGC, Naing Htut Aung prestou apoio financeiro às Forças Armadas de Mianmar (Tatmadaw) em 2017, num evento de angariação de fundos relacionado com as «operações de limpeza» de Rakhine, e fez um donativo às Tatmadaw em 2023 por ocasião do Dia das Forças Armadas. Além disso, Naing Htut Aung foi identificado como importador e intermediário de armas, equipamento militar e bens de dupla utilização para as Tatmadaw, que foram utilizados contra a população civil e manifestantes em todo o país. Ao contribuir para as capacidades das forças militares para cometer graves violações dos direitos humanos e reprimir a população civil, bem como para levar a cabo atividades que comprometem a democracia e o Estado de direito em Mianmar/Birmânia, Naing Htut Aung apoiou as Tatmadaw e participou em ações que ameaçam a paz, a segurança e a estabilidade de Mianmar/ /Birmânia.	

▼M18

85.	Aung Hlaing Oo	Nacionalidade: Mianmar/ /Birmânia; Data de nascimento: 11.6.1977; Local de nascimento: Mianmar/Birmânia; Sexo: masculino; N.º de passaporte: 12/LaMaTa(Nine)025897	Aung Hlaing Oo é presidente da Myanmar Chemical and Machinery (MCM) Company Limited e de outras filiais desde que fundou a empresa em 2001. Como importador e negociante de armas e bens de dupla utilização, utilizou a sua posição comercial e pessoal para apoiar a violência perpetrada pelas Forças Armadas de Mianmar (Tatmadaw) contra a sua própria população. Enquanto presidente da MCM, constitui uma importante fonte de armas e apoio comercial à junta, nomeadamente através dos seus estreitos laços políticos/comerciais com várias empresas do setor do equipamento militar, inclusive em 2019 e 2020. Participou igualmente em delegações para a aquisição de armas destinadas às forças armadas de Mianmar, nomeadamente em junho de 2021. Esses materiais, em que se incluem helicópteros e peças sobresselentes para aeronaves, são utilizados para o bombardeamento de civis em vários Estados e regiões. Por conseguinte, Aung Hlaing Oo esteve implicado no fornecimento de bens e/ou tecnologias sujeitos a restrições e de bens de dupla utilização, o que acarretou graves violações dos direitos humanos. Na qualidade de presidente da MCM, Aung Hlaing Oo prestou apoio às Tatmadaw na prática de graves violações dos direitos humanos em Mianmar/Birmânia, nomeadamente no estado do Arracão. Por conseguinte, é uma pessoa singular cujas ações, políticas ou atividades comprometem a democracia	20.2.2023

▼**M18**

	Nome	Elementos de identificação	Justificação	Data de inclusão na lista
			ou o Estado de direito em Mianmar/Birmânia, ou que realiza ou apoia ações que ameaçam a paz, a segurança ou a estabilidade de Mianmar/Birmânia. Além disso, Aung Hlaing Oo está associado às foças armadas em virtude dos extensos laços que mantém com o antigo e o atual regime da junta.	
86.	Sit Taing Aung (t.c.p Sitt Taing Aung)	Nacionalidade: Mianmar/ /Birmânia; Data de nascimento: 13.11.1971; Local de nascimento: Mianmar/Birmânia; Sexo: masculino; N.º de passaporte: 12/YaKaNa(n)006213	Sit Taing Aung foi diretor da Yatanarpon Aviation Support Company e do Suntac Group of Companies desde a constituição destas empresas até à sua dissolução, em novembro de 2021. Sit Taing Aung prosseguiu as suas atividades após o golpe de Estado de 2021. Utilizou a sua posição comercial e pessoal, bem como a sua qualidade de importador e negociante de armas e bens de dupla utilização, para apoiar os atos de violência perpetrados pelas Forças Armadas de Mianmar (Tatmadaw) contra civis, incluindo o bombardeamento de escolas. Enquanto diretor da Yatanarpon Aviation Support Company, agora dissolvida, constituiu uma importante fonte de armas e de apoio comercial à junta, nomeadamente em virtude dos seus estreitos laços políticos/comerciais com várias empresas do setor do equipamento militar. Por conseguinte, Sit Taing Aung esteve implicado no fornecimento de bens e/ou tecnologias sujeitos a restrições e de bens de dupla utilização às Forças Armadas de Mianmar e representa um risco de continuar a fazê-lo no futuro. Na qualidade de diretor da empresa Yatanarpon Aviation Support Company, Sit Taing Aung prestou apoio às Tatmadaw na prática de graves violações dos direitos humanos em Mianmar/Birmânia, apoiando assim ações que ameaçam a paz, a segurança ou a estabilidade de Mianmar/Birmânia. Além disso, Sit Taing Aung está associado às forças armadas em virtude dos extensos laços que mantém com o antigo e o atual regime da junta.	20.2.2023
87.	Kyaw Min Oo	Nacionalidade: Mianmar/ /Birmânia; Data de nascimento: 18.1.1982; Sexo: masculino; N.º de passaporte: 14/MaMaKa(N)140703	Kyaw Min Oo é diretor da Sky Aviator desde 2014, data em que fundou a empresa. Prosseguiu as suas atividades após o golpe de Estado de 2021. Como importador e negociante de armas e bens de dupla utilização, utilizou a sua posição comercial e pessoal para apoiar os atos de violência perpetrados pelas Forças Armadas de Mianmar (Tatmadaw). Através do seu controlo da Sky Aviator, constitui uma importante fonte de armas e de apoio	20.2.2023

▼M18

	Nome	Elementos de identificação	Justificação	Data de inclusão na lista
			comercial à junta, nomeadamente em virtude dos seus estreitos laços políticos/comerciais com várias empresas do setor do equipamento militar, fornecendo peças sobresselentes que permitem a utilização de aeronaves militares em operações que visam zonas de residência da população civil. Por conseguinte, Kyaw Min Oo esteve implicado no fornecimento de bens e/ou tecnologias sujeitos a restrições e de bens de dupla utilização, o que acarretou violações dos direitos humanos. Na qualidade de diretor da empresa Sky Aviator, Kyaw Min Oo prestou apoio às Tatmadaw na prática de graves violações dos direitos humanos em Mianmar/Birmânia, apoiando assim ações que ameaçam a paz, a segurança ou a estabilidade de Mianmar/Birmânia. Além disso, Kyaw Min Oo está associado às forças armadas em virtude dos extensos laços que mantém com o antigo e o atual regime da junta, nomeadamente com o comandante-chefe das Forças Armadas de Mianmar, incluído na lista da UE, general Min Aung Hlaing.	

▼M28

88.	Moe Aung	Nacionalidade: Mianmar/ /Birmânia; Local de nascimento: Mianmar/Birmânia; Sexo: masculino; Patente: almirante	O almirante Moe Aung foi comandante-chefe da Marinha de Mianmar. É um dos mais altos oficiais das Forças Armadas de Mianmar (Tatmadaw), estreitamente associado ao Conselho de Administração do Estado/Comissão de Segurança e Paz do Estado do regime, nomeadamente ao comandante-chefe Min Aung Hlaing e ao comandante-chefe-adjunto Soe Win, bem como ao Governo. Desde 8 de janeiro de 2024, é ministro do Ministério 4 no gabinete do presidente do CAE e conselheiro de segurança nacional. Moe Aung participa igualmente na governação da Myanmar Economic Holdings Public Company Ltd (MEHL) e da Myanmar Economic Corporation Limited (MEC), dois conglomerados detidos pelos militares que fornecem aos militares recursos económicos e materiais que facilitam as suas ações. Sob a sua autoridade e em cooperação com o Ministério dos Transportes e das Comunicações, os soldados e as armas foram transportados em embarcações/ /navios por vias navegáveis para a região norte do país. Na qualidade de ministro, integra o regime militar, que tomou o poder durante um golpe militar e derrubou os dirigentes legitimamente eleitos em Mianmar/Birmânia.	20.2.2023

▼M28

	Nome	Elementos de identificação	Justificação	Data de inclusão na lista
			Por conseguinte, Moe Aung é uma pessoa singular cujas ações, políticas ou atividades comprometem a democracia ou o Estado de direito em Mianmar/Birmânia, ou que realiza ou apoia ações que ameaçam a paz, a segurança ou a estabilidade de Mianmar/Birmânia. É também responsável por numerosas violações dos direitos humanos.	

▼M27

89.	Maung Maung Aye	Nacionalidade: Mianmar/ /Birmânia; Local de nascimento: Mianmar/Birmânia; Sexo: masculino; Patente: general	O general Maung Maung Aye foi o chefe do Estado-Maior do Exército, da Marinha e da Força Aérea de Mianmar até dezembro de 2024. Em dezembro de 2024, foi nomeado ministro da Defesa. No exercício das suas funções, Maung Maung Aye faz parte do regime que, em fevereiro de 2021, tomou o poder e derrubou os dirigentes legitimamente eleitos em Mianmar/Birmânia. Participa ativamente na aquisição de armas à Rússia. Além disso, contribui para reforçar o posicionamento internacional das Forças Armadas de Mianmar por efeito das reuniões que teve com os seus homólogos de outros países. Por conseguinte, é uma pessoa singular cujas ações, políticas ou atividades comprometem a democracia ou o Estado de direito em Mianmar/Birmânia, e que realiza ou apoia ações que ameaçam a paz, a segurança ou a estabilidade de Mianmar/Birmânia. É também responsável por numerosas violações dos direitos humanos.	20.2.2023

▼M28

90.	Myo Myint Aung	Nacionalidade: Mianmar/ /Birmânia; Local de nascimento: Mianmar/Birmânia; Sexo: masculino; Patente: tenente-coronel	O tenente-coronel Myo Myint Aung é ministro da Economia da região de Rangum desde 2 de setembro de 2022. Enquanto ministro da região de Rangum, está diretamente envolvido e é responsável pela tomada de decisões respeitantes a essa região. Além disso, exerceu anteriormente as funções de comandante de Recrutamento Militar e de juiz militar de Rangum desde a criação dos tribunais militares até setembro de 2022. Nessa qualidade, esteve alegadamente envolvido no processo de condenação à morte e execução de quatro ativistas pela democracia em julho de 2022. Durante o seu mandato de juiz militar, foram condenados à morte e a penas de prisão numerosos elementos da oposição.	20.2.2023

▼M28

	Nome	Elementos de identificação	Justificação	Data de inclusão na lista
			Nessa qualidade, é, por conseguinte, responsável por graves violações dos direitos humanos desde o golpe de Estado de 2021.	

▼M24

91.	Zin Min Htet	Nacionalidade: Mianmar/ /Birmânia; Local de nascimento: Mianmar/Birmânia; Sexo: masculino; Patente: major-general	O major-general Zin Min Htet foi ministro-adjunto dos Assuntos Internos e chefe da Força de Polícia de Mianmar. Esteve diretamente envolvido e foi responsável pela tomada de decisões relativas à região de Rangum. Zin Min Htet substituiu Than Hlaing, seu antecessor, em 2 de maio de 2022, no cargo de chefe da Força de Polícia de Mianmar. Anteriormente, era ajudante-general da junta das forças armadas (2019--2022). Foi também diretor da Universidade de Informática e Tecnológica dos Serviços de Defesa. Desde 21 de julho de 2023, é vice-ministro do Desporto e da Juventude. Na qualidade de antigo vice-ministro dos Assuntos Internos e antigo chefe da Força de Polícia de Mianmar e de vice-ministro do Desporto e da Juventude desde 2023, faz parte do regime militar que tomou o poder num golpe militar e derrubou os dirigentes legitimamente eleitos de Mianmar/ /Birmânia e, por conseguinte, é uma pessoa singular cujas ações, políticas ou atividades comprometem a democracia ou o Estado de direito em Mianmar/Birmânia, ou que realiza ou apoia ações que ameaçam a paz, a segurança ou a estabilidade de Mianmar/Birmânia. Além disso, as forças policiais sob a sua autoridade cometeram graves violações dos direitos humanos, limitaram a liberdade de reunião e de expressão, prenderam e detiveram arbitrariamente dirigentes da oposição e opositores ao golpe de Estado. Por conseguinte, Zin Min Htet é responsável por violações graves dos direitos humanos.	20.2.2023

▼M18

92.	Ko Ko Maung	Nacionalidade: Mianmar/ /Birmânia; Local de nascimento: Mianmar/Birmânia; Sexo: masculino; Patente: major-general	O major-general Ko Ko Maung é comandante militar regional no estado de Cachim, região norte do país. Anteriormente, exerceu as funções de comandante militar regional no Sul, tendo sido transferido para o Comando Setentrional em agosto de 2022.	20.2.2023

▼M18

	Nome	Elementos de identificação	Justificação	Data de inclusão na lista
			Enquanto comandante militar regional, Ko Ko Maung supervisiona os ataques aéreos, os massacres, as rusgas, o fogo posto e o recurso a escudos humanos, atos cometidos pelos militares em Cachim. Por conseguinte, o major-general Ko Ko Maung é responsável por graves violações dos direitos humanos em Mianmar/Birmânia.	
▼M28 93.	Myo Myint Oo	Nacionalidade: Mianmar/ /Birmânia; Local de nascimento: Mianmar/Birmânia; Sexo: masculino	Myo Myint Oo foi ministro da Energia da União entre 5 de agosto de 2022 e agosto de 2023. Enquanto antigo membro do Governo, integra o regime militar. Sob a sua autoridade, a empresa Myanmar Oil and Gas Enterprise (MOGE), uma entidade incluída na lista da UE, gerou receitas para o Conselho de Administração do Estado (CAE) e para a Myanmar Petroleum Enterprise, que se dedica à importação e distribuição de combustível para aviação, nomeadamente caças e outras aeronaves militares. Enquanto ministro da Energia, foi responsável pela viabilização do investimento e da cooperação com parceiros estrangeiros nos setores do petróleo e do gás, o que gera receitas para o CAE, contribuindo assim para cobrir as necessidades financeiras do regime militar e importar combustível para aviões militares, o que torna possíveis os ataques aéreos militares contra civis. Na qualidade de antigo ministro da Energia da União, Myo Myint Oo é, por conseguinte, uma pessoa singular cujas ações, políticas ou atividades comprometem a democracia ou o Estado de direito em Mianmar/Birmânia, ou que realiza ou apoia ações que ameaçam a paz, a segurança ou a estabilidade de Mianmar/Birmânia.	20.2.2023
94.	Aung Kyaw Min	Nacionalidade: Mianmar/ /Birmânia; Data de nascimento: por volta de 1958; Local de nascimento: Mianmar/Birmânia; Sexo: masculino; Função: membro do Conselho de Administração do Estado	Aung Kyaw Min foi membro do Conselho de Administração do Estado (CAE) entre 1 de fevereiro de 2023 e 2 de agosto de 2023. É também antigo ministro-chefe do Estado de Rakhine. O CAE foi liderado pelo comandante-chefe Min Aung Hlaing, que assumiu os poderes legislativo, executivo e judicial do Estado em 1 de fevereiro de 2021, impedindo o governo democraticamente eleito de cumprir o seu mandato.	20.7.2023

▼M28

	Nome	Elementos de identificação	Justificação	Data de inclusão na lista
			Na qualidade de antigo membro do CAE, Aung Kyaw Min está diretamente envolvido na tomada de decisões, e é por elas responsável, no que respeita às funções do Estado e, por conseguinte, é responsável por comprometer a democracia e o Estado de direito em Mianmar/Birmânia. Além disso, o CAE adotou decisões que limitam o direito à liberdade de expressão, incluindo o acesso à informação, e o direito à liberdade de reunião pacífica. As forças militares e as autoridades que operam sob o controlo do CAE cometeram graves violações dos direitos humanos desde 1 de fevereiro de 2021; mataram civis e manifestantes desarmados e limitaram as liberdades de reunião e de expressão. Na qualidade de antigo membro do CAE, Aung Kyaw Min é diretamente responsável por essas decisões repressivas e por graves violações dos direitos humanos.	

▼M27

95.	Kyaw Swar Lin (t.c.p. Kyaw Swar Linn)	Nacionalidade: Mianmar/ /Birmânia; Local de nascimento: Mianmar/Birmânia; Sexo: masculino; Função: chefe do Estado-Maior-General; antigo chefe do Estado-Maior do Exército e antigo quartel-mestre-general das Forças Armadas de Mianmar	O tenente-general Kyaw Swar Lin foi quartel-mestre-general de maio de 2020 a dezembro de 2024, altura em que foi promovido a chefe do Estado-Maior do Exército, da Marinha e da Força Aérea de Mianmar, um posto de alta patente nas forças militares de Mianmar/Birmânia. De outubro de 2023 a dezembro de 2024, foi também chefe do Estado-Maior do Exército. Além disso, Kyaw Swar Lin gere a Myanmar Economic Corporation Limited (MEC), que é um dos dois maiores conglomerados e sociedades gestoras de participações operados pelas forças militares, gerando receitas para as Forças Armadas de Mianmar (Tatmadaw). Na qualidade de chefe do Estado-Maior-General, de antigo chefe do Estado-Maior do Exército e de antigo quartel-mestre-general, integra o regime militar que tomou o poder durante um golpe militar e derrubou os dirigentes legitimamente eleitos em Mianmar/Birmânia. Por conseguinte, Kyaw Swar Lin é uma pessoa singular cujas políticas ou atividades comprometem a democracia ou o Estado de direito em Mianmar/Birmânia, e que apoia ações que ameaçam a paz, a segurança ou a estabilidade de Mianmar/Birmânia.	20.7.2023

▼M20

	Nome	Elementos de identificação	Justificação	Data de inclusão na lista
▼M28				
96.	Myint Kyaing (t.c.p. U Myint Kyaing)	Nacionalidade: Mianmar/ /Birmânia; Data de nascimento: 17.4.1957; Local de nascimento: Mianmar/Birmânia; Sexo: masculino; Função: ministro da Imigração e População da União	Myint Kyaing é ministro da Imigração e da População da União desde 19 de agosto de 2021. Antes disso, foi ministro do Trabalho da União na sequência do golpe de Estado de 1 de fevereiro de 2021. Foi, até à sua dissolução em 31 de julho de 2025, membro do Conselho de Administração do Estado (CAE), liderado pelo comandante-chefe Min Aung Hlaing, que assumiu os poderes legislativo, executivo e judicial do Estado na sequência de um golpe militar em 1 de fevereiro de 2021. Na qualidade de ministro do Governo, integra o regime militar, que tomou o poder durante um golpe militar e derrubou os dirigentes legitimamente eleitos em Mianmar/Birmânia. Na qualidade de ministro da União, desempenha funções de apoio à política repressiva de imigração e de população imposta pelo regime militar, tais como as restrições às deslocações dos cidadãos no interior do país, bem como a política do regime em relação à minoria roinja em violação dos direitos humanos. Na qualidade de ministro da Imigração e da População, participa também nos preparativos para as eleições anunciadas pelas forças militares, a fim de legitimar o golpe ilegal de fevereiro de 2021. Por conseguinte, Myint Kyaing é responsável por comprometer a democracia e o Estado de direito em Mianmar/Birmânia, bem como por apoiar ações que ameaçam a paz, a segurança e a estabilidade de Mianmar/ /Birmânia.	20.7.2023
97.	Porel Aung Thein	Nacionalidade: Mianmar/ /Birmânia; Data de nascimento: Década de 1960-década de 1970 (tem cerca de 60 anos); Local de nascimento: Mianmar/Birmânia; Sexo: masculino; Função: membro do Conselho de Administração do Estado	Porel Aung Thein é membro do Conselho Nacional para a Defesa e Segurança (CNDS) e do seu órgão consultivo central, bem como um antigo membro do Conselho de Administração do Estado (CAE). É também membro do Partido da União, Solidariedade e Desenvolvimento (USDP) que representa as forças militares. O CAE foi liderado pelo comandante-chefe Min Aung Hlaing, que assumiu os poderes legislativo, executivo e judicial do Estado em 2 de fevereiro de 2021, impedindo o governo democraticamente eleito de cumprir o seu mandato.	20.7.2023

▼**M28**

	Nome	Elementos de identificação	Justificação	Data de inclusão na lista
			Na qualidade de membro do CNDS e do seu órgão consultivo central, assim como na qualidade de antigo membro do CAE, Porel Aung Thein está diretamente envolvido na tomada de decisões, e é por elas responsável, no que respeita às funções do Estado e, por conseguinte, é responsável por comprometer a democracia e o Estado de direito em Mianmar/Birmânia. Além disso, o CAE adotou decisões que limitam o direito à liberdade de expressão, incluindo o acesso à informação, e o direito à liberdade de reunião pacífica. As forças militares e as autoridades que operam sob o controlo do CAE cometeram graves violações dos direitos humanos desde 2 de fevereiro de 2021; mataram civis e manifestantes desarmados e limitaram as liberdades de reunião e de expressão. Na qualidade de membro do CNDS e do seu órgão consultivo central, assim como na qualidade de antigo membro do CAE, Porel Aung Thein é diretamente responsável por essas decisões repressivas e por graves violações dos direitos humanos.	
98.	Pwint San	Nacionalidade: Mianmar/ /Birmânia; Data de nascimento: 13.7.1961 Local de nascimento: Mianmar/Birmânia; Sexo: masculino; Função: ministro do Trabalho da União	Pwint San foi ministro do Trabalho da União entre 19 de agosto de 2022 e 2 de agosto de 2023. Foi nomeado pelo Conselho de Administração do Estado (CAE), liderado pelo comandante-chefe Min Aung Hlaing, que assumiu os poderes legislativo, executivo e judicial do Estado em 2 de fevereiro de 2021. Foi anteriormente ministro do Comércio da União no período compreendido entre 3 de fevereiro de 2021 e 19 de agosto de 2022. Na qualidade de antigo ministro do Governo, integrou o regime militar, que tomou o poder durante um golpe militar e derrubou os dirigentes legitimamente eleitos em Mianmar/Birmânia. Sob a sua autoridade, os direitos dos trabalhadores, em especial os direitos dos trabalhadores filiados no movimento da oposição, têm sido sistematicamente violados. Na qualidade de ministro do Comércio, Pwint San facilitou a importação das mercadorias necessárias para manter o poder do regime (por exemplo, a importação de fuelóleo). Além disso, através das suas atividades nacionais e dos seus contactos internacionais, contribui para uma maior estabilização do poder ilegítimo do regime militar. Ao mesmo tempo, o Ministério anteriormente sob a sua autoridade agrava as perturbações do aprovisionamento no interior do país, impondo controlos à importação e restringindo a transferência de remessas.	20.7.2023

▼M28

	Nome	Elementos de identificação	Justificação	Data de inclusão na lista
			Na qualidade de antigo ministro do Trabalho da União e antigo ministro do Comércio da União, Pwint San é, por conseguinte, uma pessoa singular cujas ações, políticas e atividades comprometem a democracia e o Estado de direito em Mianmar/Birmânia e que participa igualmente em ações que ameaçam a paz, a segurança e a estabilidade de Mianmar/Birmânia.	

▼M20

99.	Thet Khaing Win	Nacionalidade: Mianmar/ /Birmânia; Data de nascimento: 13.7.1961 Local de nascimento: Mianmar/Birmânia; Sexo: masculino; Função: ministro da Saúde da União	Thet Khaing Win é ministro da Saúde e do Desporto desde 1 de fevereiro de 2021. Foi nomeado pelo Conselho de Administração do Estado (CAE), liderado pelo comandante-chefe Min Aung Hlaing, que assumiu os poderes legislativo, executivo e judicial do Estado em 2 de fevereiro de 2021. A sua posição de ministro da Saúde da União foi confirmada em 1 de fevereiro de 2023. Antes do golpe de Estado, era secretário permanente do Ministério da Saúde e do Desporto. Na qualidade de ministro do Governo, integra o regime militar, que tomou o poder durante um golpe militar e derrubou os dirigentes legitimamente eleitos em Mianmar/ /Birmânia. Sob a sua autoridade, centenas de médicos foram despedidos por razões políticas e as suas licenças foram revogadas. Além disso, recusou os pedidos da ONU-OCHA de alargar o acesso à ajuda no contexto da pandemia. Sob a sua autoridade, os hospitais privados foram instados a não contratar médicos que se recusassem a trabalhar em hospitais públicos ao abrigo do regime militar. Thet Khaing Win é, por conseguinte, uma pessoa singular cujas ações, políticas e atividades que comprometem a democracia e o Estado de direito em Mianmar/Birmânia e que participa igualmente em ações que ameaçam a paz, a segurança e a estabilidade de Mianmar/Birmânia.	20.7.2023

▼M5

	Nome	Elementos de identificação	Justificação	Data de inclusão na lista
▼M28				
100.	Nyo Saw	Nacionalidade: Mianmar/ /Birmânia; Local de nascimento: Mianmar/Birmânia; Sexo: masculino; Função: primeiro-ministro, membro do Conselho de Administração do Estado (CAE) e conselheiro de Min Aung Hlaing (presidente do CAE); Patente: tenente-general; Cargo político: ministro da União.	O tenente-general Nyo Saw é primeiro-ministro desde 31 de julho de 2025. A partir de setembro de 2023, foi membro do Conselho de Administração do Estado após ter sido nomeado conselheiro principal do presidente do Conselho de Administração do Estado (CAE), o general Min Aung Hlaing (designado desde 22.3.2021), na qualidade de ministro da União, até o CAE ter sido substituído pela Comissão de Segurança e Paz do Estado (SSPC) em 31 de julho de 2025. Nyo Saw é membro desta Comissão desde 31 de julho de 2025. É também chefe de uma comissão encarregada de importar combustível da Rússia, o principal fornecedor de armas do regime. Nyo Saw reformou-se do exército em 2020 como quartel-mestre-general. É também membro do Comité de Supervisão das Divisas (FESC) e presidente do conglomerado militar Myanmar Economic Corporation (MEC), que geram receitas para o regime. É igualmente membro do grupo de patronos da Myanmar Economic Holdings Ltd (MEHL). Enquanto membro do CAE e conselheiro do presidente do CAE, Nyo Saw desempenha um papel fundamental na manutenção e na orquestração da ditadura militar em Mianmar, que tomou o poder através de um golpe militar em 2021 que derrubou o governo democraticamente eleito. Através do seu papel na direção de empresas militares e na gestão das importações de combustível proveniente da Rússia, incluindo para uso militar, proporciona apoio económico e rendimentos ao regime militar. Nyo Saw está associado a antigos e atuais membros do regime da junta. Nyo Saw é, por conseguinte, uma pessoa singular cujas políticas e atividades que comprometem a democracia e o Estado de direito em Mianmar/Birmânia e que participa igualmente em ações que ameaçam a paz, a segurança e a estabilidade de Mianmar/Birmânia. Além disso, Nyo Saw está associado a pessoas designadas ao abrigo da Decisão 2013/184/PESC do Conselho e do Regulamento (UE) n.º 401/2013 do Conselho, nomeadamente o general Min Aung Hlaing.	11.12.2023

▼M23

	Nome	Elementos de identificação	Justificação	Data de inclusão na lista
101.	Hla Moe	Nacionalidade: Mianmar/ /Birmânia; Local de nascimento: Mianmar/Birmânia; Sexo: masculino; Função: comandante do Comando Leste das Forças Armadas de Mianmar (Tatmadaw); Patente: major-general	O major-general Hla Moe é o comandante do Comando Leste. Sob o seu comando, os ataques aéreos, em especial no Estado de Kayah, aumentaram drasticamente, duplicando o total combinado de 2021 e 2022. Estes ataques aéreos cada vez mais visam civis, provocando um aumento do número de vítimas civis e de deslocados internos (de um total de 200 000 em 2022 para 250 000 pessoas, até à data, em 2023). Sob o comando de Hla Moe, as unidades militares do Comando Leste continuam a cometer graves violações do direito internacional humanitário e violações dos direitos humanos, incluindo a utilização de civis como escudos humanos, execuções extrajudiciais e fogo posto no sul do Estado de Shan e no Estado de Kayah. Além de cometerem estes atos de violência, as unidades militares entravam ativamente o fluxo de alimentos, medicamentos e bens e serviços essenciais para a população local e as pessoas deslocadas internamente. Na qualidade de comandante do Comando Leste, Hla Moe é membro das Forças Armadas de Mianmar (Tatmadaw), responsáveis por graves violações dos direitos humanos em Mianmar/Birmânia, bem como por obstruir a prestação de assistência humanitária aos civis necessitados. Além disso, as ações e atividades de Hla Moe comprometem a democracia e o Estado de direito em Mianmar/Birmânia, sendo que participa igualmente em ações que ameaçam a paz, a segurança e a estabilidade de Mianmar/Birmânia.	11.12.2023

▼M28

102.	Hmu Htan	Nacionalidade: Mianmar/ /Birmânia; Data de nascimento: entre 1960 e 1975; Local de nascimento: Mianmar/Birmânia; Sexo: masculino; Função: membro do Conselho de Administração do Estado (CAE).	Hmu Htan é membro do Conselho Nacional para a Defesa e Segurança (CNDS) e do seu órgão consultivo central, bem como um antigo membro do Conselho de Administração do Estado (CAE). É também membro do Partido da União, Solidariedade e Desenvolvimento (USDP) que representa as forças militares. Em 1 de fevereiro de 2021, as Forças Armadas de Mianmar (Tatmadaw), lideradas pelo comandante-chefe Min Aung Hlaing, realizaram um golpe de Estado em Mianmar, rejeitando os resultados das eleições de 8 de novembro de 2020 e derrubando o governo democraticamente eleito. No âmbito do golpe de Estado, o vice-presidente Myint Swe, na qualidade de presidente em exercício, declarou o estado de emergência em 1 de fevereiro de 2021 e transferiu os poderes legislativo, executivo e judicial do Estado para o comandante-chefe dos Serviços de Defesa, o general Min Aung Hlaing. Em 2 de fevereiro de 2021, foi criado o CAE no intuito de exercer esses poderes, impedindo o governo democraticamente eleito de cumprir o seu mandato.	11.12.2023

▼**M28**

	Nome	Elementos de identificação	Justificação	Data de inclusão na lista
			Na qualidade de membro do CNDS e do seu órgão consultivo central, assim como na qualidade de antigo membro do CAE, Hmu Htan está diretamente envolvido na tomada de decisões, e é por elas responsável, no que respeita às funções do Estado e, por conseguinte, é responsável por comprometer a democracia e o Estado de direito em Mianmar/Birmânia. Além disso, o CAE adotou decisões que limitam o direito à liberdade de expressão, incluindo o acesso à informação, e o direito à liberdade de reunião pacífica. As forças militares e as autoridades que operam sob o controlo do CAE cometeram graves violações dos direitos humanos desde 1 de fevereiro de 2021; mataram civis e manifestantes desarmados, limitaram as liberdades de reunião e de expressão, inclusive através da limitação do acesso à Internet e da prisão e detenção arbitrária de dirigentes da oposição e opositores ao golpe de Estado. O CAE impôs ainda a lei marcial em algumas partes do país, concedendo às forças militares total autoridade sobre essa zona específica, incluindo funções administrativas, judiciais e de aplicação da lei. Nas zonas sujeitas à lei marcial, a população civil, nomeadamente os jornalistas e os manifestantes pacíficos, são objeto de ação penal por parte dos tribunais militares, o que os priva efetivamente do direito a um processo equitativo, inclusive do direito de recurso. Verificou-se também, nas zonas em que foi declarada a lei marcial, um aumento significativo das ações violentas cometidas pelas forças militares e policiais, o que constitui uma ameaça para a paz, a segurança e a estabilidade. Na qualidade de membro do CNDS e do seu órgão consultivo central, assim como na qualidade de antigo membro do CAE, Hmu Htan é diretamente responsável por essas decisões repressivas e por graves violações dos direitos humanos.	
103.	Wunna Maung Lwin	Nacionalidade: Mianmar/ /Birmânia; Data de nascimento: 30.5.1952; Local de nascimento: Mianmar/Birmânia; Sexo: masculino; Função: membro do Conselho de Administração do Estado (CAE); antigo ministro dos Negócios Estrangeiros da junta	Wunna Maung Lwin é membro do Conselho Nacional para a Defesa e Segurança (CNDS) e do seu órgão consultivo central, bem como um antigo membro do Conselho de Administração do Estado (CAE). É também membro do Partido da União, Solidariedade e Desenvolvimento (USDP) que representa as forças militares.	11.12.2023

▼**M28**

	Nome	Elementos de identificação	Justificação	Data de inclusão na lista
			Em 1 de fevereiro de 2021, as Forças Armadas de Mianmar (Tatmadaw), lideradas pelo comandante-chefe Min Aung Hlaing, realizaram um golpe de Estado em Mianmar, rejeitando os resultados das eleições de 8 de novembro de 2020 e derrubando o governo democraticamente eleito. No âmbito do golpe de Estado, o vice-presidente Myint Swe, na qualidade de presidente em exercício, declarou o estado de emergência em 1 de fevereiro de 2021 e transferiu os poderes legislativo, executivo e judicial do Estado para o comandante-chefe dos Serviços de Defesa, o general Min Aung Hlaing. Em 2 de fevereiro de 2021, foi criado o CAE no intuito de exercer esses poderes, impedindo o governo democraticamente eleito de cumprir o seu mandato. Na qualidade de membro do CNDS e do seu órgão consultivo central, assim como na qualidade de antigo membro do CAE, Wunna Maung Lwin está diretamente envolvido na tomada de decisões, e é por elas responsável, no que respeita às funções do Estado e, por conseguinte, é responsável por comprometer a democracia e o Estado de direito em Mianmar/Birmânia. Além disso, o CAE adotou decisões que limitam o direito à liberdade de expressão, incluindo o acesso à informação, e o direito à liberdade de reunião pacífica. As forças militares e as autoridades que operam sob o controlo do CAE cometeram graves violações dos direitos humanos desde 1 de fevereiro de 2021; mataram civis e manifestantes desarmados, limitaram as liberdades de reunião e de expressão, inclusive através da limitação do acesso à Internet e da prisão e detenção arbitrária de dirigentes da oposição e opositores ao golpe de Estado. O CAE impôs ainda a lei marcial em algumas partes do país, outorgando às forças militares total autoridade sobre essas zonas específicas, incluindo funções administrativas, judiciais e de aplicação da lei. Nas zonas sujeitas à lei marcial, a população civil, nomeadamente os jornalistas e os manifestantes pacíficos, são objeto de ação penal por parte dos tribunais militares, o que os priva efetivamente do direito a um processo equitativo, inclusive do direito de recurso. Verificou-se também, nas zonas em que foi declarada a lei marcial, um aumento significativo das ações violentas cometidas pelas forças militares e policiais, o que constitui uma ameaça para a paz, a segurança e a estabilidade.	

▼M28

	Nome	Elementos de identificação	Justificação	Data de inclusão na lista
			Na qualidade de membro do CNDS e do seu órgão consultivo central, assim como na qualidade de antigo membro do CAE e antigo ministro dos Negócios Estrangeiros da junta, Wunna Maung Lwin é diretamente responsável por decisões repressivas e por graves violações dos direitos humanos, bem como por ações destinadas a legitimar essas decisões a nível internacional.	

▼M26

104.	Saw Chit Thu (t.c.p. Saw San Myint, Maung Chit Thu, Chit Thu)	Nacionalidade: Mianmar/ /Birmânia; Local de nascimento: aldeia de Inn, Hlaingbwe, estado de Karen, Mianmar/Birmânia; Sexo: masculino; Patente: coronel; Entidade associada: Chit Linn Myaing Group	O coronel Saw Chit Thu é um senhor da guerra e empresário de Karen/Kayin. É membro fundador e secretário-geral das Forças da Guarda de Fronteiras de Karen/ /Kayin (BGF)/Exército Nacional Karen (KNA), um grupo armado associado às Tatmadaw (Forças Armadas de Mianmar). Sob a liderança de Saw Chit Thu, as BGF/KNA são responsáveis por violações e atropelos dos direitos humanos contra civis nas suas zonas de operações, incluindo complexos dedicados a atividades fraudulentas como Shwe Kokko. Estes complexos são polos regionais para a criminalidade transnacional, incluindo a fraude em linha, o tráfico de droga e de seres humanos, nos quais estão a ser perpetradas violações maciças dos direitos humanos, incluindo o trabalho forçado e a tortura, ameaçando assim a paz, a segurança e a estabilidade em Mianmar/Birmânia. A fim de controlar os complexos de atividades fraudulentas, as BGF/KNA colaboram com as Tatmadaw, por exemplo informando-as sobre os opositores ao Governo e recrutando soldados à força, contribuindo ainda mais para ameaçar a segurança e a estabilidade de Mianmar/Birmânia. Saw Chit Thu é o fundador e antigo presidente do Chit Linn Myaing Group (CLM), um grupo de empresas gerido pela sua família em cooperação com as BGF, que também está implicado nas atividades de Shwe Kokko e lucra com as mesmas. Desde 2017, Saw Chit Thu tem vindo a desenvolver a Yatai New City em Shwe Kokko, em cooperação com o Yatai International Holding Group. Enquanto membro fundador e secretário-geral das BGF/KNA, e devido ao seu envolvimento nos complexos de atividades fraudulentas, Saw Chit Thu é responsável por graves violações dos direitos humanos em Mianmar/Birmânia e participa igualmente em ações que ameaçam a paz, a segurança e a estabilidade de Mianmar/Birmânia. Além disso, está associado às Forças Armadas de Mianmar (Tatmadaw).	29.10.2024

▼**M26**

	Nome	Elementos de identificação	Justificação	Data de inclusão na lista
105.	Mote Thun (t.c.p. Saw Mote Thun, Mote Thone)	Nacionalidade: Mianmar/ /Birmânia; Sexo: masculino; Patente: tenente-coronel Função: secretário-geral adjunto das Forças de Guarda de Fronteiras de Karen/ /Kayin ou Exército Nacional de Karen (BGF/KNA); membro fundador das BGF de Karen/Kayin; Pessoa associada: Saw Chit Thu	O tenente-coronel Mote Thun é membro fundador e secretário-geral adjunto das Forças de Guarda de Fronteiras de Karen/ /Kayin (BGF)/Exército Nacional Karen (KNA), um grupo armado associado às Tatmadaw (Forças Armadas de Mianmar). É particularmente poderoso no sul do município de Myawaddy, na fronteira entre a Tailândia e Mianmar, onde se encontram muitos centros de atividades fraudulentas. Os principais complexos sob o controlo de Mote Thun incluem os de Wan Kuok-koi (também conhecido por Broken Tooth) e a Dongmei Zone. Mote Thun também está envolvido no KK Park Project. Estes complexos são polos regionais para a criminalidade transnacional, incluindo a fraude em linha, o tráfico de droga e de seres humanos, nos quais estão a ser perpetradas violações maciças dos direitos humanos, incluindo o trabalho forçado e a tortura, ameaçando assim a paz, a segurança e a estabilidade em Mianmar/ /Birmânia. A fim de controlar os complexos de atividades fraudulentas, as BGF/KNA colaboram com as Tatmadaw, por exemplo informando-as sobre os opositores ao Governo e recrutando soldado à força, contribuindo ainda mais para ameaçar a segurança e a estabilidade de Mianmar/Birmânia. Enquanto membro fundador e secretário-geral adjunto das BGF/KNA e devido ao seu envolvimento nos complexos de atividades fraudulentas, o tenente-coronel Mote Thun é responsável por graves violações dos direitos humanos em Mianmar/Birmânia e participa igualmente em ações que ameaçam a paz, a segurança e a estabilidade de Mianmar/Birmânia. Além disso, está associado às Forças Armadas de Mianmar (Tatmadaw).	29.10.2024
106.	Tin Win (t.c.p. Saw Tin Win)	Nacionalidade: Mianmar/ /Birmânia; Sexo: masculino; Patente: major; Função: subordinado direto do coronel Saw Chit Thu no Exército Nacional de Karen (KNA), antigo membro das Forças de Guarda de Fronteiras; Pessoa associada: Saw Chit Thu	O major Tin Win é um subordinado direto do coronel Saw Chit Thu nas Forças de Guarda de Fronteiras de Karen/ /Kayin (BGF)/Exército Nacional Karen (KNA), um grupo armado associado às Tatmadaw (Forças Armadas de Mianmar).	29.10.2024

▼**M26**

	Nome	Elementos de identificação	Justificação	Data de inclusão na lista
			Sob o comando direto do coronel Saw Chit Thu, Tin Win apoia e colhe benefícios dos complexos de atividades fraudulentas perto de Myawaddy, como Shwe Kokko, o KK Park Project e o Huanya Project. Estes complexos são grandes polos regionais para a criminalidade transnacional, incluindo a fraude em linha, o tráfico de droga e de seres humanos, nos quais estão a ser perpetradas violações maciças dos direitos humanos, incluindo o trabalho forçado e a tortura, ameaçando assim a paz, a segurança e a estabilidade em Mianmar/ /Birmânia. A fim de controlar os complexos de atividades fraudulentas, as BGF/KNA colaboram com as Tatmadaw, por exemplo informando-as sobre os opositores ao Governo e recrutando soldados à força, contribuindo ainda mais para ameaçar a segurança e a estabilidade de Mianmar/Birmânia. Na sua função nas BGF/KNA e devido ao seu envolvimento nos complexos de atividades fraudulentas, o major Tin Win é responsável por graves violações dos direitos humanos e participa igualmente em ações que ameaçam a paz, a segurança e a estabilidade de Mianmar/Birmânia. Além disso, está associado às Forças Armadas de Mianmar (Tatmadaw).	

▼M10

B. Pessoas coletivas, entidades e organismos a que se refere o artigo 4.º-A

	Nome	Elementos de identificação	Justificação	Data de inclusão na lista
▼M28				
1.	Myanmar Economic Holdings Public Company Ltd	Endereço: 51 Mahabandoola road, 189/191 Botataung, região de Yangon, Mianmar 11 161; Tipo de entidade: sociedade anónima; Local de registo: Yangon, Mianmar/Birmânia; Data de registo: 27 de abril de 1990; Número de registo: 156387282; Estabelecimento principal: Mianmar/Birmânia; Associados: conselho de administração: tenente-general Dwe Aung Lin: diretor (designado pela UE); tenente-general Moe Myint Tun: diretor (designado pela UE); grupo de patronos: comandante-chefe Min Aung Hlaing: presidente (designado pela UE); comandante-chefe adjunto Soe Win: vice-presidente (designado pela UE); Número de telefone: 01-290843; Sítio Web: http://www.mehl.com.mm/	A Myanmar Economic Holdings Public Company Ltd (MEHL) constitui um conglomerado de empresas detido e controlado pelas Forças Armadas de Mianmar (Tatmadaw) e tem filiais e empresas associadas em diversos setores económicos, nomeadamente a banca, os seguros, a construção, o comércio, os transportes, a mineração, a extração de pedras preciosas, a indústria transformadora e o turismo. A MEHL e as suas filiais geram receitas para as Tatmadaw; por conseguinte, contribuem para que as Tatmadaw disponham das capacidades necessárias para levar a cabo atividades que comprometem a democracia e o Estado de direito e cometer graves violações dos direitos humanos em Mianmar/Birmânia. A MEHL e as suas filiais fizeram donativos para as forças militares em 2017, durante as cerimónias de angariação de fundos das Tatmadaw. Por conseguinte, a MEHL apoiou financeiramente as Tatmadaw, contribuindo assim para a sua capacidade de levar a cabo «operações de limpeza» e de cometer graves violações dos direitos humanos contra a população roinja em 2017. O conselho de administração da MEHL é composto exclusivamente por oficiais superiores (no ativo ou aposentados) das Tatmadaw. Dois membros do conselho de administração (o tenente-general Dwe Aung Lin e o tenente-general Moe Myint Tun) eram também membros do Conselho de Administração do Estado, o órgão *ad hoc* criado na sequência do golpe de Estado de 1 de fevereiro de 2021, que governava de facto Mianmar e que foi substituído pela Comissão de Segurança e Paz do Estado em 31 de julho de 2025, e figuram na lista por força da Decisão 2013/184/PESC do Conselho e do Regulamento (UE) n.º 401/2013 do Conselho que impõem medidas restritivas tendo em conta a situação em Mianmar/Birmânia. O comandante-chefe Min Aung Hlaing e o comandante-chefe adjunto Soe Win lideram o grupo de patronos da MEHL, respetivamente na qualidade de presidente e vice-presidente.	19.4.2021

▼**M28**

	Nome	Elementos de identificação	Justificação	Data de inclusão na lista
2.	Myanmar Economic Corporation Limited	Endereço: esquina de Ahlone road & Kannar road, Ahlone, Yangon, Mianmar; Tipo de entidade: sociedade por ações; Local de registo: Yangon, Mianmar/Birmânia; Data de registo: fundada em 1997 como empresa pública e registada como empresa privada em 9 de janeiro de 2019; Número de registo: 105444192; Estabelecimento: Mianmar/ /Birmânia; Número de telefone: 01- -8221369; Endereço eletrónico: mecadm.hq@gmail.com	A Myanmar Economic Corporation (MEC) constitui um conglomerado de empresas detido e controlado pelas Forças Armadas de Mianmar (Tatmadaw) e tem filiais e empresas associadas em diversos setores económicos, nomeadamente a banca, os seguros, a construção, o comércio, os transportes, a mineração, a extração de pedras preciosas, a indústria transformadora e o turismo. A MEC e as suas filiais geram receitas para as Tatmadaw; por conseguinte, contribuem para que as Tatmadaw disponham das capacidades necessárias para levar a cabo atividades que comprometem a democracia e o Estado de direito e cometer graves violações dos direitos humanos em Mianmar/Birmânia. O conselho de administração da MEC é composto exclusivamente por oficiais superiores (no ativo ou aposentados) das Tatmadaw. A MEC e as suas filiais fizeram donativos para as forças militares em 2017, durante as cerimónias de angariação de fundos das Tatmadaw. Por conseguinte, a MEC apoiou financeiramente as Tatmadaw, contribuindo assim para a sua capacidade de levar a cabo «operações de limpeza» e de cometer graves violações dos direitos humanos contra a população roinja em 2017.	19.4.2021
3.	Myanma Gems Enterprise (t.c.p. Myanmar Gems Enterprise)	Endereço: No.70-072, Yarza, Thingaha Road, Thapyaygone Ward, Zabuthiri Township, Naypyitaw, Mianmar; Tipo de entidade: empresa pública; Local de registo: Mianmar/ /Birmânia; Sítio Web: http:// /www.mge.gov.mm/	A Myanmar Gems Enterprise (MGE) é uma empresa pública controlada pelas Forças Armadas de Mianmar (Tatmadaw), responsável pela elaboração de regras e regulamentos e pela supervisão e concessão de licenças a empresários privados locais, bem como pela organização de feiras e vendas especiais para a venda de jade e de pedras preciosas. A MGE opera sob as instruções do Ministério dos Recursos Naturais e da Conservação do Ambiente (MONREC), cujo ministro foi nomeado pelo Conselho de Administração do Estado (CAE). As Forças Armadas de Mianmar (Tatmadaw) têm, desde há muito, fortes interesses no setor do jade e das pedras preciosas, especialmente através da liderança da MGE, quase exclusivamente composta por antigos militares, e de atividades conduzidas por dois conglomerados militares [Myanmar Economic Holdings Limited (MEHL) e Myanmar Economic Corporation Limited (MEC)]. O golpe militar de 1 de fevereiro de 2021 voltou a colocar a MGE sob controlo militar, o que permitiu às Tatmadaw assumirem um controlo significativo do setor das pedras preciosas. A MGE gera receitas para os diferentes departamentos do Estado de Mianmar e,	21.6.2021

▼M28

	Nome	Elementos de identificação	Justificação	Data de inclusão na lista
			através das suas várias atividades acima descritas, e as Tatmadaw podem beneficiar direta ou indiretamente das receitas geradas por este setor. Por conseguinte, a MGE contribui para que as Tatmadaw disponham das capacidades necessárias para levar a cabo atividades que comprometem a democracia e o Estado de direito e cometer graves violações dos direitos humanos em Mianmar/Birmânia.	
4.	Myanma Timber Enterprise (t.c.p. Myanmar Timber Enterprise)	Endereço: Sede: Gyogone Forest Compound, Bayint Naung Road, Insein Township, Yangin, Mianmar; Filial: No 72/74 Shawe Dagon Pagoda Road, Dagon Township, Yangon, Mianmar; Tipo de entidade: empresa pública; Local de registo: Mianmar; Número de telefone: 01--3528789; Sítio Web: http://www.mte.com.mm/index.php/en	A Myanma Timber Enterprise (MTE) é uma empresa pública que opera sob a tutela do ministério dos Recursos Naturais e da Conservação do Ambiente (MONREC). A MTE detém os direitos exclusivos de produção e exportação de madeira em Mianmar/Birmânia. Em 1 de fevereiro de 2021, as Forças Armadas de Mianmar (Tatmadaw), lideradas pelo comandante-chefe Min Aung Hlaing, retiraram o poder ao Governo civil legítimo num golpe de Estado e criaram o Conselho de Administração do Estado (CAE) para exercer os poderes legislativos, executivos e judiciais do Estado. Em 2 de fevereiro de 2021, o regime militar nomeou um novo Governo, incluindo um novo ministro dos Recursos Naturais e da Conservação do Ambiente (MONREC). Através do CAE e do novo Governo, o regime militar assumiu o controlo e beneficia das empresas públicas, incluindo a MTE. Como tal, a Myanma Timber Enterprise e as suas filiais são controladas pelas Tatmadaw e geram receitas em seu benefício, contribuindo assim para a sua capacidade de levar a cabo atividades que comprometem a democracia e o Estado de direito.	21.6.2021

▼M19

5.	Forest Products Joint Venture Corporation Limited	Endereço: 422/426, Rm 2, 2nd Flr, Strand Rd., Corner of Botahtaung Pagoda St., FJVC Center, Ward (4), BTHG; 52/66, Rm 2, 3rd Flr, Botahtaung Pagoda St., Lower Block, Botahtaung Township, Yangon, Mianmar; Tipo de entidade: empresa comum; Local de registo: Mianmar/Birmânia; Número de telefone: 01--9010742; 01-9010744; 09--443250050 Endereço eletrónico: fjv.md@gmail.com	A Forest Products Joint Venture Corporation Limited (FPJVC) opera no setor madeireiro de Mianmar, transformando madeira de teca e de folhosas. Apesar de ser uma sociedade anónima, a FPJVC é controlada pelo Estado, que i) é acionista maioritário da FPJVC através do Ministério dos Recursos Naturais e da Conservação do Ambiente (MONREC) (10 %) e da empresa pública Myanma Timber Enterprise (MTE) (45 %), e ii) tem o direito de nomear a maioria dos membros do conselho de administração da FPJVC (entre 11 membros, três são nomeados pelo MONREC e outros três pela MTE).	21.6.2021

▼M19

	Nome	Elementos de identificação	Justificação	Data de inclusão na lista
			Em 1 de fevereiro de 2021, as Forças Armadas de Mianmar (Tatmadaw), lideradas pelo comandante-chefe Min Aung Hlaing, retiraram o poder ao Governo civil legítimo num golpe de Estado e criaram o Conselho de Administração do Estado (CAE) para exercer os poderes legislativos, executivos e judiciais do Estado. Em 2 de fevereiro de 2021, o regime militar nomeou um novo Governo, incluindo um novo ministro dos Recursos Naturais e da Conservação do Ambiente (MONREC). Através do CAE e do novo Governo, o regime militar assumiu o controlo e beneficia das empresas públicas, incluindo a FPJVC. Como tal, a FPJVC é controlada pelas Tatmadaw e gera receitas em seu benefício, contribuindo assim para a sua capacidade de levar a cabo atividades que comprometem a democracia e o Estado de direito.	

▼M28

6.	Myanmar War Veterans Organization	Endereço: Thukhuma Road, Datkhina Thiri Tsp, Naypyitaw Division, Mianmar; Tipo de entidade: organização não governamental; Local de registo: Rangum, Mianmar; Data de registo: 1973; Número de telefone: (067) 30485; Sítio Web: https://www.mwvo.org/Home/About	A Myanmar War Veterans Organization (MWVO) é uma organização não governamental que tem por objetivo apoiar antigos membros das Forças Armadas de Mianmar (Tatmadaw). É a principal organização competente no domínio das questões sociais e económicas relacionadas com as forças armadas do país. Em 1 de fevereiro de 2021, as Forças Armadas de Mianmar (Tatmadaw), lideradas pelo comandante-chefe Min Aung Hlaing, retiraram o poder ao Governo civil legítimo num golpe de Estado e criaram o Conselho de Administração do Estado (CAE) para exercer os poderes legislativos, executivos e judiciais do Estado. Em 2 de fevereiro, foi criado o CAE no intuito de exercer esses poderes, impedindo o governo democraticamente eleito de cumprir o seu mandato. De acordo com o mandato da MWVO, a organização não governamental atua como uma força de reserva das Tatmadaw e participa na definição das políticas nacionais de defesa e segurança. Além disso, a MWVO organiza manifestações de apoio ao regime e treina milícias populares, apoiando assim as Tatmadaw na realização de atividades que comprometem a democracia e o Estado de direito em Mianmar/Birmânia. O principal grupo de patronos da MWVO conta com figuras proeminentes das Tatmadaw, como o comandante-chefe Min Aung Hlaing e o vice-comandante-chefe Soe Win. Os membros da MWVO fazem parte da estrutura de governação dos conglomerados liderados pelos militares, a Myanmar Economic Holdings Limited (MEHL)	21.6.2021

▼M28

	Nome	Elementos de identificação	Justificação	Data de inclusão na lista
			e a Myanmar Economic Corporation Limited (MEC). Por conseguinte, a MWVO está associada a pessoas e entidades designadas na lista constante da Decisão 2013/184/PESC do Conselho e do Regulamento (UE) n.º 401/2013 do Conselho.	

▼M14

7.	Htoo group of Companies	Endereço: 5 Pyay Roas, Hlaing Township, Rangum, Mianmar/Birmânia; Tipo de entidade: sociedade gestora de participações; Local de registo: Mianmar/Birmânia; Número de telefone: +95 1 500344 / +95 1 500355; Sítio Web: https://htoo.com/	O Htoo Group of Companies consiste num conglomerado privado fundado e presidido por U Tay Za, que está estreitamente ligado à liderança das Forças Armadas de Mianmar (Tatmadaw). As suas atividades incluem o comércio, a banca, a mineração, o turismo e a aviação. Em 2017, no âmbito das «operações de limpeza» de Arracão (Rakhine), o Htoo Group of Companies apoiou financeiramente a Tatmadaw, contribuindo assim para graves violações dos direitos humanos em 2017 contra a população roinja. Além disso, o Htoo Group of Companies atuou como intermediário no fornecimento de equipamento militar, que foi utilizado contra as populações civis que protestaram contra o golpe de Estado de 1 de fevereiro, em todo o país e, em especial, em zonas com minorias étnicas. Ao contribuir para as capacidades militares a fim de levar a cabo atividades que comprometem a democracia e o Estado de direito em Mianmar/Birmânia, o Htoo Group of Companies apoiou a Tatmadaw e participou em ações que ameaçam a paz, a segurança ou a estabilidade de Mianmar/Birmânia.	21.2.2022
8.	International Group of Entrepreneurs (IGE) Company Limited	Endereço: No. 36-G, 37-F, level-20, Office Tower (2), Time City, Corner of Kyun taw Street and Hantharwaddy Road, (7), Quarter, Kamayut Township, Rangum, Mianmar/Birmânia 110401; Tipo de entidade: empresa privada; Local de registo: Mianmar/Birmânia; Número de telefone: +95775111112; Sítio Web: www.ige.com.mm	O International Group of Entrepreneurs (IGE) Company Limited consiste num conglomerado privado fundado e presidido por U Nay Aung, que está estreitamente ligado à liderança das Forças Armadas de Mianmar (Tatmadaw). O IGE opera em indústrias de infraestruturas fundamentais, como as telecomunicações e a energia, bem como nos domínios da agricultura e da hotelaria.	21.2.2022

▼**M14**

	Nome	Elementos de identificação	Justificação	Data de inclusão na lista
			Em 2017, no âmbito das «operações de limpeza» de Arracão (Rakhine), o IGE apoiou financeiramente a Tatmadaw, contribuindo assim para graves violações dos direitos humanos em 2017 contra a população roinja. O IGE também prestou apoio financeiro indireto à Tatmadaw mediante a participação financeira em vários projetos e empresas ligados à Tatmadaw e aos seus conglomerados. Por conseguinte, apoia e tira benefício da Tatmadaw.	

▼**M28**

9.	No. 1 Mining Enterprise (ME 1)	Endereço: Bu Tar Street, Forest Street, Corner of Yone Gyi Quarter, Monywa, Sagaing Region, Mianmar/Birmânia; Tipo de entidade: empresa pública; Local de registo: Mianmar/ /Birmânia; Número de telefone: 09- -071-21168	A No. 1 Mining Enterprise (ME 1) é uma empresa pública que opera sob a tutela do Ministério dos Recursos Naturais e da Conservação do Ambiente (MONREC), que também atua como entidade reguladora do setor da produção e comercialização de metais não ferrosos. Como tal, a empresa pública é responsável pela concessão de licenças e pela cobrança de uma parte do imposto sobre os lucros realizados pelas empresas privadas que tenham celebrado «contratos de partilha da produção» ou que estejam em coempreendimento (*joint venture*) com a ME 1. Em 1 de fevereiro de 2021, as Forças Armadas de Mianmar (Tatmadaw), lideradas pelo comandante-chefe Min Aung Hlaing, retiraram o poder ao Governo civil legítimo num golpe de Estado e criaram o Conselho de Administração do Estado (CAE) para exercer os poderes legislativos, executivos e judiciais do Estado. Em 2 de fevereiro de 2021, o regime militar nomeou um novo Governo, incluindo um novo ministro dos Recursos Naturais e da Conservação do Ambiente (MONREC). Através do CAE e do novo Governo, o regime militar assumiu o controlo e beneficia das empresas públicas, incluindo a No. 1 Mining Enterprise. Como tal, a No. 1 Mining Enterprise é controlada pela Tatmadaw e gera receitas em seu benefício, contribuindo assim para a sua capacidade de levar a cabo atividades que comprometem a democracia e o Estado de direito.	21.2.2022

▼**M28**

	Nome	Elementos de identificação	Justificação	Data de inclusão na lista
			Além disso, a No. 1 Mining Enterprise supervisionou e/ou participou em vários projetos relacionados com a violência da Tatmadaw contra populações civis e com a violação dos seus direitos mais básicos, nomeadamente através do confisco de terras e da recolocação forçada. Por conseguinte, a No. 1 Mining Enterprise é responsável pelo apoio a ações que ameaçam a paz, a segurança e a estabilidade de Mianmar/Birmânia.	
10.	Myanma Oil and Gas Enterprise [Companhia de Mianmar de Petróleo e Gás]	Endereço: Ministério da Eletricidade e da Energia, Building No.(6), Nay Pyi Taw, Mianmar/Birmânia; Tipo de entidade: empresa pública; Local de registo: Mianmar/ /Birmânia; Número de telefone: +95- -67-3 411 055; Sítio Web: http:// www.moee.gov.mm/en/ ignite/page/40	A empresa pública Myanma Oil and Gas Enterprise (MOGE) é a operadora petrolífera, a prestadora de serviços e a entidade reguladora do setor do petróleo e do gás. Supervisiona a exploração, a produção e o transporte interno de gás e de petróleo, bem como a distribuição de produtos petrolíferos. A empresa pública é responsável pela concessão de licenças e pela cobrança de uma parte do imposto sobre os lucros realizados pelas empresas privadas que tenham celebrado «contratos de partilha da produção» ou que estejam em coempreendimento (*joint venture*) com a própria MOGE. Em 1 de fevereiro de 2021, as Forças Armadas de Mianmar (Tatmadaw), lideradas pelo comandante-chefe Min Aung Hlaing, retiraram o poder ao Governo civil legítimo num golpe de Estado e criaram o Conselho de Administração do Estado (CAE) para exercer os poderes legislativos, executivos e judiciais do Estado. Em 2 de fevereiro de 2021, o CAE nomeou novos ministros, incluindo um ministro da Eletricidade e da Energia. O Ministério da Eletricidade e da Energia supervisiona a MOGE. Através do CAE e do novo Governo, o regime militar assumiu o controlo e beneficia das empresas públicas, incluindo a MOGE. Como tal, a MOGE é controlada pela Tatmadaw e gera receitas em seu benefício, contribuindo assim para a sua capacidade de levar a cabo atividades que comprometem a democracia e o Estado de direito em Mianmar/Birmânia.	21.2.2022

▼**M28**

	Nome	Elementos de identificação	Justificação	Data de inclusão na lista
11.	Conselho de Administração do Estado (CAE)/Comissão de Segurança e Paz do Estado (SSPC)	Tipo de entidade: pública; Local de registo: Mianmar;	O Conselho de Administração do Estado (CAE) é uma entidade pública criada em 2 de fevereiro de 2021 na sequência do golpe militar em Mianmar/Birmânia de 1 de fevereiro de 2021. No âmbito do golpe de Estado, o vice-presidente Myint Swe declarou o estado de emergência e transferiu os poderes legislativo, executivo e judicial do Estado para o comandante-chefe Min Aung Hlaing. O CAE, dirigido pelo comandante-chefe Min Aung Hlaing, foi criado para exercer essas funções. O CAE foi substituído pela Comissão de Segurança e Paz do Estado (SSPC) em 31 de julho de 2025. Por meio do seu poder de exercer funções de Estado, o CAE/SSPC é responsável por políticas e atividades que comprometem a democracia e o Estado de direito em Mianmar/Birmânia. Além disso, o CAE/SSPC adotou decisões que resultaram na repressão da população civil e da oposição política, bem como em atrocidades e graves violações dos direitos humanos cometidas pelas forças de segurança de Mianmar. Por conseguinte, o CAE/SSPC participa em ações que ameaçam a paz, a segurança e a estabilidade de Mianmar/Birmânia.	8.11.2022

▼**M18**

12.	Gabinete do Quartel-Mestre-General de Mianmar	Endereço: Ministry of Defence, Building 24, Naypyitaw, Mianmar; Tipo de entidade: pública; Local de registo: Mianmar; Pessoas associadas: comandante-chefe das Forças Armadas de Mianmar, general Min Aung Hlaing; Ministro da Defesa, general Mya Htun Oo; Outras entidades associadas: Ministério da Defesa de Mianmar; Myanmar Economic Corporation (MEC)	O Gabinete do Quartel-Mestre-General de Mianmar é um departamento sob a tutela do Ministério da Defesa que está implicado na aquisição de armas e equipamento militar para as Forças Armadas de Mianmar (Tatmadaw). Como tal, o Quartel-Mestre-General está organicamente sob o controlo das Forças Armadas de Mianmar, nomeadamente desde o golpe de Estado de 1 de fevereiro de 2021. Atua como facilitador importante dos atos de violência e das violações dos direitos humanos que as Forças Armadas de Mianmar cometeram sobre a população civil de Mianmar e, por conseguinte, contribuiu para alimentar a espiral de violência que se vive em Mianmar/Birmânia desde o golpe de Estado de 2021. O gabinete do Quartel-Mestre-General está igualmente implicado na gestão dos ativos económicos e de que a junta beneficia. O Gabinete do Quartel-Mestre-General está ligado a várias figuras e entidades incluídas na lista pela UE, nomeadamente o comandante-chefe general Min Aung Hlaing e a Myanmar Economic Corporation (MEC).	20.2.2023

▼**M18**

	Nome	Elementos de identificação	Justificação	Data de inclusão na lista
13.	Direção das Indústrias de Defesa de Mianmar	Endereço: Shwedagon Pagoda Road, Yangon, Myanmar; Tipo de entidade: empresa pública; Local de registo: Mianmar; Pessoas associadas: comandante-chefe das Forças Armadas de Mianmar, general Min Aung Hlaing; Tenente-General Thein Htay; Ministro da Defesa, general Mya Htun Oo; Outras entidades associadas: Ministério da Defesa de Mianmar	A Direção das Indústrias de Defesa de Mianmar é uma empresa pública que se encontra sob a tutela do Ministério da Defesa e é também a única entidade de Mianmar responsável pela produção de armas para as Forças Armadas de Mianmar (Tatmadaw). A Direção das Indústrias de Defesa é chefiada pelo tenente-general Thein Htay, membro das forças armadas de Mianmar. Está sob a autoridade do comandante-chefe das Tatmadaw, general Min Aung Hlaing, incluído na lista da UE, e está associada a várias figuras militares ou nomeadas pelas forças armadas, como o comandante-chefe e o seu adjunto. Como tal, a Direção das Indústrias de Defesa encontra-se organicamente sob o controlo das Forças Armadas de Mianmar, inclusive desde o golpe de Estado de 1 de fevereiro de 2021. Permite que as Forças Armadas de Mianmar pratique atos de violência contra a população civil de Mianmar e, por conseguinte, desempenha um papel fundamental no fomento da espiral de violência que se vive em Mianmar desde o golpe de Estado.	20.2.2023
14.	Direção de Contratação Pública na área da Defesa de Mianmar	Endereço: Nay Pyi Taw, Mianmar; Tipo de entidade: departamento administrativo; Local de registo: Mianmar; Pessoas associadas: comandante-chefe das Forças Armadas de Mianmar, general Min Aung Hlaing; Tenente-General Thein Htay; ministro da Defesa, general Mya Htun Oo; Outras entidades associadas: Ministério da Defesa de Mianmar	A Direção de Contratação Pública na área da Defesa de Mianmar é um departamento que se encontra sob a tutela do Ministério da Defesa é também a entidade de Mianmar responsável pela contratação pública para aquisição de armas e equipamento militar para as Forças Armadas de Mianmar (Tatmadaw). A Direção de Contratação Pública na área da Defesa encontra-se sob a autoridade do comandante-chefe da Tatmadaw, general Min Aung Hlaing, estando pois ligada a várias pessoas e entidades incluídas na lista da UE, nomeadamente o general Min Aung Hlaing. Como tal, a Direção de Contratação Pública na área da Defesa encontra-se organicamente sob o controlo das Forças Armadas de Mianmar, nomeadamente desde o golpe de Estado de 1 de fevereiro de 2021. Permite que as Forças Armadas de Mianmar pratique atos de violência contra a população civil de Mianmar e, por conseguinte, desempenha um papel fundamental no fomento da espiral de violência que se vive em Mianmar/Birmânia desde o golpe de Estado.	20.2.2023

▼**M18**

	Nome	Elementos de identificação	Justificação	Data de inclusão na lista
15.	Asia Sun Group	Outras entidades associadas: Asia Sun Trading; Asia Sun Energy	O Grupo Asia Sun está envolvido na cadeia de abastecimento de combustível para aviões militares. O grupo de empresas Asia Sun, através das suas filiais Asia Sun Trading e Asia Sun Energy, está envolvido na importação de combustível para aviões. A Asia Sun Trading esteve envolvida pelo menos duas vezes em 2022 na importação de combustível para aviões da Tailândia para utilização pela Força Aérea de Mianmar. O regime militar de Mianmar atacou deliberada e indiscriminadamente alvos civis, recorrendo a helicópteros, caças e drones, causando numerosas perdas entre os residentes locais, nomeadamente crianças. Entre outubro de 2021 e setembro de 2022, a junta realizou pelo menos 268 ataques aéreos contra a população civil em Mianmar/ /Birmânia. Os ataques mataram pelo menos 155 civis, feriram pelo menos 190 e destruíram casas e templos. O Asia Sun Group é, por conseguinte, uma pessoa coletiva, entidade ou organismo detido ou controlado pelas Forças Armadas de Mianmar (Tatmadaw), ou que gera receitas a seu favor, lhes presta apoio ou delas retira benefícios.	20.2.2023
16.	Dynasty International Company Limited (t.c.p. Dynasty Group of Companies)	Endereço: Waizayangdar Rd., no. 15, Ngwe Kyar Yan Quarter, South Okkalapa Township, Yangon Region, Mianmar; Local de registo: Mianmar; Pessoas associadas: Aung Moe Myint (proprietário); Myo Thitsar (diretor); Endereço eletrónico: dynastygroup@myanmar.com.mm	A Dynasty International Company Limited é uma empresa de Mianmar/Birmânia fundada pelo negociante de armas Aung Moe Myint. Tem sido utilizada para facilitar os acordos em matéria de armamento em nome das forças armadas de Mianmar/Birmânia, nomeadamente a importação de peças para aeronaves, em apoio à Força Aérea de Mianmar para a prática de ataques aéreos a aldeias e infraestruturas civis. A Dynasty International Company Limited é, por conseguinte, uma pessoa coletiva, entidade ou organismo detido ou controlado pelas Forças Armadas de Mianmar (Tatmadaw), ou que gera receitas a seu favor, lhes presta apoio ou delas retira benefícios.	20.2.2023

▼M18

	Nome	Elementos de identificação	Justificação	Data de inclusão na lista
▼M21				
17.	International Gateways Group of Company Limited (t.c.p. IGGC, t.c.p. IGG)	Endereço: Kyaik Wine Pagoda Road, No 19, Myaing Hay Wun Housing, 8-Mile, Mayangone, Yangon, Mianmar; ou Thamadi Street No. 4-1/3, 8th Quarter, Mayangone Township, região de Yangon, Mianmar; Endereço eletrónico: internationalgatewaysho@gmail.com Local de registo: Mianmar/ /Birmânia; Pessoa associada: Naing Htut Aung (diretor e único acionista) Entidade associada: MEHL	A International Gateways Group of Company Limited (IGGC) é uma empresa codirigida por Naing Htut Aung, que opera no setor comercial. A empresa contribuiu com fundos para as Forças Armadas de Mianmar (Tatmadaw) em 2017, em eventos de angariação de fundos para as «operações de limpeza» em Rakhine, realizadas pelo comandante chefe Min Aung Hlaing. Além disso, a IGGC fez um donativo às Tatmadaw em 2023 por ocasião do Dia das Forças Armadas. A IGGC está também envolvida na aquisição de armas para as Tatmadaw, incluindo equipamento militar e bens de dupla utilização, que foram utilizados contra a população civil e manifestantes em todo o país. Por conseguinte, a IGGC prestou apoio às Tatmadaw e participou em ações que ameaçam a paz, a segurança e a estabilidade de Mianmar/Birmânia.	20.2.2023
▼M18				
18.	Sky Aviator Company Limited	Endereço: No.(204/2), (14/ /1)Ward, Myinthar (11)th Street, Southokkalapa, Yangon, Mianmar; Local de registo: Mianmar; Pessoa associada: Kyaw Min Oo (diretor executivo)	A Sky Aviator Company Limited é uma sociedade fundada por Kyaw Min Oo. Facilitou os acordos em matéria de armamento em nome das forças armadas de Mianmar/Birmânia, incluindo a importação de peças para a aviação. Sob o controlo de Kyaw Min Oo, a Sky Aviator é um importante fornecedor de peças para a aviação militar para as forças armadas da Birmânia. Desde o golpe de Estado de fevereiro de 2021, a Sky Aviator recebeu múltiplas remessas de armas de entidades sancionadas. A Sky Aviator Company Limited é, por conseguinte, uma pessoa coletiva, entidade ou organismo detido ou controlado pelas Forças Armadas de Mianmar (Tatmadaw), ou que gera receitas a seu favor, lhes presta apoio ou delas retira benefícios.	20.2.2023

▼M10

	Nome	Elementos de identificação	Justificação	Data de inclusão na lista
▼M28				
19.	No. 2 Mining Enterprise (ME 2)	Endereço: Ywargout Quarter, Pyinmana Township, Nay Pyi Taw, Mianmar/Birmânia; Tipo de entidade: empresa pública; Local de registo: Mianmar/ /Birmânia; Estabelecimento principal: Mianmar/Birmânia; Número de telefone: 09- -067-22126	A No. 2 Mining Enterprise (ME 2) é uma empresa pública que opera sob a jurisdição do Ministério dos Recursos Naturais e da Conservação do Ambiente (MONREC), que também atua como entidade reguladora do setor da produção e comercialização de metais não ferrosos. Como tal, a empresa pública tem o poder de conceder licenças e cobrar uma parte do imposto sobre os lucros realizados pelas empresas privadas que tenham celebrado os chamados «contratos de partilha da produção» ou que estejam em coempreendimento (*joint venture*) com a ME 2. O ministro dos Recursos Naturais e da Conservação do Ambiente, U Khin Maung Yi, foi nomeado pelo Conselho de Administração do Estado (CEA), substituído pela Comissão de Segurança e Paz do Estado (SSPC) em 31 de julho de 2025, que assumiu os poderes legislativo, executivo e judicial do Estado em 2 de fevereiro de 2021. Desde o golpe militar, o regime militar assumiu o controlo e beneficia das empresas públicas, incluindo a No. 2 Mining Enterprise. Como tal, a No. 2 Mining Enterprise é controlada pelas Forças Armadas de Mianmar (Tatmadaw) e gera receitas em seu benefício, contribuindo assim para a sua capacidade de levar a cabo atividades que comprometem a democracia e o Estado de direito. Além disso, a No. 2 Mining Enterprise supervisionou e participou em vários projetos relacionados com a violência das Forças Armadas de Mianmar contra populações civis e com a violação dos seus direitos mais básicos, nomeadamente através do confisco de terras e da recolocação forçada.	20.7.2023
▼M23				
20.	Star Sapphire Group of Companies	Endereço: Room (201), Building (C), Tet Ka Tho Yeik Mon Housing, New University Ave Rd, Yangon, Mianmar; No.30 B room 701/702 Yadanar Inya Condo Than Lwin Rd, Yangon, Yangon, Mianmar	A Star Sapphire Group of Companies desempenha um papel importante na geração de receitas para o regime militar e no fornecimento de armas e outro equipamento utilizado pelas forças armadas. O grupo de empresas é controlado por pessoas ligadas às Forças Armadas de Mianmar e está envolvido numa vasta gama de setores empresariais, incluindo a mineração, a indústria transformadora, a defesa, os casinos, a energia, a agricultura e o comércio. Por conseguinte, a Star Sapphire Group of Companies gera receitas e presta apoio às Forças Armadas de Mianmar (Tatmadaw) e delas retira benefícios.	11.12.2023

▼**M23**

	Nome	Elementos de identificação	Justificação	Data de inclusão na lista
21.	Royal Shune Lei Company Limited	Endereço: No (37), Room (10), Bahosi Housing, Lanmadaw Township, Yangon, Mianmar	A Royal Shune Lei Company Limited é uma empresa privada que contribuiu para a aquisição de armas e equipamento militar em benefício das forças armadas de Mianmar. Como tal, apoiou ações que ameaçam a paz, a segurança e a estabilidade de Mianmar/Birmânia.	11.12.2023

▼**M26**

22.	Chit Linn Myaing Group (CLM)	Local de registo: Mianmar/ /Birmânia; Principal local de atividade: Shwe Kokko, município de Myawaddy, distrito de Myawaddy, estado de Kayin, Mianmar/Birmânia	O Chit Linn Myaing Group (CLM) é um grupo de empresas controlado pelo coronel Saw Chit Thu, membro fundador e secretário-geral das Forças de Guarda de Fronteiras de Karen/Kayin (BGF)/Exército Nacional Karen (KNA), um grupo armado associado às Tatmadaw (Forças Armadas de Mianmar), e pela sua família. O CLM está envolvido nas atividades dos complexos de atividades fraudulentas e beneficia financeiramente dos mesmos, que são controlados pelas BGF/KNA, na zona do município de Myawaddy (fronteira entre a Tailândia e Mianmar), incluindo, entre outros, a cidade de Shwe Kokko. Shwe Kokko é um polo para a criminalidade transnacional, incluindo a fraude em linha, o tráfico de droga e de seres humanos, no qual estão a ser perpetradas violações maciças dos direitos humanos, incluindo o trabalho forçado e a tortura, ameaçando assim a paz, a segurança e a estabilidade em Mianmar/ /Birmânia. A fim de controlar os complexos de atividades fraudulentas, as BGF/KNA colaboram com as Tatmadaw, por exemplo informando-as sobre os opositores ao Governo e recrutando soldados à força, contribuindo ainda mais para ameaçar a segurança e a estabilidade de Mianmar/Birmânia. Por conseguinte, o Chit Linn Myaing Group participa em ações que ameaçam a paz, a segurança e a estabilidade de Mianmar/Birmânia e, além disso, colhe benefícios das Forças Armadas de Mianmar. O Chit Linn Myaing Group está associado às Forças Armadas de Mianmar (Tatmadaw).	29.10.2024